

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**Alessandra Soares Muniz Gomes**

**Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas  
e autopercepção identitária das deputadas federais**

**Juiz de Fora**  
**Fevereiro de 2014**

**Alessandra Soares Muniz Gomes**

**Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas  
e autopercepção identitária das deputadas federais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

**Juiz de Fora**  
**Fevereiro de 2014**

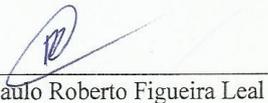
**Alessandra Soares Muniz Gomes**

**Meios de comunicação e representação das mulheres na política: narrativas jornalísticas  
e autopercepção identitária das deputadas federais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Aprovada em 24 de fevereiro de 2014

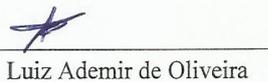
**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

(Orientador) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFJF

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Christina Ferraz Musse

Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFJF

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira

Curso de Comunicação Social – Jornalismo, UFSJ

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sebastião e Fátima, agradeço a oportunidade que me proporcionaram de ter uma educação de qualidade, pela paciência na assistência aos deveres de casa durante toda a vida escolar por parte de minha mãe e pelos indispensáveis cafés feitos todas as manhãs pelo meu pai, atos estimulantes para uma vida de estudos.

Ao Edmundo Júnior, meu amado companheiro de uma já longa caminhada, anterior à graduação e agora à pós-graduação, pelo incentivo e ajuda em minha formação pessoal e intelectual. Perdão pela afoiteza, pelos choros, momentos de desânimo e impaciência: sem o seu colo seria impossível continuar a caminhada.

Ao meu irmão, Samuel, pelas conversas e trocas de ideias neste momento no qual temos a oportunidade de compartilhar nossa formação, embora em níveis diferentes, na mesma universidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), pela acolhida ao meu projeto de mestrado, instituição onde me graduei há mais de 10 anos e que agora pude aperfeiçoar meus conhecimentos intelectuais e profissionais.

Em especial, um agradecimento à Ana, da secretaria do PPGCOM, por sua paciência e comprometimento em auxiliar todas as alunas e todos os alunos nos trâmites legais do mestrado, incluindo-me na lista. Seu trabalho e dedicação são indispensáveis à instituição.

Ao professor Paulo Roberto Figueira Leal, por ter aceitado o meu projeto para orientação e pela atenção, gentileza e tranquilidade com as quais conduziu e auxiliou-me na pesquisa.

À professora Christina Ferraz Musse, por aceitar o convite para a banca de defesa e pelas observações na banca de qualificação, além do interesse na temática das relações de gênero.

À professora Iluska Coutinho, meu agradecimento pelo aceite ao convite de participar da minha banca de qualificação, proporcionando dicas importantes para a versão final aqui apresentada da pesquisa.

Ao professor Luiz Ademir de Oliveira, por ter aceitado o convite para a banca de defesa, um convite intermediado pelo professor Paulo Roberto.

## RESUMO

A presente pesquisa procurou estudar, através de revisão bibliográfica e entrevistas com profissionais de comunicação e deputadas federais, de que forma as mulheres inseridas nos espaços da política partidária e eleitoral negociam com a representação feita delas nos meios de comunicação, ao reconhecerem os mesmos como importantes definidores de identidades. Levando em consideração a relevância crescente dos meios de comunicação para a visibilidade de candidatas e candidatos, a sub-representação da mulher na mídia e os estereótipos veiculados, foi possível observar que o conceito de “crise de identidade” parece não se aplicar a essa relação.

**Palavras-chave: Comunicação. Identidades. Mulheres. Participação político-eleitoral.**

## **ABSTRACT**

The present research has studied, through literature review, and interviews with media professionals, and congresswomen, how do the women inserted inside the political party and electoral policy, negotiate with their representation in the mass media, when they acknowledge them as important identities definition. Considering the increasing relevance of the media that gives candidates more visibility, the woman sub representation in the media and the stereotypes transmitted, it was possible to observe that the concept of "identity crisis" seems is not to apply to this relation.

**Keywords: Communication. Identities. Women. Political-electoral participation.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média mundial anual de mulheres nas Câmaras Baixa e Alta (1997-2013).....	41
Tabela 2 – Número de mulheres eleitas para a Câmara Federal e Senado Federal no Brasil (1934 - 2010).....	50

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONAR	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
GMMP	Projecto de Monitoreo Global de Medios
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEA	International Institute for Democracy and Electoral Assistance
II PNPM	II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU MULHERES	Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO E CONTESTAÇÃO DAS MULHERES</b> .....	17
1.1 O PATRIARCADO E A RESTRIÇÃO FEMININA AO ESPAÇO PÚBLICO.....	17
1.2 UMA REVOLUÇÃO EM CURSO.....	26
1.3 O DIREITO DE VOTAR E SER CANDIDATA.....	32
<b>CAPÍTULO 2 - A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA</b> .....	38
2.1 UM PROBLEMA MUNDIAL.....	38
2.2 O CONTEXTO BRASILEIRO.....	44
2.2.1 <b>Socialização diferenciada e autoexclusão dos espaços de poder</b> .....	51
2.2.2 <b>Divisão sexual do trabalho desigual e menos tempo para fazer política</b> .....	52
2.2.3 <b>Possibilidade de não conciliação entre mundo privado e público</b> .....	53
2.2.4 <b>Medo de perder a feminilidade</b> .....	54
2.2.5 <b>Machismo dos partidos políticos</b> .....	54
2.2.6 <b>Características do Sistema Eleitoral</b> .....	55
2.2.7 <b>Menor Capital Político</b> .....	56
2.2.8 <b>Menor acesso aos meios de comunicação</b> .....	62
<b>CAPÍTULO 3 - A CENTRALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA</b> .....	63
3.1 RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O PROCESSO POLÍTICO E O SUCESSO DE CARREIRAS POLÍTICAS.....	63
3.2 A MENOR VISIBILIDADE DAS MULHERES NO NOTICIÁRIO EM GERAL E NO NOTICIÁRIO POLÍTICO.....	75
3.3 CONSTRUÇÃO/ DESCONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E A RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	85
3.4 CRISE DE IDENTIDADE.....	88
<b>CAPÍTULO 4 - DESINTERESSE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO POR QUESTÕES DE GÊNERO E REAÇÃO DAS MULHERES</b> .....	93
4.1 METODOLOGIA.....	93
4.2 RELEVÂNCIA DO NOTICIÁRIO POLÍTICO E ABORDAGEM DE QUESTÕES DE GÊNERO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SEGUNDO OS EDITORES.....	97

4.3 ATUAÇÃO PARLAMENTAR, NEGOCIAÇÃO DAS DEPUTADAS FEDERAIS POR ESPAÇO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E AUTOPERCEPÇÃO IDENTITÁRIA...	105
4.4 HÁ UMA CRISE DE IDENTIDADE?.....	124
<b>CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>165</b>

## INTRODUÇÃO

Fazer mestrado com mais de trinta anos foi uma opção política. A vontade de primeiro entrar no mercado de trabalho, conhecer a realidade da profissão de jornalista e adquirir uma maior bagagem intelectual fizeram parte de um projeto de vida. Também possibilitou, agora, a realização de uma pesquisa que, penso, pode ser mais qualificada, sobre um tema que venho estudando e trabalhando há mais de dez anos – a questão de gênero – certamente fazendo da experiência acadêmica do mestrado algo além da obtenção de um título de mestre (ou por que não “mestra”? para ser politicamente correta) e um passo importante em minha formação profissional, intelectual, feminista e enquanto mulher.

Portanto, a escolha do tema da pesquisa – meios de comunicação, identidades, mulheres e participação político-eleitoral – foi uma decisão baseada principalmente em minha experiência profissional e na acolhida do projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM – UFJF) em 2011, ano no qual ingressei como aluna da disciplina isolada “Comunicação e Identidades”. O contato com colegas, professoras e professores, especialmente as leituras e discussões acadêmicas possíveis no curso da referida disciplina, ajudaram a aperfeiçoar o projeto, sendo o artigo final produzido para a avaliação da referida disciplina uma espécie de anteprojeto de pesquisa para o mestrado, posteriormente aceito na avaliação da pós-graduação pelo professor Paulo Roberto Figueira Leal para orientação.

Ao longo dos anos trabalhando com o Jornal “Mulier”, lançado em 2004 – um trabalho baseado em um jornalismo que busca ser bem crítico em relação à realidade das mulheres –, foi possível constatar o quanto desigualdades históricas permanecem e são responsáveis por inúmeras violências perpetradas contra as mulheres. Não apenas a violência física, sexual, mas a simbólica, como a reproduzida por meio de estereótipos da mulher nos meios de comunicação, uma das responsáveis pela continuidade da questionável ideia da mulher enquanto um ser inferior, dificultando a conquista de direitos e a ocupação de espaços histórica e culturalmente reservados aos homens, a exemplo dos espaços de poder e decisão.

A oportunidade de aprender mais sobre a participação das mulheres na política partidária e eleitoral, compreendendo o quanto este talvez seja o espaço mais difícil para a inserção e permanência feminina, foi possível através de outra experiência profissional, como editora e jornalista responsável pelo site [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br) entre meados de 2008 até a eleição de 2010.

A iniciativa do projeto foi da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal (SPM), do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), atual ONU Mulheres, e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O portal foi uma ação de implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) no item que trabalha pela maior participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além de ter sido a principal iniciativa da Campanha Nacional “Mais Mulheres no Poder Brasil: Eu Assumo este Compromisso!”.

Através das referidas experiências, percebi a importância da temática como objeto de pesquisa, um problema inclusive mundial, não exclusivo do Brasil, país com forte tradição patriarcal e machista. Em termos mundiais, as desigualdades e os preconceitos enfrentados pelas mulheres em outras áreas da sociedade são amplificados quando elas resolvem participar da política partidária e eleitoral.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas para a entrada na política representativa, principalmente em virtude da mesma ser um espaço público historicamente relacionado ao masculino, os meios de comunicação parecem desempenhar um papel também decisivo nessa dinâmica de exclusão, conforme mostram pesquisas em curso que puderam subsidiar esta dissertação, a exemplo dos estudos de Miguel e Biroli (2007) ressaltando a escassez de estudos sobre a interseção entre gênero, política e mídia na literatura nacional e internacional.

O presente estudo pretende acrescentar um elemento novo e de reflexão a essa interseção: a questão das identidades, conforme foi possível entrelaçar na linha de pesquisa escolhida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora, Comunicação e Identidades, sob uma pesquisa multidisciplinar envolvendo os estudos culturais, especialmente Stuart Hall. O referido autor defende a tese de uma “crise de identidade” na contemporaneidade, quando as identidades não são mais estáveis, mas intercambiáveis de acordo com o lugar ocupado e os diferentes interesses de atores e atrizes sociais, sendo as identidades também definidas através dos meios de comunicação.

O objetivo é tentar debater a relevância dos meios de comunicação como variáveis significativas no reforço de papéis sociais diante da centralidade dos mesmos no jogo político. Quando os meios de comunicação reforçam papéis sociais e características naturalizantes da mulher enquanto maternal e cuidadora, podem dificultar a inserção feminina nos espaços de poder e decisão, locais onde são exigidas características culturalmente identificadas com o masculino, a exemplo de força e agressividade.

Assim, para entrar nesse espaço ainda quase restrito aos homens, as mulheres podem encontrar dificuldades em definir-se como algo novo na política, reforçando uma identidade de gênero. Portanto, o objetivo da presente pesquisa é estudar como as mulheres inseridas nos espaços da política partidária e eleitoral negociam com a representação que os meios de comunicação fazem delas, ao reconhecê-las como importantes definidores de identidades.

A metodologia adotada envolveu uma ampla pesquisa bibliográfica multidisciplinar de autoras e autores da Comunicação (Wilson Gomes), Ciência Política (Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli, Thomas Meyer, Lew Hinchman, Lúcia Avelar), Sociologia (Pierre Bourdieu, Zigmunt Bauman), Filosofia (Gilles Lipovetsky), Feminismo (Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Elisabeth Badinter, Céli Pinto), História (Michelle Perrot, Jean Delumeau, Friedrich Engels), fontes documentais e estatísticas de diversas organizações, a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Tribunal Superior Eleitoral, União Interparlamentar, Organização das Nações Unidas e Instituto Patrícia Galvão, além de pesquisa de campo, por meio de entrevistas realizadas com profissionais de veículos de comunicação e deputadas federais. Tal pesquisa bibliográfica, documental e de campo dialogou com o referencial teórico de Stuart Hall baseado no conceito de “crise de identidade”.

Os obstáculos citados em caráter introdutório são determinantes para acarretar em poucas chances reais de vitória eleitoral feminina. Nos parlamentos mundiais, as mulheres são pouco mais de 20%. No Brasil, elas representam menos da metade dessa média mundial, colocando o país em uma das piores posições mundiais na presença de mulheres no Parlamento, segundo a União Interparlamentar<sup>1</sup>, organização internacional dos parlamentos, que trabalha pela paz e cooperação entre os povos visando ao firme estabelecimento da democracia representativa. Na última atualização do ranking, com 188 países, o Brasil ocupa a 119ª posição, bem atrás de vizinhos da América do Sul como o Equador (14ª), Costa Rica (15ª) e Bolívia (44ª).

Mesmo assim, nas últimas eleições presidenciais, um fato histórico aconteceu: a eleição de Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto do Poder Executivo no país: a Presidência da República. Tal conquista é simbólica para as brasileiras. Entretanto,

---

<sup>1</sup> INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments:** world classification. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

ainda persistem problemas, as desigualdades salariais e os altos índices de violência contra a mulher são alguns entre outros tantos desafios a serem enfrentados.

Várias são as justificativas para uma maior inserção feminina nos espaços da política partidária e eleitoral. A maior presença feminina nas instâncias de poder e decisão, Executivo e Legislativo, pode acarretar medidas e proposição de leis propostas por mulheres (ou influenciadas por elas) e dirigidas às mulheres, que por sua vez poderiam melhorar as condições de vida das brasileiras. Além disso, sendo um espaço de reivindicação legítimo das democracias representativas, entende-se que tais espaços devam ser um microcosmo da sociedade, com a presença dos diferentes segmentos sociais na defesa de seus direitos. Mas o atual Parlamento brasileiro reflete uma sociedade branca, masculina, proprietária de riquezas e heterossexual, muito diferente da diversidade da sociedade brasileira, onde as mulheres são a maioria da população (51,03%)<sup>2</sup>, do eleitorado (51,9%)<sup>3</sup> e cada vez mais chefes de família (37,3%)<sup>4</sup>.

Conforme Angela de Castro Gomes (2003, p. 152), “o conceito de cidadania está vinculado à ideia de direitos (...)” e, segundo um modelo histórico clássico de análise fundamentado na obra de T.H. Marshall (o livro “Cidadania, classe social e status”, de 1967), existem três dimensões básicas de cidadania.

Em primeiro lugar, há os direitos civis, que asseguram a vida, a liberdade, a igualdade e a manifestação de pensamento e movimento de pessoas integrantes de uma comunidade regida por leis. Em segundo lugar, existem os direitos políticos, relacionados ao respeito à participação dos cidadãos no governo de sua comunidade, na elaboração de leis que garante e expande seus direitos, sendo o voto a grande materialização da ideia de cidadania política. Os direitos políticos podem assegurar uma participação ativa de todos os cidadãos, sendo, por isso, esta cidadania política também entendida como um tipo de liberdade “positiva”, impedindo a ação do poder ilimitado do Estado. Mas esta mesma cidadania deveria garantir a

---

<sup>2</sup> Segundo dados do último Censo 2010, a população brasileira chegou a 190.732.694 habitantes: 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens, existindo 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010:** população do Brasil é de 190.732.694 pessoas. Disponível em:

<<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=1&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<sup>3</sup> Nas Eleições 2012, as mulheres eram 72.877.463 do eleitorado, superando em quase 5,5 milhões o eleitorado masculino. TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012:** Estatísticas de Eleitorado – Distribuição - Sexo. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<sup>4</sup> Dado referente ao Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012b, p. 83).

existência de “minorias” com a finalidade de impedir outro tipo de tirania: a tirania da maioria (GOMES, 2003, p. 152-153).

Um terceiro aspecto citado pela autora relacionado ao conceito de cidadania são os direitos sociais, garantidores de vida e trabalho às pessoas, assegurando segurança e participação para viver em sociedade. De certa forma, os direitos sociais – educação, saúde e trabalho – podem ser considerados aprofundamento dos direitos civis por garantirem a vida, a liberdade e a dignidade moral daquelas(es) que pactuam politicamente. Geralmente os países seguem esta dinâmica de conquista de cidadania (*ibid.*).

No entanto, para a autora, o caso do Brasil é mais complexo. Pela fragilidade dos direitos civis e desrespeito aos direitos políticos, os direitos sociais assumiram uma posição estratégica para a vivência da cidadania (*ibid.*, p. 154). Um problema constatado no país, quando analisamos condições indignas para sobrevivência das mulheres e uma sub-representação política dificultadora para a conquista de direitos sociais ainda tão necessários à população feminina e aos demais segmentos sociais marginalizados. Ou seja, o processo de construção de cidadania no Brasil pode ser considerado inacabado.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro buscou historicizar a situação de inferiorização e subordinação feminina ao longo dos séculos, através do patriarcado, regime de dominação-exploração das mulheres, principal responsável por reservar distintos papéis sociais e lugares para mulheres e homens na sociedade. Dentre os lugares quase proibidos a elas, estão os espaços de poder e decisão na política partidária e eleitoral, apesar de todas as conquistas femininas proporcionadas principalmente pelos movimentos feministas.

O capítulo dois aborda o problema da sub-representação das mulheres na política em termos mundiais e nacionais, enumerando em subcapítulos as principais dificuldades encontradas por elas para a inserção no espaço da política, ainda considerado o mais masculino dos espaços e de maior dificuldade para a ocupação feminina. Uma dessas dificuldades é a sub-representação das mulheres nos meios de comunicação, essenciais na contemporaneidade para a construção e consolidação de carreiras políticas, um assunto abordado mais detalhadamente no capítulo três, sobre a centralidade dos meios de comunicação na política.

O referido capítulo três discorre a respeito do reconhecimento dos meios de comunicação como importantes definidos de identidades, abrindo espaço para uma breve discussão sobre a chamada “crise de identidade” nas sociedades contemporâneas, fenômeno

intrinsecamente relacionado à representação que fazemos de nós mesmos por intermédio dos meios de comunicação.

Especificações da metodologia utilizada na pesquisa e a análise das entrevistas estão no capítulo quatro, onde será possível conhecer os resultados alcançados. O quinto e último capítulo traz as considerações finais.

## CAPÍTULO 1 – RELAÇÕES DE GÊNERO: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO E CONTESTAÇÃO DAS MULHERES

Antes de abordar os temas principais da presente pesquisa – a centralidade dos meios de comunicação na produção de identidades e esta relação com a questão de gênero –, faz-se necessário um capítulo com uma breve história das relações de gênero. O objetivo é tentar compreender os motivos pelos quais as mulheres foram relegadas a determinados lugares na sociedade, normalmente considerados menos importantes, relacionados ao âmbito privado e familiar, longe dos espaços públicos e das decisões políticas, embora esta situação esteja mudando ao longo dos séculos, resultado de muita luta e contestação das mulheres.

### 1.1. O PATRIARCADO E A RESTRIÇÃO FEMININA AO ESPAÇO PÚBLICO

De acordo com a historiadora Michelle Perrot (1988, p. 184), referência quando o assunto é a história das mulheres, “na história e no presente, a questão do poder está no centro das relações entre homens e mulheres.”

Para tentar entender tais relações de poder, o conceito de patriarcado é fundamental, segundo Ávila (2001, p. 31), visto ser necessária uma referência analítica e explicativa sobre a questão do poder e da dominação na relação existente entre mulheres e homens, além das estruturas sociais responsáveis pela sustentação e reprodução dessa relação social desigual.

O “Dicionário crítico do feminismo” conceitua o patriarcado da seguinte forma: “(...) uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”. (DELPHY, 2009, p. 173). Pode-se, também dizer, ser, a expressão, quase sinônimo de “dominação masculina” ou “opressão das mulheres” (*ibid.*).

Para autoras brasileiras, a conceituação não difere muito da citada acima. Segundo Saffioti (2004, p. 44), patriarcado “(...) é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Matos e Cortês (2010, p. 11-12) assim definem o patriarcado:

(...) uma forma de organização social na qual as relações são regidas e experimentadas através de dois princípios básicos: (1) o de que todas as mulheres são/estão hierarquicamente subordinadas aos homens (submetidas à autoridade patriarcal) e (2) o de que os/as jovens são/estão hierarquicamente subordinados/as aos homens mais velhos (submetidos/as à autoridade paterna). Foi a partir da consolidação e disseminação política e social desses dois princípios – o da autoridade patriarcal e o da autoridade paterna – que algo construído como “supremacia/domínio masculina/o” foi difundido através dos valores do patriarcado.

Tal organização social, segundo as autoras, se incumbiu de

(...) atribuir maior valor de estima social às atividades que eram tidas como masculinas em detrimento das atividades que eram pensadas como femininas; legitimando o amplo controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia das mulheres; e estabelecendo papéis sexuais, políticos e sociais rígidos, nos quais o masculino passou a ter mais vantagens e prerrogativas (MATOS; CÔRTEZ, 2010, p. 12).

Os estudos feministas e de história das mulheres recorrem comumente a Friedrich Engels (1978), em sua obra “A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, para buscar explicar os motivos e o contexto histórico e cultural do advento do patriarcado.

Segundo o autor, a mulher era livre, muito considerada e exercia grande força dentro dos chamados clãs (gens) – conjunto de famílias ligadas politicamente por uma autoridade comum e consanguinidade (MATOS; CORTÊS, 2010, p. 97) – e em todos os lugares durante a maior parte da pré-história<sup>5</sup>, fase que antecede a civilização, caracterizada pela invenção da escrita alfabética. Havia um alto apreço pelas mulheres, pelas mães, em virtude da impossibilidade de se conhecer o papel masculino na fecundação (ENGELS, 1978, p. 50-51).

Nos primeiros agrupamentos humanos e formas primitivas de família, cada filha(o) tinha vários pais e mães, numa época remota quando existia o chamado matrimônio por grupos (*ibid.*, p. 31). Nesses casos, não era possível saber com certeza quem era o pai de uma criança, apenas podia-se conhecer a mãe. Portanto, onde existiu o matrimônio por grupos, a descendência só podia ser considerada pelo lado materno, reconhecendo-se apenas a linhagem feminina (*ibid.*, p. 43).

Como lembra Beauvoir (2009, p. 107), a propriedade comunitária transmitia-se pelas mulheres, podendo-se considerar que miticamente a terra pertence às mulheres: “(...) elas têm

---

<sup>5</sup> Baseado na obra do norte-americano Lewis H. Morgan, “A sociedade antiga”, de 1877, Engels (1978) reconhece o fato de o autor ter sido o primeiro a introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade. Esta se divide em: estado selvagem, barbárie e civilização (ENGELS, 1978, p. 21). No estado selvagem, há três fases: inferior, média e superior. Nele, os homens permaneciam nos bosques tropicais e subtropicais, começaram a formar uma linguagem articulada, alimentavam-se, primeiramente, de frutos e raízes, depois de animais provenientes da pesca e da caça, graças à invenção de instrumentos como arcos e flechas e o descobrimento do fogo (*ibid.*, p. 22-23). A fase da barbárie também se subdivide em três: inferior, média e superior. Inicia-se com a introdução da cerâmica. O traço característico da barbárie é a domesticação e criação de animais, além do cultivo de plantas. Na fase média, a domesticação de animais fornece leite e carne, levando à formação de grandes rebanhos e o provável início do cultivo de cereais. Já a fase superior inicia-se a partir da fundição do minério de ferro. É quando o arado de ferro puxado por animais lavra a terra em grande escala, proporcionando o nascimento da agricultura. Esta fase passa à fase de civilização com a invenção da escrita alfabética e seu emprego para registros literários (*ibid.*, p. 24-27). A mulher tinha um papel importante entre os selvagens e tribos nas fases inferior, média e até parte da fase superior da barbárie (*ibid.*, p. 51).

um domínio a um tempo religioso e legal sobre a gleba e seus frutos.” Entre os povos nômades, ao agricultor “a natureza na sua totalidade apresenta-se a ele como uma mãe; a terra é mulher, e a mulher é habitada pelas mesmas forças obscuras que habitam a terra.” (BEAUVOIR, 2009, p. 107). É através das mulheres que se mantém e se propaga a vida do clã. Os filhos, os rebanhos, as colheitas e os utensílios do grupo dependem do trabalho e das virtudes mágicas delas: “tanta força inspira aos homens um respeito misturado de terror e que se reflete em seu culto. Nela é que se resume toda a Natureza estranha.” (*ibid.*, p. 108).

Por isso sempre foi contraditória a relação dos homens com as mulheres (DELUMEAU, 1989, p. 310), com sentimentos oscilantes entre a atração e a repulsão, a admiração e a hostilidade. Ao considerá-las mais próximas da natureza, são elas que geram a vida, mas também anunciam a morte, “a terra mãe é o ventre nutridor, mas também o reino dos mortos (...) Elas eram consideradas muito mais ligadas ao ciclo – o eterno retorno – que arrasta todos os seres da vida para a morte e da morte para a vida.” (*ibid.*, p. 312).

As mulheres foram consideradas seres poderosos, mágicos e quase divinos até quando se desconheceu o papel masculino na reprodução<sup>6</sup>: eram capazes de engendrar uma nova vida, de produzir todos os nutrientes necessários ao desenvolvimento do feto e fabricar internamente leite para alimentar os bebês. “Caíram do pedestal, quando se tomou conhecimento da imprescindível, mesmo que efêmera, colaboração masculina no engendramento de uma nova vida (...)” (SAFFIOTI, 2004, p. 33).

A domesticação de animais, a criação de gado, a elaboração de metais e tecidos e a agricultura criaram novas relações sociais devido à produção e à acumulação de riquezas possíveis através dessas novas atividades. Era preciso vigilância e cuidados para a reprodução de tais riquezas (ENGELS, 1978, p. 57-58). Por outro lado, o modelo de família também se modificava em consonância com tais mudanças econômicas. Os matrimônios por grupos vão ficando cada vez mais raros com a crescente complicação e proibições de uniões familiares. As formas de família mais comuns começam a ser o casal formado por um homem e uma mulher com seus respectivos filhos/as. A poligamia ocasional é aceitável por parte dos homens, mas exige-se rigorosa fidelidade feminina (*ibid.*, p. 49). São os estágios iniciais da constituição da família monogâmica, baseada “(...) no predomínio do homem; sua finalidade

---

<sup>6</sup> Como explica Saffioti (2004, p. 121), observando o acasalamento dos animais, houve a compreensão do fenômeno reprodutivo humano. Citando Johnson (JOHNSON, Allan G., **The gender knot – unraveling our patriarchal legacy**, de 1997), ao ser desfeita a crença no caráter mágico da reprodução feminina e descoberta a possibilidade de se controlar o fenômeno, o vínculo especial das mulheres com a força da vida universal estava desfeito: os homens passaram a se considerar a fonte da vida ao se descobrirem portadores da semente que espalhavam nos passivos úteros femininos.

expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai.” (*ibid.*, p. 66).

Assim acontece “o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo.” (*ibid.*, p. 61).

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (*ibid.*).

Na década de 1980, Wilhelm Reich, na obra “As origens da moral sexual”, retoma as ideias de Engels sobre as origens da opressão da mulher e afirma ter sido o dote o responsável pelo processo de escravização da mesma, submetendo os clãs maternos aos clãs paternos. Segundo Reich (1988, p. 96), é o homem quem recebe o dote durante a transição do matriarcado para o patriarcado. Na passagem para o patriarcado, com privilégios e direitos de sucessão transferidos para a linha paterna, perde o sentido o dote dado pela mulher ao homem, e a situação inverte-se: o homem precisa comprar a mulher ao pai, com trabalho ou produtos do trabalho.

A partir daqui, e debaixo da autoridade patriarcal, a mulher torna-se um objeto de valor *económico*<sup>7</sup> para o seu pai, a compra de mulheres, que é típico dos primeiros estágios do patriarcado, inicia-se, e com ela o casamento das mulheres fora dos seus clãs e nos clãs dos seus maridos (...) (REICH, 1988, p. 97).

A escravização à função geradora é a razão profunda, assegura Beauvoir (2009, p. 177), pelo qual a mulher foi relegada ao trabalho doméstico, impedindo-a de participar da construção do mundo. “A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo.” (BEAUVOIR, 2009, p. 70).

Mas, como historicamente tentou-se fazer, a biologia não basta para explicar esta situação de inferioridade feminina, e sim um contexto ontológico, econômico, social e psicológico. Daí a famosa frase:

---

<sup>7</sup> A palavra com acento agudo e não circunflexo é devido à publicação ser editada em português de Portugal.

Ninguém nasce mulher; torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (*ibid.*, p. 361).

Saffioti (2004, p. 107) considera poder ser esta afirmação da autora francesa a precursora do conceito de gênero, embora Beauvoir não o tenha formulado ou lhe dado um nome. Lutando contra o essencialismo biológico e econômico, Simone de Beauvoir estudou como a ação da sociedade transforma o bebê em mulher ou em homem<sup>8</sup>.

Desde criança, a menina é educada para a passividade, um atributo da feminilidade. É um destino imposto por educadores e pela sociedade. Ela é ensinada a ser agradável para agradar, fazer-se objeto e renunciar à sua autonomia (BEAUVOIR, 2009, p. 375). Para ser feliz, é necessário ser amada, sendo preciso aguardar o amor (*ibid.*, p. 388). Seduzir o coração masculino é a suprema necessidade para a mulher, “(...) é a recompensa que todas as heroínas aspiram; e no mais das vezes não lhes é pedida outra virtude senão a beleza.” A preocupação com a aparência física, dessa forma, pode tornar-se uma verdadeira obsessão para as meninas (*ibid.*, p. 389).

A menina é tratada como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade. É um círculo vicioso, “(...) pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito (...)” (*ibid.*, p. 375-376). Ao contrário, os meninos são estimulados a pôr-se para si, fazendo o aprendizado de sua existência um livre movimento para o mundo, rivalizando em independência e rudeza com outros meninos, desprezando as meninas (*ibid.*, p. 375). Se encorajadas da mesma forma, as meninas poderiam desenvolver a mesma exuberância viva, curiosidade, espírito de iniciativa e ousadia dos meninos (*ibid.*, p. 376).

Outras características socializantes das meninas podem ser enumeradas: elas são estimuladas a desenvolver comportamentos dóceis, cordatos e apaziguadores. Já os meninos

---

<sup>8</sup> O conceito de gênero surgiu em meados dos anos de 1970 nos Estados Unidos e foi disseminado nos estudos acadêmicos a partir dos anos de 1980. O objetivo foi fazer uma distinção entre “sexo”, categoria analítica marcada pela biologia, por uma abordagem essencializante da natureza e dos corpos sexuais, e “gênero”, uma dimensão que enfatiza traços de construção histórica, social e política estabelecidos entre mulheres e homens e suas diferenças sexuais, implicando em uma análise política e relacional (MATOS; CORTÊS, 2010, p. 19). Segundo Scott (1995, p. 75), “(...) o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”, sendo “(...) uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.”

são estimulados a desenvolver condutas agressivas e perigosas, reveladoras de força e coragem. Para a autora, “as mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento da razão e no exercício do poder.” (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

Essa necessidade de estabelecer e confirmar hierarquias entre mulheres e homens é uma constante na cultura, tudo é uma exaltação ao homem (BEAUVOIR, 2009, p. 385):

São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que governam, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros (...) A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lancelot, (...) Napoleão, quantos homens para uma Joana d’Arc (...) Nada mais tedioso do que os livros que traçam vidas de mulheres ilustres: são pálidas figuras ao lado dos grandes homens (...) Eva não foi criada para si mesma e sim como companheira de Adão, e de uma costela dele; na Bíblia há poucas mulheres cujas ações sejam notáveis: Rute não fez outra coisa senão encontrar um marido (...) As deusas da mitologia são frívolas ou caprichosas e todas tremem diante de Júpiter; enquanto Prometeu rouba soberbamente o fogo do céu, Pandora abre a caixa das desgraças (...) Há, é certo, algumas feiticeiras, algumas mulheres velhas que exercem nos contos um poder temível (...) Mas tais personagens não são atraentes. Mais poderosas são as fadas, as sereias, as ondinas que escapam ao domínio do homem. Sua existência é incerta, porém, e apenas individualizada; elas intervêm no mundo humano sem ter destino próprio (...) Nos romances de aventura são os meninos que fazem a volta ao mundo, que viajam como marinheiros em navios (*ibid.*, p. 385-386).

Na filosofia, adotou-se um discurso de coerência notável sobre o objeto-mulher desde Homero no século VIII antes da era cristã até Galeno, em II d.C. Resumindo essa ideia sobre a mulher: ela é passiva e inferior em relação ao homem em seus aspectos anatômico, fisiológico e psicológico (SISSA, 1990, p. 85).

Tudo o que se disse e se escreveu no debate sobre o feminismo de Platão, que, na *República*, concebe uma cidade em que as mulheres deviam ser educadas como os homens, esbarra com esta evidência: façam elas o que fizerem, e podem tentar fazer tudo, fã-lo-ão menos bem (*ibid.*, p. 85-86).

Aristóteles estudou exaustivamente o corpo da mulher para concluir que o mesmo, por ser mais frágil, frio e úmido, é uma deformidade natural (*ibid.*, p. 102), sendo a própria mulher um defeito (*ibid.*, p. 104). Seus estudos estabelecem dicotomias entre os sexos: alma, forma e movimento – do lado masculino – e corpo, matéria e passividade – do lado feminino, ocupando este um aspecto negativo, de alteração e defeito (*ibid.*, p. 110).

A religião fornece outros exemplos pouco estimulantes às mulheres:

Nas religiões ocidentais, Deus pai é um homem, um ancião dotado de um atributo especificamente viril: uma opulenta barba branca. Para os cristãos, Cristo é mais concretamente ainda um homem de carne e osso e de longa barba loura. Os anjos, segundo os teólogos, não têm sexo, mas têm nomes masculinos e manifestam-se sob a forma de belos jovens. Os emissários de Deus na Terra: o papa, os bispos (...) o padre que diz a missa, o que prega, aquele perante o qual se ajoelham no segredo do confessionário, são homens. Para uma menina piedosa, as relações com o pai eterno são análogas às que mantém com o pai terrestre; como se desenvolve no plano do imaginário, ela experimenta até uma abdicação mais completa (BEAUVOIR, 2009, p. 386-387).

Interessante observar, no entanto, que nem mesmo o caráter revolucionário de uma igualdade fundamental entre mulheres e homens preconizada por Jesus mudou o referido *status* de inferioridade da mulher. Como assegura Delumeau (1989, p. 314), a atitude de Jesus com relação às mulheres chocou até mesmo seus discípulos por ser tão inovadora. Enquanto as mulheres judias eram excluídas, Jesus cercava-se de mulheres, considerando-as pessoas inteiras, ainda mais se as mesmas fossem desprezadas, como as pecadoras. Além disso, ele associou as mulheres à atividade de pregação, sendo elas também as únicas testemunhas da ressurreição, fato reconhecido nos quatro Evangelhos.

O grande problema foi a igualdade preconizada no Evangelho não ser possível em virtude de obstáculos do contexto cultural no qual o cristianismo se difundiu. Dois fatores agiram conjuntamente contra “o anúncio contestador da igual dignidade”: as estruturas patriarcais dos judeus e greco-romanos e a longa tradição intelectual filosófica, pregadora de um desapego à realidade terrestre e de desprezo pelo trabalho manual e pela carne. Nas obras dos primeiros escritores cristãos e Doutores da Igreja, constata-se ambiguidade e misoginia da Igreja em relação à mulher (DELUMEAU, 1989, p. 314-315).

Reconhecia-se o universalismo do evangélico: todos são um em Cristo, mas, em uma sociedade patriarcal, continuavam a colocar a mulher em uma situação de subordinação. Para isso, usavam argumentos teológicos baseados em uma interpretação masculina do Gênesis (no qual a mulher foi responsável pela desgraça do mundo) aliado à ciência aristotélica, já descrita, em nada estimulante: a mulher é um macho deficiente e não há um outro sexo além do masculino. Para Santo Agostinho, o corpo da mulher constitui um obstáculo ao exercício de sua razão. Sendo ela inferior ao homem, deve a ele estar submissa. Santo Tomás de Aquino parte do mesmo pressuposto: a mulher foi criada imperfeita em relação ao seu corpo e alma, devendo obedecer ao homem, dotado de discernimento e razão (*ibid.*, p. 317).

Durante a Idade Média<sup>9</sup> “cristã”, a misoginia aumentou, especialmente porque a cultura encontrava-se em mãos de clérigos celibatários, temerosos das seduções da mulher, com seus atrativos falaciosos e demoníacos de cúmplice preferida de Satã. Os clérigos enfureciam-se contra a mulher e exaltavam a virgindade. Talvez, por isso, tenha crescido o culto à Virgem Maria, que embora possa ter contribuído para a promoção da mulher a longo prazo, desvalorizou a sexualidade (*ibid.*, p. 318-319).

Além de exemplos pouco positivos, o discurso teológico foi responsável por divulgar um antifeminismo agressivo, relacionado ao medo masculino da mulher. Consideradas dominadas pela emoção e não pela razão, ao contrário dos homens, as mulheres podiam deixar-se facilmente dominar pelo demônio, sendo acusadas de introduzir o pecado, a desgraça e a morte na terra, motivo da caça às bruxas no começo da Idade Moderna<sup>10</sup> na Europa Ocidental. No entanto, é importante ressaltar, o medo da mulher não é uma invenção dos ascetas cristãos, mas o cristianismo se utilizou dele até o limiar do século XX (*ibid.*, p. 314).

O discurso médico, apoiado nos teólogos, reproduziu o preconceito. Segundo os mais ilustres médicos da Renascença<sup>11</sup>, a mulher não passava de um “macho imperfeito e mutilado”, tendo a natureza a feito sob um estatuto de inferioridade física e moral (*ibid.*, p. 333). Por sua vez, teólogos e médicos forneciam conjuntamente argumentos complementares e peremptórios aos juristas, a terceira grande autoridade da época renascentista, para afirmar a categórica e estrutural inferioridade das mulheres. Menos providas de razão, não eram dignas de confiança e precisavam ser tuteladas por maridos ou outros homens da família (*ibid.*, p. 334).

Mesmo no século das Luzes, do Iluminismo<sup>12</sup>, com a preocupação de defender a universalidade e a não diferença, recorreu-se à natureza para produzir uma teoria “racional”

---

<sup>9</sup> A Idade Média no Ocidente é um período histórico situado entre os séculos V e XV, quando predominava uma organização econômica, social e política comum: o feudalismo. Este, por sua vez, era caracterizado pela relação de dominação, fidelidade e proteção entre nobres (senhores), nobres menos poderosos (vassallos) e a massa de camponeses (LE GOFF, 2008, p. 74-75).

<sup>10</sup> Período compreendido entre os anos de 1300 a 1500 na Europa (TREVOR-ROPER, 2000, p. 10). Teve como ponto culminante o Iluminismo do século XVIII. Representa um espaço-tempo no qual se constrói uma nova visão do mundo nas sociedades ocidentais, com particularidades segundo épocas e lugares ou de acordo com o nível de realidade e situações de classe (FALCON, 2000, p. 10-13).

<sup>11</sup> Termo usado para designar, a partir do século XV, um gradual e longo período de transição entre a Idade Média e a época moderna. É caracterizado por uma retomada de valores da arte e cultura da Antiguidade, época de exaltação ao humanismo, o antropocentrismo cedendo lugar ao teocentrismo da Idade Média, rompendo com a religiosidade medieval considerada retrógrada (AZEVEDO, 1990, p. 337).

<sup>12</sup> Iluminismo define-se, entre outras características, como um movimento de ideias desenvolvido essencialmente no século XVIII que coloca o progresso como principal objetivo para se chegar à razão. É através da educação que será possível ao homem sair de sua ignorância e superstição (AZEVEDO, 1990, p. 216-217).

do feminino: a mulher pertence à natureza e o homem, à cultura (CRAMPE-CASNABET, 1991, p. 381). “Da inferioridade sexual e intelectual da mulher, do seu papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos decorre *naturalmente* uma definição de função e de papel. A mulher é essencialmente esposa e mãe (...)” (*ibid.*, p. 388).

Conforme Delumeau (1999, p. 310), tais ideias foram difundidas como nunca antes a partir do início da Idade Moderna na Europa Ocidental graças à imprensa<sup>13</sup>. Essa forma de dominação masculina, exercida essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, foi intitulada por Bourdieu (2005, p. 7) de “violência simbólica”. É um tipo de violência suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas. Ao contrário do que se tentou afirmar, a estrutura patriarcal não é invariável e eterna, é “*produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução* para o qual contribuem agentes específicos (...)”, como os homens com suas armas a exemplo da violência física e simbólica, e instituições, incluindo famílias, Igreja, Escola e Estado<sup>14</sup> (BOURDIEU, 2005, p. 46).

Se a manutenção ou transformação da violência simbólica, da dominação, é possível por meio da reprodução da mesma através de estruturas que a alimenta, é preciso, objetivando mudar a situação, uma transformação das estruturas responsáveis por essa reprodução, “(...) particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima.” (*ibid.*, p. 55). É necessário, para escapar ao essencialismo, reconstruir “(...) a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente (...)” (*ibid.*, p. 100-101).

A boa notícia é que há mudanças: a dominação masculina não mais se impõe de forma indiscutível, sobretudo em função do grande trabalho crítico realizado pelo movimento feminista (*ibid.*, p. 106). Com isso, muitas mulheres puderam comprovar não ter sido uma

---

<sup>13</sup> A técnica de reproduzir textos por meio de tipos móveis metálicos através da prensa foi uma invenção do alemão Johannes Gutenberg. Proporcionou a reprodução e a conseqüente difusão ilimitada e fiel de uma mesma mensagem (GONTIJO, 2004, p. 168). O prelo de caracteres móveis se difundiu rapidamente por toda a Europa na segunda metade do século XV, constituindo-se em uma verdadeira revolução (QUINTERO, 1996, p. 30): “nenhuma das grandes transformações sociais, culturais e políticas da época do Renascimento pode ser explicada se não se compreenderem as verdadeiras dimensões deste *fenômeno*.” Além disso, levou ao desenvolvimento de uma nova atividade econômica: a produção de livros e a imprensa periódica.

<sup>14</sup> Na família, impõe-se precocemente a experiência da divisão sexual do trabalho. A Igreja está marcada pelo antifeminismo e pela ideia da inata inferioridade da mulher, como já descrito (BOURDIEU, 2005, p. 103). A Escola continua a separar meninas e meninos, a ressaltar hierarquias adultos/crianças, além de influenciar no aprendizado de disciplinas mais “duras” ou mais “moles” respectivamente para meninos e meninas (*ibid.*, p. 104). Por último, o Estado reforça as prescrições do patriarcado privado. Para os ministérios financeiros e administrativos, homens, com sua mão paternalista. Para os ministérios sociais, as mulheres, como responsáveis e principais destinatárias dos serviços (*ibid.*, p. 105-106).

pretensa inferioridade feminina a responsável pela insignificância histórica da mulher. Ao contrário, foi a insignificância histórica da mulher que a votou à inferioridade, argumenta Beauvoir (2009, p. 197).

Assim também reconhece Perrot (1988, p. 186): um silêncio sobre a história das mulheres provém do mutismo delas nas esferas políticas, local por muito tempo privilegiado como espaços exclusivos de poder. Para a historiadora, as pesquisas feministas das últimas décadas contribuíram para reavaliar o poder das mulheres, com o objetivo de superar o discurso miserabilista de opressão e exaltar a ação feminina (PERROT, 1988, p. 169-170), mesmo sendo um trabalho de risco por exaltar papéis sociais culturalmente reservados às mulheres – reforçando estereótipos<sup>15</sup> – e podendo levar ao questionamento: se elas têm poderes, então o que poderiam reivindicar? Dessa maneira, “(...) a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder.” (*ibid.*, p. 172).

## 1.2 UMA REVOLUÇÃO EM CURSO

Para não incurrir no erro de inferiorizar as mulheres, como se tentou fazer conforme descrito anteriormente, é importante salientar que a instauração do patriarcado não foi algo aceito facilmente, demorou dois milênios e meio para a sua consolidação, um processo relativamente recente se levarmos em consideração os 250, 300 mil anos da idade humana (BERTAUX, 1977 *apud* SAFFIOTI, 2004, p. 60). A incessante imagem da mulher oprimida e indefesa frente a um opressor não é nada estimulante às novas gerações (BADINTER, 2005, p. 19). Além disso, gera um dualismo oposicionista maniqueísta, identificando o homem ao mal e a mulher ao bem, reproduzindo uma hierarquia dos sexos: uma hierarquia moral no lugar de uma hierarquia de poder (*ibid.*, p. 54).

No correr dos séculos, várias mulheres destacaram-se, apesar de ser exceção e não regra, a exemplo do Renascimento, quando o individualismo ajudou na emancipação de algumas, principalmente as mulheres pertencentes às classes mais privilegiadas. Algumas são aventureiras, guerreiras, santas veneradas, artistas. Muitas eram cortesãs, cuja liberdade adquirida pela profissão e maior autonomia econômica proporcionaram deferente admiração masculina, sem esquecer as soberanas (BEAUVOIR, 2009, p. 155-156).

---

<sup>15</sup> Estereótipo pode ser entendido como generalizações e atribuições de valores geralmente negativos a determinadas características de um grupo, reduzindo os mesmos a tais características e definindo “lugares de poder” a serem ocupados. São generalizações de julgamento subjetivo e uma forma de “biologização” (CARRARA, 2009, p. 24-25).

Mulheres a exemplo de Elisabeth I<sup>16</sup> na Inglaterra e Catarina II<sup>17</sup> no Império Russo governaram na Europa e imprimiram sua marca à evolução do continente. Curiosa a constatação de MESENHÖLLER (2010, p. 25) sobre a democracia ter sido mais eficiente que o Feudalismo para eliminar o poder feminino. Quando o poder passou a ser decidido por meio de eleições, não mais através de sucessão, as mulheres desapareceram por completo do cenário governamental, excluídas sob o argumento de não serem “feitas” para isso.

No entanto, para a grande maioria das “mortais”, o ideal democrático individualista do século XVIII – o “Século das Luzes” – foi favorável (BEAUVOIR, 2009, p. 163), quando vemos aumentarem suas liberdade e independência (*ibid.*, 2009, p. 158). Bourdieu (2005, p. 107) considera a educação, o maior acesso das mulheres à instrução, decisiva na mudança da condição feminina, atrelada à independência econômica e à transformação das estruturas familiares, com famílias mais reduzidas, acesso aos métodos anticoncepcionais e o divórcio, aumentando a presença feminina no espaço público. Este é entendido como espaço comum compartilhado por todos, espaço que teoricamente deveria pertencer a todos(as) os(as) habitantes de um lugar (PAIVA, 2001, p. 4-5).

A grande revolução, para Beauvoir (2009, p. 172), responsável por transformar o destino da mulher, já no século XIX, e abrir uma nova era, foi o desenvolvimento industrial<sup>18</sup>, que precisou do trabalho feminino para se desenvolver. Apesar da exploração constante, de acordo com a autora, a emancipação feminina tornou-se possível pelo trabalho, “(...) é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta.” (BEAUVOIR, 2009, p. 173).

Talvez a afirmação da autora francesa esteja em consonância com outras mudanças advindas a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho e todos os desafios impostos a partir daí. Se o capitalismo legitimou o regime patriarcal de opressão, também levou à

---

<sup>16</sup> Seu reinado durou de 1558 a 1602. Elisabeth I assumiu o trono quando a Inglaterra vivia um momento de disputas religiosas entre católicos e protestantes. A rainha conseguiu aplacar a crise religiosa e também econômica no reino, devido à guerra com a França, que havia custado homens, prestígio, poder e dinheiro ao povo inglês. Optou por não casar nem ter filhos, futuros herdeiros do trono, causando estranheza por pretender reinar sozinha, assumindo uma tarefa pesada para qualquer homem (ORLANDI; RIVOIRE; SIDOTI, 1973, p. 188, 189 e 191).

<sup>17</sup> Catarina da Rússia tomou o poder do próprio marido em 1762 a partir do descontentamento popular crescente. Sua diretoria política foi fazer da Rússia uma potência imprescindível no cenário europeu. Reinou até 1796, quando morreu (ORLANDI; RIVOIRE; SIDOTI, 1973, p. 122).

<sup>18</sup> O rápido desenvolvimento industrial, com a instalação do sistema fabril e a difusão do modo de produção capitalista, teve início na Inglaterra a partir do século XVIII. O processo que proporcionou transformações tecnológicas, econômicas e sociais é conhecido como Revolução Industrial. Com o desenvolvimento da indústria, o Estado passou a orientar-se sob os princípios do liberalismo político e econômico, defendendo a ordem capitalista e o sistema de livre-concorrência. Apesar das profundas transformações econômicas e sociais, a Revolução Industrial mostrou-se contraditória, por condenar à miséria e à superexploração homens, mulheres e crianças, privados de direitos políticos e sociais (SANDRONI, 1994, p. 305-306).

contestação dessa opressão. Na Europa e nos Estados Unidos, e posteriormente na América Latina, desde o fim do século XVIII e por todo o século XIX, surgiram movimentos de contestação e de reivindicação de direitos: são os movimentos de emancipação, embriões dos movimentos feministas desenvolvidos a partir da década de 1960, mais organizados e estruturados, com rápida disseminação a partir daí nos países desenvolvidos do Ocidente.

No contexto abordado, segundo a conceituação de Teles (1999, p. 10), “o feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres.” Tal opressão é manifestada em nível de estruturas e superestruturas, como a ideologia, cultura e política, assumindo diferentes formas de acordo classes sociais, camadas sociais, grupos étnicos e culturas.

Para muitos estudiosos, o início do feminismo moderno pode ser considerado a partir da Revolução Francesa<sup>19</sup>, em 1789. É conhecida a “Declaração dos Direitos da Mulher”, elaborada pela francesa Olímpia de Gouges em 1791, na defesa dos direitos naturais da mulher, assim como do homem, para participar na formulação de leis, direta ou indiretamente através da eleição de representantes (ODORISIO, 1994, p. 487-488). Posteriormente, o feminismo pode ser dividido em feminismo emancipacionista e feminismo contemporâneo (*ibid.*, p. 488-489).

O feminismo emancipacionista, na segunda metade do século XIX, se desenvolveu como movimento de emancipação, cujo principal objetivo foi a conquista da igualdade jurídica, a exemplo do direito ao voto, à instrução e às profissões liberais, estendendo-se da Inglaterra aos demais países europeus (*ibid.*, p. 488).

Já o período considerado feminismo contemporâneo, a partir da conquista do voto feminino nas primeiras décadas do século XX em vários países, outros desafios e reivindicações surgem a partir da emancipação feminina: a continuidade da opressão e desigualdade na divisão sexual do trabalho – em função da persistência de um *status* diferente da mulher, ainda atrelada à função de mãe e responsável pelas tarefas domésticas e dos cuidados. Muitas pesquisas e obras tornadas referência passaram a discutir problemas específicos da condição feminina – sexualidade família e trabalho – e outros direitos são

---

<sup>19</sup> A Revolução Francesa iniciou-se em 1789 no mais populoso e poderoso país europeu da época, a França. Foi a revolução social de massa mais radical do que qualquer outro levante comparável, sendo um marco para todos os demais países do mundo ao influenciar processos de libertação e independência em muitas partes do globo. Resultou dos conflitos entre estruturas oficiais estabelecidas do velho regime aristocrático e feudal, com seus privilégios de classe, e novas forças sociais ascendentes: a burguesia imbuída dos ideais do liberalismo clássico. (HOBSBAWM, 2003, p. 85, 86, 88, 90, 91 e 92).

reivindicados, a exemplo do direito ao aborto e ao divórcio (*ibid.*, p. 489). Há uma diferença entre as duas fases do feminismo:

A luta pela emancipação consistia na exigência da igualdade (jurídica, política e econômica) com o homem, mas mantinha-se na esfera dos valores masculinos, implicitamente reconhecidos e aceitos. Com o conceito de libertação, prescinde-se da “igualdade” para afirmar a “diferença” da mulher, entendida não como desigualdade ou complementaridade, mas como assunção histórica da própria alteridade e busca de valores novos para uma completa transformação da sociedade (*ibid.*, p. 486).

Os movimentos feministas europeus e norte-americanos rapidamente chegaram aos países latino-americanos. Em alguns casos, a luta pelo voto na América Latina antecedeu às europeias. As chilenas, em 1876, aproveitaram uma brecha na Constituição, que não deixava explicitamente proibido o voto feminino, e requereram o direito de votar, levando à inscrição de algumas, direito logo depois vetado (TELES, 1999, p. 39-40).

As brasileiras foram ainda mais precoces. Duarte (2006, p. 19-20) considera o texto fundante do feminismo brasileiro a obra “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de 1832, escrito por Nísia Floresta Brasileira Augusta, inspirado na obra da britânica Mary Wollstonecraft, “Reivindicação dos direitos da mulher”, de 1792. No livro, Nísia denuncia os preconceitos existentes no país contra as mulheres e desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina.

A imprensa foi no Brasil um meio importante de divulgar concepções feministas. A primeira brasileira a fundar um jornal no país com o propósito de difundir a causa das mulheres foi Francisca Senhorinha da Motta Diniz em 1873. A publicação “O Sexo Feminino”, lançada em Minas Gerais, defendia o voto feminino, direitos civis – alertando sobre direitos no casamento – e mais educação para as mulheres, o que levaria à emancipação das mesmas (PINTO, 2003, p. 31).

Três diferentes fases do feminismo são reconhecidas no Brasil (*ibid.*, p. 13-15). A primeira estava associada à luta das mulheres pelos direitos políticos através da participação eleitoral como candidatas e eleitoras nas primeiras décadas do século XX, um feminismo intimamente relacionado a personalidades, o melhor exemplo sendo o de Bertha Lutz<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Nascida em São Paulo no ano de 1894, Bertha Lutz foi pioneira das lutas feministas no Brasil. Estudou na Europa, onde teve contato com a campanha sufragista inglesa e licenciou-se em Ciências na França. Empenhou-se na luta pelo voto feminino no Brasil e criou, em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, considerada uma prévia da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de reconhecida ação política feminina. Foi deputada federal, ao assumir a vaga deixada pelo titular falecido em 1936 (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 105-11).

Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do esforço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres (*ibid.*, p. 14).

A autora denomina esta primeira fase de “bem-comportada”, pois “a luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero (...)” (*ibid.*, p. 14-15), seria apenas um complemento para o bom andamento da sociedade. As mulheres lutavam para ser incluídas enquanto cidadãs sem mexer com a posição do homem.

As demais fases são o feminismo difuso – tratou de uma maior gama de questões: educação feminina, sexualidade e dominação masculina, encabeçado por mulheres cultas e inseridas na vida pública – e o feminismo que se manifestou pelo movimento anarquista e posteriormente pelo Partido Comunista<sup>21</sup>, cuja questão central era a exploração do trabalho, defendendo uma total liberação da mulher. Foi liderado por mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes de movimentos de esquerda (*ibid.*, p. 15), intitulado de fase “malcomportada” do feminismo da época (*ibid.*, p. 10).

De 1932, com a conquista do direito ao voto feminino, até os anos de 1970, houve um período de refluxo do movimento feminista. A justificativa pode ser a de que durante as décadas de 1940 e 1950, até o Golpe Militar em 1964<sup>22</sup>, as lutas sociais estavam muito determinadas pelo ideal socialista e comunista, não havendo espaço para as chamadas lutas particularistas. Tal processo foi possível de ser visto no Brasil e no mundo (*ibid.*, p. 10 e 11).

Um novo feminismo nasceu no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar (*ibid.*, p. 41). A inauguração do movimento feminista no país tem sido considerada a partir do ano de 1975: um movimento mais organizado e não mais restrito a pequenos grupos fechados e

---

<sup>21</sup> Fundado em setembro de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) era uma organização política do proletariado, ligada aos ideais marxistas e cujo objetivo era transformar a sociedade capitalista em comunista por meio da revolução (COELHO, 2007, p. 12). Em 1922, um grupo de intelectuais e operários (orientando-se em parte pelo programa da III Internacional Comunista) funda o PCB, Partido Comunista do Brasil. Em setembro de 1961, o partido mudou de nome, de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, facilitando seu registro eleitoral e sua legalização. “A eliminação da proposição deveria servir para enfatizar seu caráter nacional e a inexistência de vínculos com ‘organizações internacionais’, proibidos pela legislação brasileira” (GOMES Jr., 2012, p. 25).

<sup>22</sup> O Golpe Civil-Militar de 1964 instaurou o Regime Civil-Militar no Brasil, que durou de 1964 até 1985. Foi caracterizado por um sistema político autoritário respaldado pela Constituição de 1967, outorgada pelo general-presidente Castello Branco, eleito indiretamente em 1964. A Constituição de 1967 fortaleceu os poderes do presidente, sobrepondo-os aos poderes Legislativo e Judiciário, ampliando os poderes da Justiça Militar, limitando a autonomia dos Estados, impondo o bipartidarismo e estabelecendo a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional (GOMES Jr., 2012, p. 5).

intelectualizados (*ibid.*, p. 56). Entre as novas demandas estavam a luta pela anistia<sup>23</sup> (*ibid.*, p. 63) e o fim da Ditadura (*ibid.*, p. 65).

Após a redemocratização<sup>24</sup>, as feministas organizaram-se em defesa de novos direitos, a exemplo da luta pelo fim da violência e pela melhoria da saúde da mulher. Também surgem espaços alternativos de participação política, uma maior presença de mulheres em cargos eletivos, núcleos de pesquisas sobre as relações de gênero nas universidades, Delegacias de Mulheres e Conselhos (*ibid.*, p. 68).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, centralizou as demandas feministas, tratando de questões como a luta por creches até as mais polêmicas ligadas aos direitos reprodutivos e sexualidade. Sua mais bem-sucedida intervenção foi junto aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte<sup>25</sup> (*ibid.*, p. 72), elaborando a “Carta das Mulheres”, defendendo inúmeros direitos, muitos dos quais aprovados e hoje constando na vigente Constituição Federal, promulgada em 1988 (*ibid.*, p. 75).

Na década de 1990, o trabalho das feministas expressou-se principalmente por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>26</sup>, “(...) tanto na ponta de lança da defesa dos interesses das mulheres no campo da política como na articulação de redes nacionais de mulheres.” (*ibid.*, p. 97-98). No entanto, essas organizações não conseguiram ampliar os espaços de participação feminina na política institucional (*ibid.*, p. 99). A institucionalização das demandas femininas tem sido possível, conforme Matos e Cortês (2010, p. 25), por uma chamada “quarta onda do feminismo”, caracterizada através:

(1) da institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio de sua entrada (ainda parcial) no âmbito o Poder Executivo e Legislativo; (2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal; (3) a consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas, sob a influência, em especial, do feminismo transnacional e da agenda internacional dos direitos humanos das mulheres; (4) uma nova moldura para a atuação do feminismo, trans ou pós-nacional, na qual são identificadas uma luta por radicalização

---

<sup>23</sup> Movimento pela volta de políticos cassados pelo Regime Civil-Militar e exilados do Regime (GOMES Jr., 2012, p. 42).

<sup>24</sup> Nome atribuído ao processo de retomada da normalidade democrática, iniciado com o retorno dos civis à Presidência em 1985 e continuado na Constituição de 1988 e eleições posteriores (GOMES Jr., 2012, p. 42).

<sup>25</sup> No contexto de redemocratização do país e retomada do Estado de Direto, o governo do presidente José Sarney (1985-1990) convocou eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O Congresso Nacional transformado em Assembleia Constituinte inaugurou suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, contendo 245 artigos, sendo considerada a mais democrática Carta do país e a mais preocupada com os chamados direitos civis (GOMES Jr., 2012, p. 6).

<sup>26</sup> ONGs são organizações privadas sem fins lucrativos que trabalham por meio de projetos destinados a populações ou causas específicas. Costumam ser financiadas por organizações internacionais ou governamentais, caracterizando-se por uma espécie de terceirização de serviços e responsabilidades (PINTO, 2003, p. 96).

anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra as ideologias neo-liberais).

É visível a crescente especialização das organizações feministas na América do Sul nos últimos anos, incrementando o contato com articulações de outros continentes, enriquecendo o movimento e produzindo uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com os poderes instituídos. “Elas buscam influenciar os atores políticos e convencê-los da necessidade de atender às demandas feministas e dos movimentos de mulheres.” (RANGEL, 2012. p. 13).

Mesmo assim, a despeito de toda a militância feminista pela igualdade na organização política, as vitórias ainda são poucas, porque “(...) a conquista da igualdade formal não é a mesma da igualdade real, e a ampliação dos direitos de cidadania aos setores desprivilegiados é um processo lento.” (*ibid.*, p. 30). Entretanto, os movimentos feministas têm sua importância indiscutível como representantes da coletividade das mulheres e relevante papel na arena política. Nos países onde o feminismo é bem articulado tendem a possuir mais direitos para as mulheres em relação aos demais (*ibid.*, p. 179).

A explanação sobre as várias fases do feminismo serve para elucidar as diferentes formas pelas quais se deu a luta das mulheres para a conquista de direitos, mas o objetivo é ater-se especialmente à chamada “primeira onda”, cuja principal vitória foi a conquista do voto feminino, o direito adquirido pelas mulheres brasileiras de votar e ser candidata, pressuposta básico da democracia.

### 1.3 O DIREITO DE VOTAR E SER CANDIDATA

A luta pelo direito ao voto no Brasil remonta ao século XIX, quando mulheres solicitaram alistamento como eleitoras e candidatas de forma individual. A extensão do direito ao voto às mulheres foi discutida na Constituição Republicana de 1891, embora o projeto não tenha sido aprovado, apesar de também não deixar clara uma proibição (PINTO, 2003, p. 15-16).

A não-exclusão da mulher no texto constitucional não foi um mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos. A Constituição estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos.

Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens. Esta aparente falta de cuidado em não nominar a exclusão da mulher deriva também do senso comum da época: a evidência de uma natural exclusão da mulher, que para tanto não necessitava ser nem mesmo mencionada (*ibid.*, p. 16).

Assim, a lei abriu brechas para mulheres requererem alistamento ao longo de mais de quadro décadas de vigor da Constituição de 1891, bem antes da lei que garantiu o voto às mulheres em 1932 (*ibid.*, p. 16).

Muitas das lutadoras dessa causa eram mulheres de origem familiar nas oligarquias rurais mais “antenas” com a cultura e a educação, proporcionando um ambiente distinto para a formação crítica de suas filhas contra a opressão. Estas eram contradições dentro das próprias oligarquias, historicamente não identificadas com direitos e liberdades (*ibid.*, p. 17), sem esquecer as considerações de Ávila (2001, p. 32) a respeito da peculiaridade do patriarcado brasileiro, ancorado na colonização e no escravismo, e pelas desigualdades sociais justificando violências exercidas sobre mulheres e negros. Mas o Brasil mudava rapidamente no início da década de 1910<sup>27</sup>, com o surgimento de uma cultura urbana, calcada em uma incipiente classe média e na classe operária (PINTO, 2003, p. 17).

Merecem destaque na luta pelo voto feminino no Brasil duas iniciativas: a criação do Partido Republicano Feminino e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

O Partido Republicano Feminino foi criado em 1910 pelo inconformismo da não aprovação do voto feminino pela Constituinte de 1891. A iniciativa é considerada a iniciativa uma ruptura porque o grupo de mulheres que o criou deixava claro o objetivo de se tornarem representantes de interesses das mulheres na esfera política. Elas poderiam ter criado uma associação ou um clube, no entanto preferiram organizar um partido propondo levar à sociedade um programa para alcançar o governo por meio de eleições: “Daí ser muito significativa a estratégia das mulheres não-detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos.” (PINTO, 2003, p. 18).

---

<sup>27</sup> A década de 1910 está inserida na II fase da República brasileira ou República Velha, compreendida entre os anos de 1889-1930. Esta II fase da República, conhecida como República Oligárquica ou “República dos Coronéis” (1894-1930), corresponde aos primeiros anos pós-abolição da escravatura e Proclamação da República até a Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A sociedade, apesar de ainda dominada por elites agrárias, começava a pensar e discutir a necessidade de construir um novo Brasil, com a ampliação da cidadania, estimulada pelos recentes acontecimentos dos últimos anos do século XIX, a abolição da escravatura, a expansão da industrialização com consequente organização operária e eclosão de manifestações e revoltas civis e militares por melhores condições de vida e trabalho no campo e nos centros urbanos crescentes (GOMES Jr., 2012, p. 19, 21-22).

Segundo o estatuto do partido, não havia apenas a defesa do voto feminino, mas outras questões, como emancipação e independência, o exercício da cidadania no mundo da política e no do trabalho, além do fim da exploração sexual, “(...) adiantando em mais de 50 anos a luta feminista da segunda metade do século XX.” (*ibid.*).

As principais fundadoras do Partido Republicano Feminino foram a professora Leolinda Daltro<sup>28</sup> e a poetisa Gilka Machado<sup>29</sup>. Elas conseguiram levar para a imprensa a demanda do voto feminino (*ibid.*, p. 19).

O uso constante de jornais, a presença em eventos públicos e até a realização de uma passeata mostram que essas mulheres não eram apenas exceções excêntricas em uma época de recato, mas pessoas que pretenderam ampliar sua base de apoio buscando formar uma opinião pública a seu favor (*ibid.*, p. 17-18).

O Partido Republicano Feminino desapareceu no fim da década de 1910 (*ibid.*, p. 21), pouco antes do surgimento da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, nascida em 1922 por iniciativa de Bertha Lutz e considerada a mais importante organização em defesa dos direitos da mulher no período. A FBPF estava imbuída de ideias feministas trazidas durante longa temporada de Lutz na Europa, como mostra a iniciativa da mesma em organizar no Brasil, no mesmo ano, o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro.

A Federação foi exemplo para a criação de diversas outras federações em distintos estados brasileiros, surpreendendo pela capacidade de proliferação de ideias sobre direitos femininos pelo país em um tempo de comunicação e deslocamentos difíceis, ressalta Céli Pinto (*ibid.*, p. 21-23).

O principal objetivo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino era o voto feminino, luta que encontrou adeptos masculinos (*ibid.*, p. 24), membros da elite e até mesmo da conservadora classe política (*ibid.*, p. 26). Isso é creditado ao reconhecimento e bom trânsito político de Bertha Lutz na elite política da época (*ibid.*, p. 23) e por representar um tipo de feminismo, conforme já citado, bem-comportado, “(...) que agia no limite da pressão

---

<sup>28</sup> Nascida na Bahia em meados do século XIX, Leolinda Daltro viveu a maior parte de sua vida na cidade do Rio de Janeiro. Além de precursora do feminismo no Brasil, foi uma das primeiras pessoas a dedicar-se ao movimento em prol dos índios no país. Na década de 1910, foi diretora de escola e passou a dedicar-se intensamente ao direito de cidadania plena às mulheres, principalmente o direito ao sufrágio feminino. Em 1919 chegou a candidatar-se à Intendência Municipal do Distrito Federal, embora não tenha conseguido formalizar sua candidatura (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 318-319).

<sup>29</sup> Gilka Machado nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1893. Poetisa, conhecida por seu pioneirismo na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira, também foi uma precursora na luta pelos direitos das mulheres (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 249-250).

intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.” (*ibid.*, p. 26).

Um apoiador da causa do sufrágio feminino foi o senador, e depois governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine. Ele representou os interesses da FBPF no Congresso Nacional, dando parecer favorável em 1927 na Comissão de Constituição e Justiça a projeto para legalizar o voto feminino, apesar da não aprovação do projeto no Senado (*ibid.*, p. 24). Por iniciativa também de Lamartine, as primeiras eleitoras brasileiras puderam exercer o direito em 1927, a partir da aprovação de uma nova lei eleitoral estadual articulada pelo político com parlamentares do estado. Com isso, muitas mulheres recorreram à Justiça para garantir o direito de votar e ser votada no Rio Grande do Norte já na década de 1920.

A luta pelo alistamento foi iniciada por Julia Alves Barbosa e Celina Guimarães Viana. Celina tornou-se a primeira eleitora do Brasil a partir de um parecer favorável concedido pela justiça local, em 25 de novembro de 1927 (*ibid.*, p. 25). Julia, além de votar, foi eleita para a Câmara Municipal de Natal após defender publicamente em audiência seus direitos, alegando ser maior de idade, solteira e com rendimentos próprios, estando, portanto, apta a exercer sua cidadania (*ibid.*, p. 27).

A conquista definitiva do direito ao voto feminino no Brasil aconteceu a partir da promulgação do novo Código Eleitoral pelo então presidente Getúlio Vargas em fevereiro de 1932 (Decreto 21.076/32). Mesmo assim, somente as mulheres casadas, portando autorização dos maridos, ou as viúvas e solteiras com renda própria podiam votar. Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte eliminou as restrições existentes, tornando o voto obrigatório apenas para as mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. A obrigatoriedade plena do voto foi instituída somente com a Constituição de 1946 (PINHEIRO, 2007, p. 59).

Além do direito de votar e se candidatar, a luta das mulheres desencadeou mudanças no cotidiano das mesmas com repercussões em toda a sociedade, resultado direto dos movimentos feministas.

Com raras exceções, durante o século XX, em todo o mundo, foram garantidos às mulheres os seguintes direitos: frequentar escolas e universidades; trabalho remunerado, sobretudo fora do ambiente doméstico; votar e ser votada; liberdade sexual e reprodutiva, contando com a ciência e a tecnologia para fazer uso mais livre do próprio corpo; possibilidade de separação conjugal e novo casamento; tratamento digno da família e cônjuge ou parceiro; igualdade de direitos e oportunidades, além do direito fundamental à diferença,

sem implicar em desigualdade, hierarquia ou discriminação (MATOS; CÔRTEZ, 2010, p. 23).

Podemos afirmar que vivemos um período de ruptura histórica na maneira como é construída a identidade feminina e as relações entre os sexos a partir de três fenômenos: “o poder feminino sobre a procriação, a ‘desinstitucionalização’ da família e a promoção do referencial igualitário do casal” (LIPOVETSKY, 2000, p. 231). É um modelo histórico intitulado pelo autor de “a terceira mulher”, o pós-mulher do lar, quando há o reconhecimento social do trabalho feminino e seu acesso a atividades e formações historicamente reservadas aos homens, com a transformação na socialização e individualização do feminino. Diferentemente de fases anteriores, denominadas de “primeira mulher<sup>30</sup>” e “segunda mulher”, a “terceira mulher” representa um novo modelo (*ibid.*)

(...) que se caracteriza por sua autonomização em relação à influência tradicional exercida pelos homens sobre as definições e significações imaginário-sociais da mulher. A primeira mulher era diabolizada e desprezada; a segunda mulher, adulada, idealizada, instalada num trono. Mas em todos os casos a mulher era subordinada ao homem, pensada por ele, definida em relação a ele: não era nada além do que o homem queria que fosse (*ibid.*, p. 236).

Embora seja importante ressaltar: o modelo da terceira mulher não coincide com o desaparecimento das desigualdades entre os sexos (*ibid.*, p. 237) e mudanças de papéis e lugares sociais (*ibid.*, p. 239), “a variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidades, de itinerários e de aspirações.” (*ibid.*). Como bem descreve Bourdieu (2005, p. 126), “as mudanças visíveis que afetaram a condição feminina mascaram a permanência de estruturas invisíveis (...)”.

Mesmo as mulheres estando em todos os níveis do espaço social, as oportunidades de acesso e seus índices de representação são decrescentes à medida que atingem posições mais altas e raras (*ibid.*, p. 110), a exemplo dos espaços da política partidária e eleitoral,

---

<sup>30</sup> A “primeira mulher”, segundo Lipovetsky (2000, p. 234-236), é caracterizada pela mulher desprezada e inferiorizada na sociedade estruturada pela hierarquia de gênero, considerada, ademais, um ser perigoso, enganador e inconstante, ideia que perdurou até a aurora do século XIX em certas camadas sociais. A “segunda mulher” é aquela colocada em um pedestal: é a Dama medieval, a bela, as mulheres ilustres, a esposa-mãe-educadora. Magnifica-se sua natureza, imagem e papel social, mas a ela são negadas as decisões importantes, a participação política, a independência econômica e intelectual. Tal poder feminino permanece no imaginário, nos discursos e na vida doméstica. Para o autor, essa mulher enaltecida e idolatrada é reconhecida pelas feministas como a última forma de dominação masculina.

apresentados como “(...) a última fortaleza masculina, a esfera mais machista, a mais fechada às mulheres.” (LIPOVETSKY, 2000, p. 279).

Ou seja, mesmo com vitórias importantes, muitas das questões tratadas no presente capítulo sobre as motivações de uma cultura de subordinação e inferiorização das mulheres continuam a fazer parte da vida das mesmas, dificultando uma plena participação delas em diversas instâncias da sociedade, onde injustiças históricas podem ser transformadas. Os dados nacionais e internacionais expostos no próximo capítulo são exemplos disso, confirmando a sub-representação feminina nos espaços da política partidária e eleitoral e seus principais motivos.

## CAPÍTULO 2 - A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA

A história das mulheres revela um passado de injustiças e desigualdades, justificadas principalmente na biologia com o intuito de inferiorizar a mulher, relegando-a a papéis sociais nem sempre dignificantes e autônomos. Mesmo assim, esta história é uma história de lutas contra a opressão, e vitórias, a exemplo da conquista do direito de votar e tornar-se candidatas: um direito de tornarem-se efetivamente cidadãs.

No entanto, o peso do patriarcado é grande, sendo reproduzido em diversas instâncias da cultura e comprovado na exígua presença feminina em setores importantes da sociedade, o principal deles as instâncias de poder e decisão políticas, onde medidas tomadas afetam diretamente a garantia de direitos de cidadania.

Para Michelle Perrot (1998, p. 129), “a política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino”, por isso a entrada das mulheres na política acaba não sendo considerada normal em nenhum lugar, seja nos partidos, no Legislativo ou no Executivo. De fato, o direito de voto não implicou em uma transformação substancial das relações de gênero e na eleição expressiva de mulheres (RANGEL, 2012, p. 97), mas repensar a democracia é incluir nela a diferença dos sexos (PERROT, 1998, p. 134), sendo a igualdade política uma condição prévia para a modificação de uma situação histórica de desigualdade estrutural vivenciada pelas mulheres (AVELAR, 1996, p. 1), entendendo-se o poder político “(...) como a capacidade de tomar decisões e fazer valer escolhas no mundo público (...)” (RANGEL, 2008, p. 21).

### 2.1. UM PROBLEMA MUNDIAL

A discussão sobre o tema da sub-representação política feminina começou a ter maior relevância internacional na década de 1970, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, em 1979, e posteriores Recomendações e Plataformas de Ação das Conferências Mundiais de Nairóbi (1985) e Beijing (1995) (RANGEL, 2012, p. 79). Os documentos são instrumentos jurídicos importantes para assegurar igualdade de direitos e o fim de discriminações entre mulheres e homens.

A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, em 1995, é o documento mais recente e completo, tendo entre seus objetivos centrais o empoderamento da mulher.

O item G da declaração, intitulado “A mulher no poder e tomada de decisões”, reconhece a sub-representação feminina em quase todos os níveis governamentais apesar do processo de democratização existente na maioria dos países do mundo, mesmo sendo as mulheres a metade do eleitorado e tendo adquirido o direito de votar e desempenhar cargos públicos em quase todos os Estados-Membros das Nações Unidas. Uma participação mais igualitária de mulheres e homens na tomada de decisões proporcionará um equilíbrio que refletirá sobre a real composição da sociedade, também responsável pelo fortalecimento da democracia e seu funcionamento adequado, afirma o documento (ONU, 1995, p. 215).

A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma experiência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta. Sem a participação ativa das mulheres e a incorporação do ponto de vista próprio das mulheres em todos os níveis do processo de tomada de decisões não se poderá alcançar os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz (*ibid.*).

A Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher enumera ações a serem tomadas por governos, partidos políticos, instituições e sociedade visando à reversão da situação de sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão, adotando medidas concretas para criar uma massa crítica de mulheres dirigentes, executivas e administradoras em postos estratégicos (*ibid.*, p. 217), como ações afirmativas (*ibid.*, p. 216) e capacitação para as mulheres terem condições de ocupar espaços de liderança e participar de eleições (*ibid.*, p. 219).

Tais ações têm sido adotadas em diversos países, a exemplo da implementação de leis de cotas, estabelecendo um percentual mínimo de mulheres entre as candidatas nos partidos políticos. As ações afirmativas ou cotas servem de mecanismos de discriminação positiva, cujo objetivo é combater a ainda baixa participação feminina na política partidária e eleitoral, considerando a perspectiva social e as trajetórias diferenciadas das mulheres (RANGEL, 2009, p. 67). Segundo Clara Araújo (2001, p. 323), as cotas têm-se mostrado uma boa estratégia na luta das mulheres por maior inserção nas esferas de poder. Também proporcionam impactos simbólicos importantes por contribuir para alterar determinadas percepções sobre o lugar da mulher na política, além de gerar impactos objetivos, quantitativos, ao aumentar efetivamente os percentuais de mulheres presentes nas esferas de representação parlamentar em muitos países onde são adotadas. No mundo, segundo a ONU Mulheres (2011, p. 119), dos 28 países que conseguiram alcançar ou superar 30% de mulheres

no Parlamento ao menos 23 utilizam algum tipo de sistema de cotas. Na América Latina, a adoção de cotas em vários países entre os anos de 1990 e 2000 tem levado a uma importante aceleração do incremento de mulheres principalmente nas Câmaras Federais. O caso da Argentina é emblemático. O percentual de mulheres parlamentares passou de 6% para 38% (IDEA, 2008, p. 17). O país foi o primeiro país do mundo a adotar uma lei de cotas, condicionando os partidos políticos a incluir um mínimo de mulheres em suas listas eleitorais em 1991. Inicialmente estabelecia um mínimo de 30% de candidatas em cada partido e, posteriormente, garantiu também o sistema de dupla cota na lista fechada de votação, que funciona da seguinte forma: a cada dois nomes do mesmo sexo o terceiro precisa ser do outro sexo (RANGEL, 2008, p. 60). Isso diminui a competição entre candidatas e candidatos do mesmo partido e não deixa a possibilidade das mulheres ficarem no final da lista (*ibid.*, p. 57-58). Importante lembrar que, na Argentina, predomina o sistema eleitoral de listas fechadas nas eleições parlamentares. Os eleitores votam em uma lista partidária com nomes pré-ordenados, e os ocupantes das cadeiras no Parlamento serão os primeiros da lista de acordo com o número de votos recebidos pelo partido (*ibid.*, p. 36). O pioneirismo na adoção de cotas na Argentina incentivou diversos países na adoção de tal medida, vendo a mesma como um importante instrumento para incrementar a incorporação de mulheres em cargos legislativos num curto espaço de tempo (*ibid.*, p. 60).

Mesmo assim, os avanços são lentos, conforme mostram os dados da União Interparlamentar<sup>31</sup>, entidade que elabora regularmente um ranking da participação feminina em Parlamentos mundiais. A última atualização do ranking, de 1º de novembro de 2013<sup>32</sup>, afirma haver 21,3% de mulheres compondo as Câmaras Alta (Senado) e Baixa (Câmaras Federais) nos Parlamentos em 188 países. São 21,8% de deputadas e 19,1% de senadoras.

O único país a contar com mais de 50% de mulheres na Câmara Baixa é Ruanda<sup>33</sup>, na África, com 63,8%<sup>34</sup>. Entre as regiões<sup>35</sup>, a mais bem-avaliada engloba os países nórdicos<sup>36</sup>,

---

<sup>31</sup> Sediada na Suíça, a União Interparlamentar é uma organização internacional dos parlamentos. Criada em 1889, trabalha pela paz e cooperação entre os povos visando ao firme estabelecimento da democracia representativa (INTER-PARLIAMENTARY UNION. **What is the IPU?** Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/whatipu.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013).

<sup>32</sup> INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments:** world average. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

<sup>33</sup> Vale expor o argumento de Michelle Perrot (1998, p. 131) sobre a “síndrome de Joana d’Arc” aqui aplicado no caso de Ruanda, o único país no mundo a contar com um parlamento majoritariamente feminino. Para a historiadora, em períodos de crise, prefere-se recorrer a mulheres salvadoras: como nada funciona, por que não as mulheres para resolver o problema, especialmente as enérgicas, aptas a enfrentar tempestades, mulheres que possam superar os homens no plano da autoridade? Ruanda, na África, viveu ao longo de sua história inúmeras guerras devido a rivalidades entre grupos étnicos, levando a constantes crises políticas, econômicas e sociais. A mais violenta e sangrenta delas aconteceu em 1994, causando a morte de quase 1 milhão de pessoas

com 42% de média de mulheres parlamentares. No final da lista, encontram-se os países do Pacífico, com 15,9% de representação parlamentar feminina. Em comparação aos demais rankings elaborados pela organização desde 1997, podemos comprovar uma evolução crescente, embora muito lenta.

Tabela 1 - Média mundial anual de mulheres nas Câmaras Baixa e Alta (1997-2013)

Ano	Câmara Alta e Baixa (Senado e Câmara Federal)	Câmara Baixa (Deputadas)	Câmara Alta (Senadoras)
1º de Janeiro de 1997	11,7%	12%	10,1%
25 de Janeiro de 1998	11,8%	12,2%	9,8%
1º de Janeiro de 1999	13%	13,3%	10,9%
25 de Janeiro de 2000	13,1%	13,5%	10,7%
30 de Janeiro de 2001	14%	14,1%	13,4%
4 de Fevereiro de 2002	14,3%	14,5%	13,6%
31 de Janeiro de 2003	14,8%	14,9%	14%
30 de Janeiro de 2004	15,2%	15,2%	15,2%
31 de Janeiro de 2005	15,7%	15,9%	14,7%
31 de Janeiro de 2006	16,3%	16,5%	15,2%
31 de Janeiro de 2007	16,9%	17,1%	16%
31 de Janeiro de 2008	17,8%	18%	16,7%
31 de Janeiro de 2009	18,4%	18,5%	17,6%
31 de Janeiro de 2010	18,8%	19%	17,8%
31 de Janeiro de 2011	19,2%	19,3%	18,2%
31 de Janeiro de 2012	19,7%	19,9%	18,6%
1 de Novembro de 2013	20,3%	20,7%	18,2%

Fonte: ELABORAÇÃO BASEADA EM DADOS DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR<sup>37</sup>

(ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 1999, p. 506-508). Em outubro de 2000, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou por unanimidade uma resolução sobre mulheres, paz e segurança. A Resolução 1325 pede aos Estados-Membros um aumento da representação feminina em todos os níveis de tomada de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em sociedades recém saídas de guerras (UNFPA, 2010, p. 1).

<sup>34</sup> INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments: world classification.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

<sup>35</sup> INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments: regional averages.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

<sup>36</sup> A título de exemplo, podemos citar os casos da Finlândia, o primeiro país europeu a garantir às mulheres, sem qualquer restrição, o direito de votar e ser votada em 1906 (PINHEIRO, 2007, p. 59). Na Noruega, desde 1980, existem cotas que fixam uma taxa mínima de 40% para a participação feminina dentro dos partidos (AVELAR, 2001, p. 30).

<sup>37</sup> INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Archived Data.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world-arc.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

No atual ritmo, a paridade de gênero nos legislativos nacionais e em todo o mundo irá demandar mais 40 anos. Portanto, “para conquistar a igualdade real para as mulheres, precisamos continuar a trabalhar em prol do empoderamento político, econômico e social das mulheres”, lembra Helen Clark (2010, p. 3), administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e ex-primeira ministra da Nova Zelândia.

Os principais argumentos para uma maior presença feminina no Parlamento, como já citado – uma questão de justiça social e equidade, refletindo a real composição populacional e de gênero da sociedade, além da possibilidade da defesa de interesses específicos femininos – é o fato das mulheres trazerem um diferencial para a política quando acessam os espaços de política partidária e eleitoral conforme diversas pesquisas estão demonstrando.

Segundo a ONU Mulheres – Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – (ONU MUJERES, 2011, p. 26), em todo o mundo, o aumento da representação feminina nos Parlamntos coincide com reformas legais para ampliar os direitos das mulheres e seu acesso à justiça. Ou seja, “(...) as mulheres tenderiam a se considerar melhor representantes das próprias mulheres.” (MATOS; CÔRTEZ 2010, p. 44).

Outras características relevantes são enumeradas (AVELAR, 1996, p. 70-71): em primeiro lugar, a presença feminina na chamada “elite política” – cargos de decisão e poder (*ibid.*, p. 20) – é possível, na maioria dos casos, por sua participação prévia em movimentos urbanos e sindicais e movimentos de mulheres, que geralmente trazem à tona novas demandas não contempladas pelas mobilizações precedentes. Dessa forma, quando chegam ao poder, estas mulheres “(...) voltam-se às suas raízes e formulam e implementam políticas voltadas às questões sociais, conforme suas bases de poder.” (*ibid.*, p. 70).

Em segundo lugar, somente as mulheres podem levar adiante políticas sociais ligadas à saúde da mulher e da criança, à defesa de verbas para escolas e creches, demonstrando modernidade política onde existe dívida social com as referidas camadas da população (*ibid.*).

Em terceiro lugar, as mulheres vivem um processo de definição de suas identidades políticas, expandindo-se em novas redes de relações, proporcionando solidariedade na luta por seus interesses. São novas identidades levando a uma nova política, as redes de relações femininas são diferentes das masculinas e do mundo partidário: “ao levarem para o espaço

---

público demandas originadas de suas experiências na esfera privada, isto tem implicações radicais, pois a divisão entre esfera pública e esfera privada acaba sendo alterada com implicações para o sistema político.” (*ibid.*).

Uma última questão enumerada por Avelar (1996) refere-se ao alargamento do campo dos direitos humanos, civis e políticos, dentro e fora do campo eleitoral e partidário, quando as mulheres participam da elite política. O desenvolvimento de um estilo político mais responsável e cooperativo também é apresentado como um diferencial das mulheres legisladoras e faz toda a diferença na política, argumentam Marx, Borner e Caminotti (2007, p. 203).

Os testemunhos ouvidos de legisladoras argentinas e brasileiras em pesquisas realizadas pelas referidas autoras sugerem ser o gênero das parlamentares condicionante de sua dedicação a questões consideradas socialmente femininas, a exemplo de infância, saúde, educação e políticas de assistência social, além de projetos que afetam particularmente as condições de vida das mulheres, independentemente de filiação partidária (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 216).

Em seus discursos, as parlamentares priorizam temas relacionados com experiências de vida delas próprias (*ibid.*, p. 220). Elas se posicionam politicamente de maneira bem próxima a papéis que exercem como mães, irmãs, esposas e avós. Devido às maiores responsabilidades que histórica e culturalmente têm com seus filhos e com a administração de seus lares, tendem a uma visão e uma sensibilidade distintas, assim como o fato de executarem inúmeras atividades ao mesmo tempo pode proporcionar às mesmas capacidades singulares (um maior pragmatismo, por exemplo), ações valorizadas positivamente em termos morais (*ibid.*, p. 276).

Em virtude de suas experiências pessoais de discriminação, as mulheres tenderiam a uma maior vontade de democratização (*ibid.*), transformando e ampliando a agenda política ao promoverem projetos de gênero e de defesa de segmentos sociais historicamente marginalizados, dos quais os parlamentares homens não se ocupariam da mesma medida (*ibid.*, p. 218-219).

Aparentemente, na política, as mulheres não têm as mesmas motivações masculinas. Além de mais pragmáticas, elas são menos carreiristas, menos fascinadas pelos jogos de poder e menos preocupadas com obtenção de postos (LIPOVETSKY, 2000, p. 281-282). Preocupam-se em passar suas ideias e realizar avanços concretos, embora “isso não significa dizer que as mulheres não têm ambição, mas antes que esta está ligada mais à vontade de

conseguir resultados do que à de obter ‘lugares’ e honras: o poder é percebido mais como um meio do que como um fim em si.” (*ibid.*, p. 282).

## 2.2 O CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, após duas décadas de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e consequentes restrições aos direitos de participação política, as mulheres perceberam que não adiantaria apenas denunciar injustiças históricas. Seria necessário elaborar propostas e participar do poder para a implementação de políticas públicas referentes à realidade feminina (BORBA, 1998, p. 157). Dessa forma, a atuação parlamentar feminina tem significado um avanço na luta pela conquista de cidadania plena das mulheres no Brasil (*ibid.*, p. 169), apesar da presença feminina na vida política brasileira ser um fenômeno recente, intimamente relacionado com a expansão progressiva de direitos de cidadania para inúmeros segmentos antes marginalizados do poder (AVELAR, 1996, p. 17).

A participação política é definida como “(...) uma ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito de um estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou mudar a estrutura do sistema de interesses dominantes.” (*ibid.*, p. 78). Quanto maior esta participação, maior a reafirmação de valores, interesses e solidariedade, que formam identidades coletivas<sup>38</sup> novas, definindo-se a presença de novos atores e atrizes no campo da distribuição do poder. Portanto, “sem a organização política, não haverá participação, e sem esta não haverá modificação no sistema de distribuição de poder.” (*ibid.*).

A conceituação de Avelar (1996) serve para ilustrar um fato acontecido no Brasil, importante para assegurar inúmeros direitos adquiridos pelas mulheres através da organização e participação política das próprias mulheres no trabalho em conjunto na busca de objetivos comuns.

Em 1985, no processo de redemocratização do Brasil, foi instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, cujo objetivo era elaborar uma nova Constituição. Para a Câmara Federal na legislatura 1986-1990, com função constituinte, 26 mulheres foram eleitas, representando 5,7% do total de parlamentares (PINTO, 2003, p. 72). O recrutamento delas

---

<sup>38</sup> Entende-se por identidades coletivas “(...) um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencas grupais entre elementos que compartilham crenças e valores sociais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação, da comparação entre grupos e categorias sociais, através de relações de reciprocidade e de reconhecimento.” (PRADO, p. 200).

seguiu critérios de histórico político familiar, popularidade adquirida nos meios de comunicação e história partidária, entre outros. Apenas uma deputada, Moema San Tiago, tinha atuação feminista pública (*ibid.*, p. 73).

Mas as parlamentares constituintes organizaram-se, autodenominando-se “bancada feminina”, e apresentaram 30 emendas sobre direitos das mulheres, englobando praticamente todas as reivindicações do movimento feminista. Dois fatos merecedores de algumas linhas estão entre as razões citadas por Pinto para esta tomada de posição das mulheres.

Um dos fatores foi a participação ativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>39</sup>, ao mobilizar os movimentos de mulheres para uma atuação junto aos constituintes, principalmente às deputadas constituintes, sobre a necessidade de incorporação de pontos fundamentais referentes a direitos das mulheres historicamente defendidos pelo movimento feminista. O CNDM chegou a promover uma campanha nacional veiculada na televisão e em *outdoors* com o *slogan* “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher!” (*ibid.*, p. 74). Também produziu um completo e abrangente documento elaborado por um grande número de feministas denominado “Carta das Mulheres”, possivelmente, nas palavras da autora (*ibid.*, p. 75), “(...) um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo.”

A “Carta das Mulheres” foi dividida em duas partes. A primeira ultrapassava interesses corporativos femininos, defendia justiça social, criação do Sistema Único de Saúde, ensino público e gratuito, autonomia sindical, reformas agrária e tributária, negociação da dívida externa, além de outras questões. A segunda parte detalhava demandas em relação a direitos das mulheres com referência a temas como trabalho, saúde, direitos de propriedade, sociedade conjugal, inovando na proposta da legalização da prática do aborto e de garantia da

---

<sup>39</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985 vinculado ao Ministério da Justiça. O seu objetivo era promover políticas públicas que pudessem combater a discriminação contra a mulher e assegurar a participação da mesma em atividades políticas, econômicas e culturais (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/conselho>>. Acesso em: 7 ago. 2013). Sua atuação real estendeu-se apenas entre os anos de 1985 e 1989, perdendo orçamento próprio a partir do governo Collor (1990-1992) e tendo como conselheiras muitas mulheres indicadas com pouca tradição no movimento feminista (PINTO, 2003, p. 72). Em 2003, a partir do governo Lula (2003-2010), o CNDM passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Hoje conta com representantes da sociedade civil e do governo federal, possibilitando ampliar o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. O apoio à Secretaria de Políticas para as Mulheres na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil é também atribuição do CNDM (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/conselho>>. Acesso em: 7 ago. 2013).

defesa contra a violência física e psíquica, solicitando delegacias especializadas de mulheres em todos os municípios brasileiros (*ibid.*).

Outro fator apontado pela autora para tal organização feminina durante a Constituinte foi a própria dinâmica interna da Câmara Federal, um espaço que por ser privilegiadamente masculino certamente colaborou para o crescimento de uma identidade e uma solidariedade femininas entre as 26 deputadas (*ibid.*, p. 74).

Também conhecido como “*lobby* do batom”, esta organização das mulheres através da pressão do movimento feminista e da Bancada Feminina no Congresso Nacional proporcionou a incorporação de quase todas as suas propostas na Constituição de 1988, considerada por Matos e Cortês (2010, p. 35) um marco na história do feminismo brasileiro:

Além de contemplar a igualdade em direitos e de obrigações de homens e mulheres em seu artigo 5º, inciso I, reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu união estável, confirmou o divórcio, ampliou licença-maternidade, criou direito à licença-paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica<sup>40</sup>. Não houve, entretanto, muitos avanços no que diz respeito ao tema do aborto.

Importante ressaltar a existência ainda nos dias atuais de uma ação suprapartidária, a exemplo do *lobby* do batom, no Congresso brasileiro, onde a chamada Bancada Feminina atua

---

<sup>40</sup> Uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher foi sancionada apenas 18 anos após a promulgação da Constituição de 1988. É a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), também resultado de um trabalho conjunto de pressão dos movimentos de mulheres, da Bancada Feminina e da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A lei homenageia a farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após duas tentativas de assassinato por parte do então marido. O caso de Maria da Penha ganhou repercussão internacional pela impunidade do agressor, e o Estado brasileiro foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que determinou o julgamento do agressor e a elaboração de uma lei específica relativa à violência contra a mulher. Em 2002, as Organizações Não Governamentais feministas Advocacy, Agende, Themis, Cladem/Ipê, Cepia e CFemea elaboraram conjuntamente um anteprojeto de lei para combater a violência contra a mulher. Em 2004, o anteprojeto foi apresentado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Esta, por sua vez, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um Projeto de Lei sobre os mecanismos de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. Após consulta e debate com representantes da sociedade civil, operadores de Direito, servidores da Segurança Pública e outros representantes de entidades envolvidas na temática, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei, posteriormente também alterado após amplos debates em audiências públicas realizadas em todo o país. O substitutivo foi aprovado na Câmara e no Senado, culminando na Lei 11.340, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, sob o nome de Lei Maria da Penha, legislação hoje tida como o principal instrumento legal de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Lei Maria da Penha – Breve histórico**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em: 7 ago. 2013).

em conjunto e independente de posições político-partidárias para a proposição e aprovação de leis de interesse das mulheres (DONINI; GODOI, 2010, p. 23-24).

Os movimentos sociais de mulheres em parceria com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário têm realizado trabalhos de avanços para a conquista de cidadania às brasileiras. Os números mostram uma intensa produção legislativa de promoção dos direitos das mulheres nas últimas duas décadas, com a sanção de mais de 100 leis e mais de 300 proposições de projetos de leis em tramitação no Congresso Nacional relacionados a diversas áreas: trabalho, saúde, violência, sexualidade e direitos civis (*ibid.*).

Além disso, inúmeros acordos e convenções internacionais de proteção aos direitos femininos foram internalizados mediante edição de decretos legislativos, conferindo-lhes *status* de norma constitucional, sem contar a criação de datas comemorativas e prêmios de valorização e homenagens, como a instituição do “Ano da Mulher (2004)” e o “Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz”, lançado em 2001 (*ibid.*).

Luana Pinheiro (2007) e Patrícia Rangel (2008) pesquisaram a atuação parlamentar feminina pós-Constituinte entre os anos de 1987-2002 e 2007-2011, respectivamente, e traçaram um perfil dessas parlamentares e suas áreas de atuação, embora estejam ainda sub-representadas no Parlamento. As pesquisas detiveram-se apenas na análise das deputadas federais, por serem Câmara e Senado espaços diferentes de poder, interesses e funções (PINHEIRO, 2007, p. 23-24). A Câmara Baixa ou Câmara dos Deputados é o órgão de representação mais imediata de legitimidade de um país, composta por representantes de todas as províncias ou estados e dos distritos federais, sendo o número de legisladores proporcional ao tamanho de cada distrito eleitoral (RANGEL, 2008, p.17).

Na pesquisa de Pinheiro (2007, p. 141), constatou-se que realmente as mulheres na política brasileira fazem a diferença na política partidária e eleitoral ao trabalharem pela garantia de direitos a segmentos sociais historicamente excluídos, especialmente as próprias mulheres, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. As parlamentares têm um interesse especial por temas sociais histórico e culturalmente relacionados como de responsabilidade feminina. Um terço dos projetos de autoria das deputadas (33,4%) está concentrado em áreas relacionadas aos cuidados, a exemplo de educação e saúde, e proposições legislativas voltadas para grupos específicos – crianças, adolescentes, população negra, idosos, portadores de deficiência e população LGBT.

Esta é uma característica importante da atuação feminina: ir além das temáticas de cunho universal e garantir àqueles grupos vítimas de

preconceitos e discriminações, conquistas legais que lhe assegurem melhores condições de vida e de inserção na sociedade (PINHEIRO, 2007, p. 141).

Soma-se a este campo dos cuidados uma boa quantidade de projetos voltados especificamente para as mulheres, principalmente visando à ampliação e garantia de direitos, em diversas áreas: trabalho, previdência, política eleitoral, alterações no Código Civil, violência sexual e doméstica, além de temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva (*ibid.* p. 142). “Aqui, o que determina a atuação é a lógica da política da presença, ou seja, ninguém melhor do que a mulher para defender os seus próprios interesses” (*ibid.*, p. 143), compromisso e responsabilidade assumidos pelas deputadas.

Outra parte considerável dos projetos de iniciativa feminina (28,2%) também diz respeito a temas sociais, mas não diretamente relacionados ou reconhecidos como tipicamente femininos, sobre trabalho, emprego e geração de renda. A explicação é a preocupação dessas parlamentares em atender a demandas de determinados segmentos profissionais da classe trabalhadora e de movimentos sociais, base de apoio das mesmas, muitas vindas desses movimentos (*ibid.*).

Resultados parecidos foram observados por Rangel (2008, p. 70): o maior envolvimento das parlamentares com temas sociais diretamente relacionados a vivências das mulheres, a exemplo de trabalho e previdência, em virtude da marginalização feminina no mercado de trabalho; violência contra a mulher e saúde, em decorrência de uma maior dependência feminina em relação ao setor e urgência de atendimento médico no campo da saúde reprodutiva e pediátrica.

A atuação pós-Constituição das mulheres na Câmara, em articulação com os movimentos de mulheres e os movimentos feministas, possibilitou importantes conquistas e garantias legais: salário maternidade e a licença-gestante para trabalhadoras rurais em regime de economia familiar (1992), realização de esterilização em hospitais da rede pública (1996), Lei do Planejamento Familiar (1996), normatização do atendimento ao aborto legal no SUS (1998), Lei Maria da Penha (2006), entre outras (RANGEL, 2008, p. 73). No entanto, apenas 4% de todos os projetos apresentados por deputadas no período 1988-2002 foram aprovados, levando a crer em uma atuação feminina ainda pouco reconhecida e detentora de pouca legitimidade dentro da Câmara (*ibid.*, p. 72).

Pinheiro (2007) e Rangel (2012) reconhecem a importância da chamada “representação descritiva ou política de presença” na Câmara Federal – ou seja, “(...) grupos minoritários precisam ser fisicamente representados para serem considerados no processo de

deliberação das perspectivas identitárias de tais grupos” (RANGEL, 2012, p. 33) – conjugada a uma “representação substantiva ou de ideias”: mulheres com uma consciência de gênero, que busquem o fim da desigualdade para o aprofundamento da democracia. É o modelo defendido pelas feministas.

O movimento feminista tende a considerar que não adianta só eleger mais mulheres, e sim mais mulheres com consciência de gênero, ou seja, com consciência de sua situação de marginalização e dispostas a fortalecer a solidariedade com base na ideia que a desigualdade é estrutural e que todas as soluções para esse problema devem ser coletivas (*ibid.*, p. 34).

No entanto, tal objetivo fica comprometido com a sub-representação feminina no Parlamento brasileiro, embora as poucas mulheres lá presentes até o momento tenham feito um trabalho importante na garantia de interesses das próprias mulheres.

Em comparação ao caso argentino, onde as mulheres são quase 40% do Parlamento, a conjugação entre “política de presença” e “política de ideias” tem se mostrado mais efetiva. No período pós-redemocratização nos dois países, Argentina e Brasil, entre as décadas de 1980 e 2010, a legislação de gênero argentina corresponde a 1,8% do total de proposições apresentadas de diversos temas entre parlamentares no país, mulheres e homens, enquanto esse percentual, no Brasil, é de apenas 0,2%.

Os dados mostram, na Argentina, uma priorização na participação política das mulheres quase dez vezes maior que o Brasil em termos de produção legislativa, mesmo não existindo no Parlamento argentino nenhuma instância interpartidária articulada em torno de interesses relacionados aos direitos das mulheres como a Bancada Feminina brasileira (*ibid.*, p. 144-145).

É importante lembrar que o Brasil ocupa uma das piores colocações no ranking da União Interparlamentar, a 120ª posição num total de 142 posições em comparação com 188 países – vários países aparecem empatados na mesma posição, por isso a diferença nos números – com 8,6% de deputadas e 16% de senadoras eleitas nas últimas eleições parlamentares em 2010. Não esquecendo ser a média mundial de 21,8% de mulheres nas Câmaras Federais e 19,1% nos Senados. Além disso, o país fica muito atrás de países vizinhos da América do Sul, podendo citar Bolívia (44ª), Peru (62ª), Paraguai (80ª), Chile (93ª) e

Uruguai (104<sup>a</sup>), além de países com sérios problemas pós-guerra, a exemplo do Afeganistão (36<sup>a</sup>) e do Iraque (45<sup>a</sup>), de acordo com dados atualizados em novembro de 2013<sup>41</sup>.

A presença feminina no Parlamento brasileiro tem sido crescente, embora lenta, semelhante à situação mundial. A média de mulheres parlamentares no Brasil é a metade da média mundial.

Tabela 2 - Número de mulheres eleitas para a Câmara Federal e Senado Federal no Brasil (1934 a 2010)

Ano da Eleição	Câmara Federal	Senado
1934	1	0
1946	0	0
1950	1	0
1954	3	0
1958	2	0
1962	2	0
1965	6	0
1970	1	0
1974	1	0
1978	4	0
1982	8	0
1986	26	0
1990	29	2*
1994	32	4**
1998	29	2*
2002	42	8**
2006	46	4*
2010	45	8**

Fonte: ADAPTADO DE PINHEIRO (2007, p. 68), AVELAR (2001, p. 25), RANGEL (2008, p. 74), GOMES (2010, p. 15). Notas: \* Eleições para 1/3 das cadeiras do Senado Federal \*\* Eleições para 2/3 das cadeiras do Senado Federal

---

<sup>41</sup> Dentre os vizinhos sul-americanos, a Argentina vem ocupando a melhor posição no ranking da União Interparlamentar. Na atualização de 13 de agosto de 2013, anterior às últimas eleições parlamentares, a Argentina aparecia na 18<sup>a</sup> posição entre os países. INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments: world classification.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2013. No entanto, o país aparece em último na atual atualização em função da não disponibilização de dados do pleito mais recente, realizado em outubro de 2013. INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments: world classification.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

Muitos são os motivos para a sub-representação das mulheres no Parlamento. Como bem sintetiza Pinheiro (2007, p. 199), a baixa presença feminina nos espaços de poder, particularmente na Câmara Federal, está associada à ideia de uma democracia incompleta. E isso se dá especialmente por três motivos: não se oferecem chances e condições de disputa similares a candidatas e candidatos; não é assegurada a existência da “porção de espelho”, necessária para o Parlamento configurar-se como realmente uma instituição representativa; além de valores e preconceitos ainda atribuírem às mulheres e aos homens capacidades e habilidades distintas para o exercício da política.

Baseado na bibliografia analisada para esta pesquisa, é possível enumerar diversos motivos que levam a uma democracia incompleta no Brasil – ou “déficit democrático de gênero”, na definição de José Eustáquio Diniz Alves (2009, p. A3) – dividindo-os em questões relacionadas a aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos inter-relacionados.

### **2.2.1 Socialização diferenciada e autoexclusão dos espaços de poder**

Conforme exposto no capítulo 1, o patriarcado, regime de dominação-exploração das mulheres, estimulou mulheres e homens a ocuparem distintos lugares e adotarem diferentes papéis sociais. Apesar de muitos avanços na condição da mulher e conquistas importantes de direitos, como a ocupação de postos de poder e decisão, esse sistema de dominação-exclusão ainda apresenta-se, embora de forma mais sutil, quase invisível – intitulado de violência simbólica por Bourdieu (2005, p. 7) –, e continua a ser reproduzido por diferentes instâncias sociais e vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, naturalizando muitas situações de injustiça que não são naturais, mas histórica e culturalmente construídas.

Dessa forma, explicita Lipovetsky (2000, p. 295), as mulheres são socializadas para valorizar mais o sucesso privado, valores relacionais e afetivos, em detrimento do sucesso público, onde existe a dominação hierárquica. Tal dicotomia homem público/mulher privada acaba por funcionar “como uma máquina que dota de sentido a busca do poder para uns e a destitui de sentido para as outras”. Isso tende a tornar as mulheres refratárias às lutas por postos de poder, esvaziando um possível sentido existencial de busca do poder pelo poder e levando-as a cogitar o sacrifício de suas carreiras, caso o sucesso profissional possa prejudicar a vida privada e familiar.

A referida situação fica bem entendida através das falas de mulheres no Parlamento entrevistadas por Luana Pinheiro (2007). Grande parte daquelas que galgaram postos representativos de poder prefere não admitir buscar tais espaços ou desejar construir uma

carreira política via ocupação de mandatos eletivos. “A associação entre poder, ambição e mulher não é, ainda, algo resolvido para elas”, defende Pinheiro (2007, p. 190).

Essas normas sociais e identitárias que orientam preferencialmente o masculino para a competição e os resultados e o feminino para o relacional e o íntimo dão aos homens a vantagem para galgar os escalões da hierarquia. Vencer, dominar os outros é um objetivo em si, um ideal identitário para os homens, não para as mulheres (LIPOVETSKY, 2000, p. 304).

Tal socialização responsável por definir diferentes papéis e lugares para mulheres e homens, resultado do patriarcado e da dominação masculina, e incorporada tão eficazmente também pelas próprias mulheres, leva a uma verdadeira “autoexclusão” dos espaços públicos, lembra Bourdieu (2005, p. 52), embora esta afirmação precise ser usada com cuidado por parecer ser mais uma das características da dominação masculina: culpabilizar a vítima por sua situação de submissão. O importante é salientar serem tais atitudes de distanciamento resultantes de um poder inscrito duradouramente nos corpos dos dominados sob a forma de esquemas de percepções e disposições, não um ato consciente, livre e deliberado de uma pessoa (BOURDIEU, 2005, p. 52-53).

### **2.2.2 Divisão sexual do trabalho desigual e menos tempo para fazer política**

Socializadas e educadas para o mundo privado e dos cuidados com a família e os afazeres domésticos, até por sua condição biológica de mulher e mãe – usada para naturalizar a sua relação com o mundo doméstico, por sua vez considerado inferior e dotado de menor prestígio social –, as mulheres deparam-se com a desigual divisão sexual do trabalho.

Para Miguel (2009, p. 34), está no cerne da subalternidade feminina, com repercussões na fraca presença delas na política institucional, a divisão existente entre uma esfera doméstica tida como “feminina” e uma esfera pública tida como “masculina”. Mulheres que permanecem restritas a uma rotina de trabalhos domésticos têm menor acesso às redes de socialização fundamentais para impulsionar carreiras políticas. Já aquelas com uma rotina profissional conjugada a afazeres domésticos se deparam com outro problema: menos tempo livre, um recurso fundamental para a participação política. Objetivando reverter a situação, seriam necessárias a disponibilização de equipamentos coletivos – creches, lavanderias e restaurantes, ajudando a reduzir a sobrecarga de trabalho das mulheres – e uma maior coresponsabilidade nas tarefas dos cuidados com os homens.

De acordo com pesquisa do IBGE (ALMEIDA, 2013, p. 27) sobre o uso do tempo, as mulheres ocupam 3h35 minutos do seu dia com afazeres domésticos, enquanto os homens despendem menos da metade desse tempo, apenas 1h14, desigualdade melhor entendida ao se constatar serem as mulheres 43,9% da população economicamente ativa<sup>42</sup> no Brasil. Elas também trabalham fora junto com os homens e acumulam atividades dos cuidados por estas terem sido incorporadas como um atributo exclusivo das mesmas e, portanto, desvalorizado<sup>43</sup>. Sem esquecer que as mulheres já são 37,3%<sup>44</sup> das chefes de família no Brasil, segundo o Censo 2010, um crescimento expressivo de 15 pontos percentuais em comparação ao Censo de 2000. Isso significa dizer que mais de 1/3 das brasileiras encaram sozinhas todas as responsabilidades familiares, sinônimo de mais trabalho e menos tempo para o envolvimento com outras atividades, a exemplo da política.

### **2.2.3 Possibilidade de não conciliação entre mundo privado e público**

Socializadas para o mundo do privado, dos cuidados, da maternidade, do casamento em detrimento da autonomia e da busca dos próprios desejos, lançar-se em uma área considerada masculina, como a política, pode trazer problemas de conciliação entre papéis socialmente esperados das mulheres. Aquelas que conseguem altos cargos de poder político ou econômico normalmente “pagam” este sucesso profissional com um menor “sucesso” na vida doméstica e na economia de bens simbólicos (BOURDIEU, 2005, p. 126). Aos homens, o casamento oferece um apoio à atividade política. Ao contrário, para a mulher, é um complicador, uma tarefa extra, concorrente com seus compromissos públicos.

Consequentemente, muitas mulheres iniciam uma carreira política tardiamente, quando os filhos crescem, ou limitam seu progresso em virtude de fatores como ter que mudar de cidade ou ficar ausente de casa por muito tempo. Por isso não causa estranhamento o fato de existir uma maior proporção de solteiras, separadas e viúvas na política (MIGUEL, 2009, p. 35).

---

<sup>42</sup> Dado referente ao Censo Demográfico 2010 relativo à população ocupada com mais de 10 anos (IBGE, 2012a, p. 62).

<sup>43</sup> Se o trabalho doméstico fosse pago, em dez anos poderia gerar um valor correspondente a um Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, afirma a pesquisadora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Hildete Pereira de Melo, pouco mais de R\$ 4 trilhões (ALMEIDA, 2013, p. 28).

<sup>44</sup> Dado referente ao Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012b, p. 83).

A constatação desse problema pode ser entendida pela maior presença de mulheres em cargos político-institucionais a exemplo do Parlamento a nível local<sup>45</sup>, na esfera municipal, mais próximo de suas famílias, redes de amizade e comunidades, facilitando a conciliação dessas atividades com as tarefas de cuidados e responsabilidades familiares tradicionalmente relegadas às mulheres, conciliação mais difícil se ocuparem cargos em nível estadual ou nacional (QUEIROZ; PINHEIRO, 2010, p. 30).

#### 2.2.4 Medo de perder a feminilidade

O acesso ao poder coloca as mulheres em uma situação denominada *double bind*: se atuam como homens, correm o risco de perder os atributos obrigatórios de feminilidade: se agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas. Isso acontece porque cargos de poder, tidos como naturalmente talhados para os homens, exigem atributos socialmente associados ao mundo masculino – segurança, autoridade e agressividade (BOURDIEU, 2005, p. 84).

Para chegar a tais posições, as mulheres precisariam possuir o exigido ao cargo: estatura física, voz ou aptidões a exemplo de agressividade, segurança, etc. (*ibid.*, p. 78). Mas delas sempre foi esperado um outro comportamento: serem “sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”, sinônimo de feminilidade. Sem contar que a dominação masculina “(...) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.” (*ibid.*, p. 82).

Ser feminina significa evitar sinais de virilidade, e dizer a uma mulher no poder que a mesma é “muito feminina” parece ser um modo sutil de negá-la qualquer direito ao poder, atributo caracteristicamente masculino (*ibid.*, p. 118).

#### 2.2.5 Machismo dos partidos políticos

---

<sup>45</sup> Enquanto o percentual de deputadas federais eleitas nas últimas Eleições 2010 não ultrapassou 9% – foram eleitas 45 deputadas federais (8,77%) –, nas eleições estaduais realizadas no mesmo pleito, elegeram-se 137 deputadas para as Assembleias Legislativas, levando-as a ocupar 12,93% do Parlamento estadual (GOMES, 2010, p. 10). Já nas Eleições 2012, foram eleitas 7.638 vereadoras, um percentual de 13,33% de ocupação feminina nas Câmaras Municipais (TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012: Estatísticas e Resultados da Eleição - Cargo/sexo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em 15 ago. 2013). Ou seja, quanto maior a hierarquia no Parlamento menor a participação percentual de mulheres.

Os partidos políticos são considerados um dos principais obstáculos à ampliação da participação político-partidária das mulheres no Brasil. Os homens no interior dos partidos veem as mulheres como competidoras, como se as mesmas, que representam uma força política nova, pretendessem apenas ocupar seus espaços (AVELAR, 2010, p. 18). “Eles não têm a perspectiva da igualdade (...) É uma mistura de preconceito, conservadorismo, valores patriarcais.” (*ibid.*).

Parlamentares brasileiras entrevistadas na pesquisa de Marx, Borner e Caminotti (2007, p. 174) afirmam: os homens mandam nos partidos. Às mulheres cabem as tarefas de trabalhar e pedir votos, ou trabalham nas campanhas de outros candidatos e organizam eventos, embora tal comportamento venha mudando lentamente a partir da ascensão feminina na política institucional (PINHEIRO, 2007, p. 83).

Outra crítica feita aos partidos é a falta de preocupação em promover programas de capacitação e liderança dirigidos às mulheres, orientando-as a um melhor desempenho político (IDEA, 2008, p. 19). Na tentativa de reverter o problema, o texto do Anteprojeto de Lei para a reforma política, elaborado por uma Comissão Tripartite constituída por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário além de organizações da sociedade civil, enviado ao Congresso em 2009, estipulou o uso de no mínimo 30% do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas e difusão da participação política das mulheres (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2010b, p. 32).

A chamada minirreforma eleitoral aprovada no mesmo ano de 2009 acatou a proposta, embora tenha reduzido para 5% o percentual mínimo de verba a ser usada, quantia a ser fixada pelo órgão de direção partidária. Caso não cumpra a lei, o partido deverá no ano subsequente acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para tais fins, ficando impedido de usá-lo em outras atividades (*ibid.*, p. 26). Ou seja, o estímulo à participação feminina ficou condicionado, da mesma forma, aos dirigentes partidários, em sua maioria homens.

Na proposta original do Anteprojeto de Lei da Comissão Tripartite, o repasse de recursos do fundo partidário para promoção da participação feminina seria condicionado à existência de instâncias de mulheres nos partidos, ficando as dirigentes dessas instâncias responsáveis pela administração financeira (*ibid.*, p. 32). Mas a sugestão não foi aprovada.

## **2.2.6 Características do Sistema eleitoral**

O Brasil adota o sistema de governo presidencialista com um Poder Legislativo bicameral, composto pela Câmara Federal e o Senado, renovado através de eleições a cada quatro anos. Desde 1945, o país utiliza o sistema proporcional com lista aberta ou voto preferencial para as eleições de deputadas(os). Tal sistema de lista aberta funciona da seguinte forma: os partidos apresentam uma lista de nomes sem definir prioridade. A eleitora e o eleitor podem votar em um nome, na lista partidária (voto de legenda) ou em ambos. Os votos da legenda são computados para o partido e, somados aos votos recebidos por cada candidata(o), definem o número de cadeiras que cada partido terá direito a ocupar (ARAÚJO, 2008, p. 89).

O voto de legenda no Brasil é secundário, a maior parte das eleitas e dos eleitos é escolhida através do voto preferencial ou individual. Diante de uma competição acirrada e individualista, os partidos selecionam como candidatas(os) quem tem maior visibilidade eleitoral, especialmente conquistada por uma trajetória política prévia (*ibid.*).

Mesmo tendo uma Lei de Cotas<sup>46</sup>, garantindo um mínimo de 30% de candidaturas femininas nas listas eleitorais, a regra carece de fiscalização eficiente para ser cumprida e de sanções aos partidos que não a cumprem (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 185). Nas últimas eleições para o Parlamento Nacional e Assembleias Estaduais, em 2010, apenas 17,3% de todos os partidos/coligações em todos os Estados e no Distrito Federal alcançaram o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo nas candidaturas à Câmara Federal, Assembleias Legislativas e Câmara Distrital (GOMES, 2010, p. 12).

Nas Eleições de 2012, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, pela primeira vez na história do país mais de 30% das candidaturas foram femininas, totalizando uma média de 31,5%: 13,1% para as Prefeituras e 32,6% para as Câmaras Municipais<sup>47</sup>.

### 2.2.7 Menor capital político

---

<sup>46</sup> Em 1995, foi aprovada a Lei 9.100/1995, garantindo que 20% no mínimo das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres para as Câmaras Legislativas municipais. Em 1997, as cotas são estendidas aos demais cargos proporcionais. Também passaram a ser de no mínimo 30% e no máximo 70% para cada um dos sexos (PINHEIRO, 2007, p. 67 e 71). Diante do pouco impacto das cotas no aumento da representação de mulheres na política, uma minirreforma eleitoral aprovada em 2009 mudou a redação da Lei 9.504/1997. Alterou o verbo “reservar”, trocando-o por “preencher”, em referência às vagas em disputa nos partidos, definindo a obrigatoriedade no cumprimento das cotas (GOMES, 2010, p. 12).

<sup>47</sup> TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012**: Estatísticas de Candidaturas – Cargo/Sexo. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

Frente ao exposto, estarão melhor equipados aos pré-requisitos para o recrutamento político quem tiver uma posição mais central, com maior escolaridade, prestígio profissional, melhor posição socioeconômica, maior tempo de residência em um certo lugar, mais elevado *status* na rede de inter-relações sociais e pessoais e participação prévia na política (AVELAR, 1996, p. 75), “por tais indicadores vemos que as mulheres dificilmente encontram-se nestas posições centrais, em face da divisão sexual do trabalho e da posição na família, fatores que irão refletir no recrutamento e acesso à elite.” (*ibid.*).

Ter uma posição social central está intimamente relacionado com o sucesso ou não das campanhas políticas, muito dispendiosas no Brasil, principalmente em função da individualização e da competição interna dentro dos próprios partidos.

O financiamento de campanha, assegura Avelar (2010, p. 17), é um dos principais obstáculos para efetiva entrada das mulheres na política partidária e eleitoral. Sem dinheiro, é difícil concorrer e competir com grandes caciques políticos. Em entrevista a Marx, Borner e Caminotti (2007, p. 193), uma parlamentar brasileira afirmou ter gastado R\$ 1,5 milhão em sua campanha a deputada federal, dinheiro tirado do próprio bolso. Ela disse que provavelmente não será mais candidata porque os gastos poderiam afetar sua própria sobrevivência.

O Fundo Partidário, sistema de financiamento público, não costuma cobrir 10% das campanhas (SPECK, 2004 *apud* MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 185). Dessa forma, o financiamento privado é essencial, sendo possível por meio de contatos adquiridos por redes de socialização e experiência adquirida. Mas isso é dificultado para as mulheres, porque as mesmas ocupam espaços de prestígio diferenciados dos homens. É o chamado capital político, um conceito extraído de Pierre Bourdieu, explica Miguel (2003). O capital político “(...) indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.” (MIGUEL, 2003, p. 115).

O capital político “(...) baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política).” (*ibid.*, p. 121). Está distribuído desigualmente na sociedade: os simples eleitores estão na base da pirâmide, podendo apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política. Em um patamar intermediário, estão “analistas políticos”, que presentes na mídia interpretam o jogo político para os leigos. No topo da pirâmide, encontram-se os líderes, autores das alternativas em jogo e reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais (*ibid.*).

Ao constatar que as mulheres, apesar de maioria na população e do eleitorado, estão em minoria nos Poderes Executivo<sup>48</sup>, Legislativo<sup>49</sup> e Judiciário<sup>50</sup>, nas secretarias dos governos executivos estaduais<sup>51</sup>, nas direções e posições de maior visibilidade e decisão nos partidos<sup>52</sup>, nos sindicatos<sup>53</sup>, nas empresas<sup>54</sup>, e ainda ocupam majoritariamente profissões relacionadas à divisão sexual do trabalho – as áreas sociais (Educação, Saúde e Assistência Social), tradicionalmente associadas ao mundo privado e dos cuidados, por isso, desvalorizadas – entende-se ser o capital político das mulheres menor.

Isso dificulta o apoio efetivo dos partidos às suas candidaturas e o apoio financeiro tanto do partido como privado, apoio essencial para proporcionar reais chances de vitória eleitoral. A título de exemplo, uma pesquisa sobre candidaturas à Câmara Federal nas

<sup>48</sup> No Poder Executivo brasileiro, houve avanços com a eleição de Dilma Rousseff em 2010, a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. A presidenta também nomeou um número recorde de ministras ao assumir o cargo, totalizando 10 mulheres, correspondendo a 25,64% do ministério, ministras responsáveis por diversas áreas, inclusive algumas tradicionalmente pouco ocupadas por mulheres, como o Planejamento, Casa Civil e Relações Institucionais (não esquecendo que a própria Dilma ocupou pastas afins, Minas e Energia e Casa Civil em momentos distintos no governo Lula, cargos interessantes para a conquista de capital político). Na maior parte do governo Dilma Rousseff, as ministras foram: Ideli Salvatti (Relações Institucionais), Eleonora Menicucci (Secretaria de Mulheres), Luiza Helena de Bairros (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Maria do Rosário Nunes (Secretaria de Direitos Humanos), Helena Chagas (Secretaria de Comunicação Social), Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Tereza Campello (Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Marta Suplicy (Cultura), Gleisi Helena Hoffmann (Casa Civil) (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Presidência – Ministros**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>. Acesso em: 15 ago. 2013). As governadoras eleitas nas Eleições 2010 foram apenas duas, totalizando 7,4%, Roseana Sarney, no Maranhão, e Rosalba Ciarlini, no Rio Grande do Norte (GOMES, 2010, p. 12).

<sup>49</sup> Nas últimas Eleições 2010 para a Câmara Federal, Senado e Assembleias Legislativas, foram eleitas 8,7% de deputadas federais, 14,81% de senadoras e 12,93% de deputadas estaduais e distritais (GOMES, 2010, p. 15). Já nas últimas Eleições 2012, para as Câmaras Municipais em todo o país, foram eleitas 7.638 vereadoras, representando um percentual de 13,33% (TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012: Estatísticas e Resultados da Eleição - Cargo/sexo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 15 ago. 2013).

<sup>50</sup> Atualmente, a composição da Suprema Corte no Brasil tem 11 integrantes, apenas duas mulheres, as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia (STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Composição Atual**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao>> Acesso em: 15 ago. 2013).

<sup>51</sup> Segundo um levantamento realizado em 2009, as mulheres ocupavam apenas 16,48% das secretarias dos governos estaduais e 19,85% das secretarias dos governos municipais nas capitais. Em sua maioria, elas eram responsáveis por pastas ligadas à área social, reafirmando uma visão conservadora do “lugar” feminino na sociedade ao relacionar a mulher ao papel de mãe e cuidadora (GOMES, 2009, p. 85).

<sup>52</sup> Não há nenhuma mulher na presidência partidária dos 32 partidos políticos brasileiros (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 24 jan. 2014).

<sup>53</sup> As Mulheres ocupam pouco mais de 20% das direções das centrais sindicais no Brasil, 21,18%, segundo Marques e Costa (2009, p. 87), baseado em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Segundo Lúcia Avelar (1996, p. 9), as organizações sindicais são importantes instâncias de acesso a partidos políticos.

<sup>54</sup> Em 2009, mulheres ocupavam 21,4% das chefias de empresas no Brasil (DIEESE, 2011, p. 271). Mas, desde 2012, temos uma mulher presidindo a maior empresa pública do país, Maria das Graças Silva Foster, na Petrobras (PETROBRAS. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/organograma/>>. Acesso em: 21 ago. 2013).

Eleições de 2010 revela que as mulheres têm mais chances de serem eleitas quando conseguem investimentos superiores a R\$ 1 milhão, independentemente de partido ou posição ocupada anteriormente. No entanto, do total de candidatas(os) declarantes de receitas de campanha superiores a R\$1 milhão na referida eleição, apenas 6% era do sexo feminino (ARAÚJO; BORGES, 2012, p. 370). Dessa forma, “conclui-se que as mulheres possuem mais dificuldades em arrecadar mais receitas para a campanha à Câmara Federal, mas, ao obterem mais recursos, suas chances de serem eleitas aumentam”. (*ibid.*, p. 374).

Para aquelas que conseguem driblar as dificuldades e ingressam no Parlamento, novos desafios se impõem. A entrada tardia nesse universo masculino exige adaptação a estruturas, valores e normas instituídas (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 287).

Conforme já citado anteriormente, as parlamentares mostram no Parlamento uma preocupação bem específica com questões relacionadas ao social e aos direitos das mulheres. Por um lado, esta atuação é bem vista pela sociedade e pelo eleitorado, considerada sinônimo de modernidade política, segundo Avelar (1996, p. 70), por proporcionar uma maior preocupação e garantia de direitos a segmentos historicamente marginalizados e excluídos da sociedade.

Segundo a pesquisa “Mulheres na Política”, produzida pelo Instituto Patrícia Galvão e o IBOPE, 9 em cada 10 brasileiras(os) entrevistadas(os) responderam afirmativamente poder votar em uma mulher (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2010, p. 59); 83% acreditam que a presença de mulheres melhora a política e os espaços de poder e de tomada de decisão; e 75% acreditam que mais mulheres eleitas favoreceria a competência na política, 74% citaram maior honestidade, compromisso com eleitores e capacidade administrativa delas (*ibid.*, p. 63).

No entanto, um maior interesse por temas sociais pode ser também uma forma de diminuir e desqualificar o trabalho dessas parlamentares, muitas vezes criticadas por atuarem pouco nas áreas da chamada *hard politics*, entendida por assuntos tidos como masculinos, relativos à administração pública, política econômica e relações internacionais (MIGUEL, 2001, p. 261).

Essa parece ser uma situação contraditória para as deputadas. Elas normalmente têm uma base eleitoral majoritariamente formada por grupos e movimentos sociais ligados a áreas de atuação tradicional feminina, a exemplo de educação e saúde, até porque as mesmas vêm dessas áreas profissionais, em virtude de uma socialização que estimula uma divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens (PINHEIRO, 2007, p. 50). Tal dinâmica limita a atuação parlamentar feminina: elas precisam representar os interesses de suas bases parlamentares

para garantir votos e, “(...) por tradicionalmente contarem com baixo capital político que lhes permita ampliar suas bases, mantêm-se ‘presas’ à atuação em áreas consideradas femininas.” (*ibid.*).

Isso não seria um problema se culturalmente as questões sociais e de gênero não fossem consideradas menores, conferindo um menor capital político a elas. Sem contar que a citada atuação no Parlamento reifica papéis de gênero, naturaliza as diferenças entre os sexos na política, acabando por estabelecer um nicho único às mulheres elas no campo político: políticas sociais (*ibid.*, p. 53), reproduzindo sobre si mesmas valores patriarcais, reservando às mesmas tarefas dos cuidados (*ibid.*, p. 177).

O argumento de Miguel (2001, p. 262) segue a mesma direção. Partindo da constatação da mulher ser vista como agente de uma “política do desvelo”, oposta à “política de interesses”, por ser uma característica dela se preocupar mais com aqueles que a cerca do que consigo própria, fica subjacente a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios<sup>55</sup>, negação esta imposta pela sociedade patriarcal, emblematizada na figura da mãe que se sacrifica pelos filhos. “Desta forma, a subalternidade é mantida e mascarada por um véu de ‘superioridade moral’” (MIGUEL, 2001, p. 262) e, como já se advertia, caímos no dualismo oposicionista: “opõe-se à combatida hierarquia do poder uma hierarquia moral” (BADINTER, 2005, p. 54). Cria-se um retrato caricatural também do homem em detrimento de uma superioridade moral feminina sob um ideal materno (*ibid.*, p. 58-59).

Desse modo, as deputadas, em sua atuação, acabam por contribuir para reforçar estereótipos construídos a seu respeito. De fato, as demandas por igualdade rejeitam e evocam, ao mesmo tempo, as diferenças. As mulheres demandam maior espaço para atuação na vida política rejeitando argumentos essencializantes e fundamentados em papéis de gênero e argumentando que são tão capazes quanto os homens. No entanto, para conseguir tal espaço, evocam as diferenças que têm – que são as mesmas construídas a partir de estereótipos de gênero –, exibindo o que trariam de novo ao entrarem na política institucional. Procuram, desse modo, transformar em positivas qualidades tradicionalmente vistas como negativas para a prática política e que justificaram durante anos sua ausência dessa esfera (PINHEIRO, 2007, p. 205).

Quase não existem mulheres ocupando postos<sup>56</sup> importantes na Câmara Federal: Presidência, Mesa Diretora<sup>57</sup>, presidências de comissões permanentes, lideranças partidárias,

---

<sup>55</sup> O autor baseia-se em sua argumentação nas ideias de Anne Phillips (MIGUEL, 2001, p. 262).

<sup>56</sup> As autoridades da Câmara, blocos partidários e comissões permanentes têm importante capacidade de ingerência sobre as chances de uma iniciativa poder ser transformada em lei. A composição de tais instâncias pode facilitar ou não o tratamento de determinados projetos, especialmente se for referente a temas que

de bloco, da maioria e da minoria. A elas cabem posições de menor prestígio e hierarquia. Um círculo vicioso se estabelece, pois a ocupação de cargos-chave no Parlamento ajuda a produzir capital político, requisito para um/uma parlamentar conquistar qualquer posição. No entanto, dotadas de baixo nível desse capital, elas tendem a estar menos presente nesses cargos, dificultando o acúmulo de capital político (*ibid.*, p. 165-166).

Com baixo capital político e grande dificuldade em conquistá-lo para obter sucesso em seu trabalho legislativo, as parlamentares sentem-se mais cobradas em comparação aos seus pares masculinos. Em entrevistas a pesquisadoras (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 282-283), foi quase unânime a constatação de precisarem trabalhar mais e melhor em relação aos homens para poder cumprir com suas responsabilidades e serem reconhecidas por suas conquistas, além de necessitarem sempre demonstrar sua idoneidade. Para as autoras, isso se deve à continuidade de uma ideia existente no âmbito político-institucional de uma menor capacidade das mulheres.

Há também denúncias de parlamentares homens levados à Comissão de Ética da Casa por usarem termos pejorativos contra as colegas de plenário com o intuito de desqualificá-las (*ibid.*, p. 289), assim como situações de galanteria e superproteção que mascaram preconceitos. Uma parlamentar brasileira disse ser comum ouvir elogios como estar bonita ou elegante, mas dificilmente escutou dos colegas reconhecimento por seu trabalho político: “geralmente os homens nos veem superficialmente.” (tradução livre)<sup>58</sup> (*ibid.*, p. 290). Se, por um lado, posturas elogiosas e de proteção caracterizam-se por considerar o outro como um par, por outro lado podem também servir para excluí-lo da comunidade dos iguais (AMORÓS, 1990 *apud* MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 287-288).

Muitas vezes, para afirmar-se, destacar-se e fazer-se escutar nesse universo masculino, as legisladoras são obrigadas a adotar condutas e estilos considerados tradicionalmente masculinos (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 287). Assim, acabam por negar sua condição de gênero, atribuída a elas por uma construção social, e incorporam uma visão do homem no poder, também estereotipada (PINHEIRO, 2007, p. 184). Posturas mais agressivas

---

historicamente não teriam lugar na agenda política dos Parlamentos (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 239-240).

<sup>57</sup> Em 2011, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) foi eleita para o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara Federal. O fato foi motivo de comemoração porque foi a primeira vez em 122 anos de República que uma mulher participou da Mesa Diretora da Câmara (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina comemora presença na Mesa Diretora**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-HOJE/193356-BANCADA-FEMININA-COMEMORA-PRESENCA-NA-MESA-DIRETORA.html>>. Acesso em: 26 ago. 2013).

<sup>58</sup> “*Generalmente los hombres nos ven superficialmente.*” (MARX; BORNER; CAMINOTTI, 2007, p. 290).

e impositivas podem ocupar o lugar da docilidade e da delicadeza, atributos esperados delas enquanto mulheres, mas, ao romper com tais atributos tradicionalmente valorizados como femininos, as mulheres são discriminadas, acusadas de serem masculinas, arrogantes e prepotentes (*ibid.*). Em relação às mulheres na política, falar com franqueza é sinal de soberba e conflitividade, não de liderança e transparência (POLITZER, 2011, p. 116), do mesmo modo flexibilidade para mudar de opinião sob argumentos não é sinônimo de inteligência e sabedoria, e sim de debilidade, inconsistência (*ibid.*, p. 129).

### **2.2.8 Menor acesso aos meios de comunicação**

A sub-representação na mídia e a reprodução de percepções preconceituosas são outros problemas a dificultar o empoderamento das mulheres, alerta a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (ONU, 1995). Reconhecendo a importância dos meios de comunicação para o sucesso de carreiras políticas, as mulheres ficam em desvantagem (MIGUEL, 2009, p. 32).

O assunto será abordado de forma mais detalhada no próximo capítulo, que aborda a centralidade dos meios de comunicação na política e o reconhecimento dos mesmos como importantes sistemas de representação que produzem identidades. O objetivo é elucidar a relação existente entre meios de comunicação, política partidária e eleitoral e identidade emergente das mulheres inseridas em processos político-eleitorais.

## CAPÍTULO 3 - A CENTRALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA POLÍTICA

Os meios de comunicação desempenham um papel central para o sucesso de carreiras políticas conforme se poderá ver a seguir, principalmente por proporcionar visibilidade e consequentes conhecimento e reconhecimento de candidatas e candidatos para a escolha de eleitoras e eleitores. Esta relação também é dialética, visto o poder dos meios de comunicação em definir regras de apresentação da atividade política e por escolhas pessoais e político-partidárias. Nessa dinâmica de interesses, as mulheres nem sempre estão em vantagem, justamente por um histórico de desigualdades e menor valor social conferido às suas atitudes e vivências.

### 3.1 RECONHECENDO A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA O PROCESSO POLÍTICO E O SUCESSO DE CARREIRAS POLÍTICAS

A literatura existente sobre comunicação e política incrementou-se ao longo do século XX. Wilson Gomes é referência ao tratar do assunto na obra “Transformações da política na era das comunicações de massa”, de 2004, tendo inúmeros autores e autoras recorrido às pesquisas do autor. Diante da importância de Gomes, os próximos parágrafos enfatizam seus conceitos, especialmente na historicização do processo de centralidade dos meios de comunicação para a atividade política, posteriormente articulando com Gomes ideias de outros autores e autoras.

Três fases a respeito das pesquisas referentes a meios de comunicação e política são enumeradas: inicialmente, identifica os estudos sobre voto; depois, pesquisas sobre propaganda; e, por último, estudos concentrados mais nos reflexos da chamada *mass media*<sup>59</sup>, a influência do rádio, da imprensa, do cinema e da televisão em comportamentos da vida política, na formação de uma opinião pública e na decisão de voto. As três fases compreendem o período dos anos de 1920 a meados dos anos 1940, no qual as pesquisas são escassas. São estudados principalmente os efeitos produzidos pelos novos meios nas pessoas devido ao fato de alcançarem, ao mesmo tempo, um número muito grande de indivíduos e a

---

<sup>59</sup> *Mass media* ou cultura de massa é conceituada por Edgar Morin (1997, p. 14) da seguinte forma: cultura produzida sob normas maciças de fabricação industrial, propagada por técnicas de difusão maciças e destinada a uma massa social, um imenso aglomerado de indivíduos compreendidos aquém e além de estruturas internas da sociedade, a exemplo de classe social e família.

falta de defesa frente a esses meios de comunicação de massa, em virtude de seu grande poder de influenciar decisões, gostos e opiniões (GOMES, 2004, p. 17-18).

Somente nos anos de 1960 surge a tentativa de se pensar a relação entre duas grandezas institucionais: a comunicação e a política, e não simplesmente os efeitos dos meios e recursos da comunicação nos fatos da política. Nos anos de 1960 e 1970, muda o foco das considerações com a rápida transformação da comunicação em uma indústria global, já vindo a política utilizando-se e apoiando-se na comunicação de massa ao menos nas grandes democracias do planeta. É um momento de uma nova fase de pesquisa em comunicação política, com a produção de estudos sobre a comunicação política, de massas, e a importância da mesma para a vitória eleitoral e o exercício do governo (*ibid.*, p. 21).

Este é, sobretudo, o momento das primeiras formulações gerais sobre a política conquistada e dominada pelos meios de comunicação (...) De uma literatura segundo a qual há meios à disposição dos agentes sociais e dos governos, passamos vertiginosamente a uma literatura onde a comunicação aparece como campo social predominante que impõe as suas estratégias e linguagens à política e suas opiniões, imagens e agendas ao público (*ibid.*).

Como na primeira fase das pesquisas citada pelo autor, esta segunda fase também se caracteriza por uma postura desconfiada em relação à comunicação de massa e seu lugar no conjunto da vida social (*ibid.*).

O ponto de vista negativo deixa de ser o dialeto básico da comunicação política a partir da crise do chamado “pensamento crítico”<sup>60</sup> e a entrada em cena de modelos de abordagem interessados na análise das estruturas de sentido e dos mecanismos operantes na comunicação e na cultura de massa, estes surgidos nos anos de 1970, causando impactos nas pesquisas dos anos 1990. Embora a perspectiva crítica continue existindo na maior parte das discussões sobre comunicação política, há maior interesse “em entender e descrever os fenômenos do que em julgá-los, e até perspectivas celebrativas do novo mundo da política midiática”. (*ibid.*, p. 22).

Entre os anos de 1980 e 1990, houve acúmulo de pesquisas tão grande a ponto de ser difícil acompanhar. Dessa forma,

(...) a comunicação política, em particular, e a interface entre a política e os fenômenos, recursos e linguagens da comunicação de massa, em geral,

---

<sup>60</sup> O pensamento crítico ou teoria crítica “surge nos anos 1930 como codinome para o marxismo, tentando mantê-lo vivo sem a âncora do proletariado ou do partido, numa versão formulada como ‘materialismo interdisciplinar’” (GOMES Jr., 2013, p. 1).

despontam nas últimas décadas como uma área de interesse central para os pesquisadores de ciências políticas, comunicação, filosofia política e de outras ciências sociais. Pouco a pouco foi se formando uma especialidade interdisciplinar (...) (*ibid.*, p. 22 e 23).

O crescimento das pesquisas na área tem levado à constituição de especialidades dentro da especialidade, com pesquisadores estudando campanhas políticas, mecanismos da democracia frente às mudanças na política em função da comunicação, jornalismo político e cobertura da imprensa, entre outros. Em suas pesquisas, Wilson Gomes (2004, p. 23) ressalta a velocidade com que um modelo de interface entre as esferas de comunicação de massas e da política se estabeleceu e se espalhou, destacando cinco aspectos.

O primeiro aspecto é a constatação do estabelecimento de uma estreita relação entre a política contemporânea (do exercício do governo à disputa eleitoral) com a comunicação de massa. Os agentes políticos “(...) tendem a atuar para a esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação (...)”, a grande parte da política se encerra em meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa. A televisão, em especial, alterou a atividade política, exigindo novas competências e habilidades no campo político, transformando significativamente a configuração interna do mesmo (GOMES, 2004, p. 23-24).

O segundo aspecto refere-se às estruturas eleitorais e as estratégias políticas, cuja cultura política centra-se no consumo de imagens públicas, na produção, circulação e disputa por espaços de incorporação dessas imagens. Um terceiro aspecto é a exigência de profissionais qualificados em técnicas de marketing, sondagem de opinião, consultoria de imagem e assessoria de comunicação para a eficiência da comunicação com os cidadãos.

Outro aspecto, o quarto, refere-se à adequação dos discursos políticos à gramática específica das linguagens dos meios, “decorre desse pressuposto a evidência da centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de afetos e de emoções, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é espetacular<sup>61</sup>, incomum ou escandaloso”. (*ibid.*, p. 24).

Um quinto e último aspecto são as estratégias políticas apoiadas em recursos de comunicação voltados diretamente ao público audiência dos meios de comunicação de

---

<sup>61</sup> Segundo Debord (1997, p. 14), o espetáculo constitui-se no âmago do irrealismo da sociedade real, a relação social entre pessoas mediada por imagens. Sob diversas formas, através da informação, propaganda ou consumo direto de divertimentos, “(...) o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”, resultado e projeto do modo de produção existente – o capitalista.

informação e entretenimento, supondo-se que as audiências podem ser convertidas em eleitoras(es) (*ibid.*, 24-25).

Partindo das considerações acima, percebe-se que os meios de comunicação de massa passaram a ter uma importância fundamental e poderosa na atividade política e, por isso, as visões pessimistas sobre este fato ainda persistem. Segundo Meyer e Hinchman (2008, p. 92), há uma colonização da política pela mídia quando a esfera política começa a ser influenciada de tal forma pelos meios de comunicação de massa que muda sua forma de atuação por depender de suas regras. Para os autores, vivemos hoje sob uma democracia midiática, caracteriza pelos “(...) modos pelos quais a mídia tem adquirido um papel decisivo no processo político, principalmente ao moldar a opinião pública e a tomada de decisões em assuntos políticos.” (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 19).

Apesar de Gomes (2004, p. 30) considerar como hipermidiáticas<sup>62</sup>, hiperbólicas<sup>63</sup> e pessimistas<sup>64</sup> as teorizações sobre a interface entre comunicação e política, exageradas na importância conferida à comunicação na transformação da política e da democracia, o próprio autor cita inúmeras mudanças nas propriedades que teriam constituído a atividade política em sociedade democrática, levando a uma sensação de esvaziamento da própria democracia, gerando um estranhamento e certo temor do poder dos meios de comunicação de massa nesse processo.

Segundo ele, houve um esvaziamento das contraposições ideológicas, com o domínio no uso de imagens sobre o texto verbal, este curto, direto e forte, em contraposição ao discurso argumentativo clássico. Não há espaço para polêmicas e exposições adequadas de diferentes posições políticas na linguagem veloz dos meios de comunicação industriais. Da mesma maneira, seria uma tarefa difícil discutir conceitos, formular e apresentar ideias a uma plateia de massa interessada em entretenimento, curiosidades, espetáculos e competições (GOMES, 2004, p. 26).

O público, que antes se reunia para discussões de questões de interesse político e formação discursiva de opinião, agora assiste ao debate realizado no interior dos meios de comunicação, feito para a apreciação pública e protagonizado por “formadores de opinião”. A opinião pública, “(...) entendida como a posição sobre as questões de interesse comum

---

<sup>62</sup> Hipermidiáticos são autores, livros e teses que identificam na comunicação de massa o aspecto fundamental de qualquer fenômeno contemporâneo estudado, como fenômenos da cultura, da sociabilidade ou da política (GOMES, 2004, p. 29).

<sup>63</sup> Hiperbólicas seriam aquelas pessoas que veem mudanças demais no lugar de uma transformação que necessita ser examinada em seu alcance (*ibid.*, p. 30).

<sup>64</sup> Pessimista é quem tende a não gostar da transformação, considerando-a pior do que realmente é (*ibid.*).

resultante da discussão de públicos de cidadãos (...)”, é substituída por uma opinião produzida profissionalmente (*ibid.*, p. 27).

Sendo o campo político cada vez mais profissional e técnico, suspeita-se de uma perda de autenticidade geral da política, percebendo-se cada vez menos espaço para o amadorismo, precariedade da organização, improvisação e espontaneidade. Há também a perda de importância e efetividade dos partidos políticos, historicamente representantes dos interesses e da vontade dos cidadãos no interior do mundo político. Isso porque a política apoiada na comunicação social torna-se cada vez mais plebiscitária, significando dizer: por dirigir-se prioritariamente às massas, dependeria da aprovação ou da reprovação direta dos públicos. Já cidadãos e cidadãs, submetidos à política cada vez mais apoiada nos meios de comunicação de massa, participam do processo político mais como espectadores, escolhendo face à oferta de produtos políticos apresentados no “balcão dos meios de comunicação” (*ibid.*, p. 28).

No entanto, tal processo é bem mais complexo para ser analisado de forma maniqueísta, pois os meios de comunicação e a política são dois campos diferentes, guardando certo grau de autonomia e influência um sobre o outro. Trata-se, na verdade, sustenta Miguel (2003, p. 119), de um processo de mão dupla. Prevalecendo a lógica da cultura midiática, caracterizada como espetáculo, show e encenação, a política adaptou-se a esta dinâmica: a política passou a ser encenada para garantir trânsito no circuito da informação (GOMES, 2004, p. 342). Reconhecendo o fato de “não estar em cena significa não existir” (*ibid.*, p. 115), a política midiática parece ser uma fatalidade contemporânea (*ibid.*, 342).

Até mesmo os autores Meyer e Hinchman (2008, p. 93), já citados, argumentando sobre a tese de uma colonização da política pela mídia, identificam a dinâmica política desse processo de mão dupla: “(...) as próprias elites políticas se submetem quase com avidez às regras adotadas pela mídia, que controla o acesso ao grande palco da vida pública (...)”.

Mas, na esperança de conseguir dominar as regras determinantes de acesso ao teatro da mídia e, conseqüentemente, alcançar legitimidade por meio de apoio do público, o sistema mídia ainda mostra-se mais capaz de definir as regras do jogo:

Quanto mais eles se empenharem para aprender e antecipar essas regras, e quanto mais se submetem a elas para tentar influenciar sua imagem na mídia, maior será a probabilidade de reconquistarem uma parte da autonomia perdida. Em consequência disso, a esfera política passa a ser influenciada pelo sistema mídia (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 109).

Conforme descrito, os meios de comunicação passaram a ter uma importância fundamental para a política, inclusive determinando mudanças nas práticas políticas e até mesmo democráticas, porque através deles candidatas, candidatos, governantes e instituições políticas podem ser conhecidos e visíveis um grande número de pessoas, podendo esta presença midiática ser sinônimo de votos e aprovação popular, garantia de espaços no poder e decisão.

A partir de uma visão midiaticizada que privilegia a fragmentação do privado sobre a totalidade do público, o excesso ou a restrição de visibilidade fica dependente de linhas editoriais dos meios de comunicação, dos investimentos publicitários e de interesses privados de ordem política e institucional. Sendo assim, “nos regimes democráticos, a busca de visibilidade é tão importante na forma de propaganda quanto de informação jornalística para o jogo de formação de imagem pública.” (WEBER, 2006, p. 124).

Mas como os meios de comunicação, especialmente o campo do jornalismo, trabalham para conferir legitimidade e influenciar o comportamento político de eleitoras e eleitores? No capítulo anterior, esta discussão foi antecipada quando se abordou o conceito de “capital político”. Extraído de Pierre Bourdieu, de acordo com a definição de Miguel (2003, p. 115), o capital político “(...) indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente”.

A visibilidade na mídia compõe de várias maneiras a conquista de capital político, tendo efeito sobre a relação entre líderes e cidadãos comuns, processos de valorização, reconhecimento e desgaste público do político diante dos cidadãos e seus pares, além de representar um acréscimo de visibilidade e relevância ao político entre seus pares (MIGUEL, 2007, p. 2).

O jornalismo “(...) é socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento (...)”. (GOMES, 2004, p. 52-53). Além disso, é fundamental para proporcionar informação política via comunicação de massa para a vida civil na sociedade contemporânea:

Repórteres e editores garantem ao cidadão os meios fundamentais para entender o jogo político praticado ao seu redor, para compreender a realidade e para entender vinculação entre as agendas e os movimentos do universo político e a realidade que lhe diz respeito na vida em sociedade. Tem o poder de incrementar a compreensão da realidade e dar-lhe sentido político e o poder de expandir a compreensão do jogo político e dar-lhe sentido de realidade (*ibid.*, p. 184).

Buscando tal objetivo, jornais, revistas e telejornais devem oferecer um suprimento de informação política suficiente para as pessoas formarem um quadro cognitivo completo acerca das pretensões políticas em disputa: as diferenças entre elas, os sujeitos que as representam, suas agendas, interpretações do mundo e da política adotadas, entre outras informações suficientes para garantir o exercício das prerrogativas da cidadania. Dessa forma, objetividade, imparcialidade e neutralidade no jornalismo político não podem ser consideradas apenas resultado de uma demanda mercadológica de um consumidor sem disposição a proselitismo (doutrinação partidária), mas “trata-se de valores democráticos fundamentais, voltados para assegurar ao cidadão a possibilidade de formar uma opinião política qualificada e protegida de coação.” (*ibid.*, p. 185).

Nos estudos sobre recepção da pesquisadora Alessandra Aldé (2001, p. 109), ela pôde constatar entre as pessoas entrevistadas que a mídia ocupa um lugar de destaque no universo de referências dos indivíduos para estes orientarem-se no mundo, além de representar os canais de informação política mais importante e universalmente acessíveis. O grande problema é, segundo a autora, a lógica perversa desse canal público, ao oferecer “o máximo de informação sobre o máximo de assuntos, no mínimo de tempo.” (ALDÉ, 2001, p. 6).

A constatação é perceptível no caso da televisão, o meio de comunicação que dita as tendências, amplamente responsável por influenciar todos os demais meios de comunicação (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 134), além de ser a mídia mais utilizada no Brasil. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2013, p. 7) confirma isso. A TV aberta é um meio com penetração virtualmente universal, alcançando 19 em cada 20 brasileiros(as) (94%) e sendo assistida diariamente por cerca de 4 em cada 5 pessoas (82%).

Dessa forma, “a mídia tem uma capacidade extremamente limitada de transmitir um relato abrangente e completo de uma riqueza quase ilimitada de acontecimentos relacionados à realidade política (...)”, ficando obrigada a selecionar e escolher os acontecimentos a serem apresentados e o enfoque a ser dado (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 77).

Uma das formas de filtragem para transformar acontecimentos reais em produtos da mídia é a aplicação de regras de apresentação oriundas de códigos que regem a representação teatral e dos discursos de cultura popular, a exemplo de narração de histórias, personificação, conflitos entre heróis, dramas, duelos verbais, dramas sociais, etc. (*ibid.*, p. 78).

Outra forma de filtragem é a apresentação de acontecimentos envolvendo figuras proeminentes em situação de conflito (*ibid.*). Ou seja, é o jornalismo também se rendendo ao entretenimento: “(...) o gosto do jornalismo pelo espetáculo parece se tornar crescente, sobretudo depois do advento da televisão.” (GOMES, 2004, p. 343).

Entretanto isso parece não ser bom para a democracia, pois críticas a ações equívocas da prática política acabam se transformando em uma leitura desqualificadora da ação política, diminuindo “(...) as chances de que elementos essenciais de uma cidadania emancipada se fortaleçam.” (CASTRO, 2006, p. 144).

Entendendo esta dinâmica da produção de informação típica da indústria cultural, a política adaptou-se, podendo ter representado uma colonização da política pela mídia, como defendem Meyer e Hinchman (2008), ou significar uma relação mais complexa, de mão dupla, na argumentação de Miguel (2003).

De fato, conhecer a lógica de produção jornalística tornou-se fundamental a todas as esferas sociais, da economia à cultura e, também, à política, que precisam ter acesso à esfera da visibilidade pública. Conhecer a gramática e as rotinas produtivas da imprensa e da televisão é imprescindível para que a esfera política possa produzir conteúdos prontos destinados à circulação em esferas de visibilidade, conteúdos e materiais com entrada permitida pelos selecionadores do jornalismo (GOMES, 2004, p. 67-68). Daí a importância das assessorias de comunicação e de imprensa, constituídas por profissionais conhecedores dos processos de produção jornalística (*ibid.*, p. 70). Segundo Meyer e Hinchman (2008, p 93-94),

A colonização da política pelo sistema mídia tem obrigado as organizações e as instituições políticas a reagir aperfeiçoando e expandindo seus departamentos de relações públicas, dotando-os de enormes recursos e preenchendo seus quadros com um exército de assessores de imprensa que dominam tão bem a arte do jornalismo quanto os próprios jornalistas. Ao operar dentro do sistema político em nome de seus interesses, elas passam a saber como dirigir a atenção da mídia a determinados acontecimentos e atores políticos, de modo que a realidade política que a mídia encontrar já tenha sido feita sob medida para os interesses das elites políticas e de acordo com as regras que a mídia habitualmente utiliza para construir a política.

Entende-se a expressão “elites políticas”, na afirmativa, quando constatamos que, ao menos nas campanhas políticas, a maior despesa está relacionada à comunicação política, principalmente à comunicação de massa, na produção de publicidade gráfica, promoção de eventos, consultorias políticas, marketing, etc., (GOMES, 2004, p. 136-137). Tem uma vantagem considerável nesse processo aquelas e aqueles com mais recursos financeiros ou já presentes na esfera política, ocupando cargos importantes, garantidores de visibilidade.

É um processo que se retroalimenta, assegura Miguel (2003, p. 130), porque a maior visibilidade nos meios de comunicação de massa, além de tornar a(o) candidata(o)

conhecida(o) a eleitoras e eleitores, inspira confiança aos apoiadores e financiadores de campanhas.

Dessas análises teóricas, compreende-se que quanto maior presença na mídia, muitas vezes viabilizada pelo trabalho de assessorias de comunicação e marketing, maiores as chances de angariar mais recursos de campanha, usados principalmente no chamado “custo comunicação”, na expressão usada por Gomes (2004, p. 136).

O financiamento privado de campanhas, essencialmente por meio de empresas e instituições privadas, é cada vez mais necessário devido ao impressionante crescimento dos custos das campanhas eleitorais em função da sofisticada cultura audiovisual e intensa profissionalização das campanhas (GOMES, 2004, p. 135).

Maior visibilidade também proporciona o ingresso de amadores na política, os “pulos na carreira”<sup>65</sup> e a convocação para cargos de confiança na cúpula da burocracia estatal e consequente maior capital político a estas pessoas, podendo conferir prestígio também ao Poder Executivo por contar com pessoas conhecidas (MIGUEL, 2003, p. 132).

Uma verdadeira política de imagem é construída pretendendo alcançar tais objetivos: a preocupação com a imagem pública tornou-se parte inseparável da prática política contemporânea (GOMES, 2004, p. 278).

Tal política tem três fases: a primeira refere-se à criação, produção e construção da imagem pública de atores, classes de atores e instituições públicas, cujo objetivo é assegurar a presença na esfera de visibilidade pública dominante na expectativa do público formar uma determinada imagem do ator (*ibid.*, p. 278-279).

A segunda fase consiste no ajustamento de personagens reais aos perfis ideais e expectativas dos públicos. É quando se adapta um ator político a uma imagem ideal ou esperada, tentando fazer o público alvo aceitar e identificar o ator e o personagem. Os institutos de pesquisa de opinião são importantes nessa fase para conhecer a demanda de perfis a uma dada situação e/ou expectativas de determinado público (*ibid.*, p. 280-281).

Criada a imagem pública ideal, na terceira fase da política de imagem, o objetivo é administrar, gerenciar e controlar esta imagem, evitando que sucessivas codificações,

---

<sup>65</sup> Miguel (2003, p. 116) afirma ser possível estabelecer uma “estrutura da carreira política no Brasil”. O processo começa pelos cargos de menor prestígio político, como o de vereadora(o). Para ascender na carreira, uma vereadora ou um vereador via de regra cogita disputar eleições para deputada(o) estadual ou prefeita(o), assim sucessivamente até a pretensão de disputar a Presidência da República, o topo da carreira política. Quem chegou à Presidência da República no Brasil geralmente ocupou cargos de governadores ou foram titulares de ministérios.

decodificações e recodificações dos sinais criem problemas para a interpretação, fazendo a mensagem recebida distanciar-se da imagem-modelo emitida (*ibid.*, p. 282-283).

No entanto, apesar de nem sempre existirem objetividade e neutralidade dos meios de comunicação em função dessa relação dialética, para cidadãs e cidadãos interessados em informação política visando à construção de uma posição pessoal sobre a realidade e que tenham nos meios de comunicação seu principal repertório de informação,

quanto maior o consumo regular de informação jornalística sobre a política, e quanto mais diversificada ela for, mais próximo estará o cidadão da esfera pública, e maiores as possibilidades de que a encare positivamente – como instrumento viável para a solução dos problemas coletivos (ALDÉ, 2001, p. 184).

Aldé (*ibid.*, p. 186) sustenta que, se entendermos a comunicação de massa como um elemento central de uma democracia adequada às condições contemporâneas, é necessário discutir as duas demandas principais da democracia feitas à mídia: pluralização e desnaturalização. A pluralização dos padrões de produção significa abrir os canais de emissão nos meios de comunicação de massa a quem não tem voz e investir em comunicação com critérios diferentes da audiência. O horário gratuito de propaganda política e eleitoral é citado pela autora como um avanço, por ser definido por critérios representativos e partidários de distribuição de tempo. O pluralismo, ou possibilidade de oposição, pensamentos dissonantes e contra-hegemônicos, envolve também o acesso a canais de emissão, com a participação pública na produção de material informativo, a exemplo de TVs comunitárias, promotoras de mobilização pública e construção de identidades coletivas. A desnaturalização de conteúdos noticiosos da mídia, em especial a televisão, também envolve a participação.

Conforme a autora, (ALDÉ, 2001, p. 188), “(...) a democratização da comunicação política exige o seu domínio por parte do público, o conhecimento de suas técnicas e possibilidades pelo cidadão que também é audiência.”

É preciso, portanto, democratizar e discutir os critérios de seleção e exclusão de notícias, a prática de enquadramentos, os recursos tecnológicos que conferem transparência e credibilidade aos meios, para que sua recepção seja cada vez mais informada e menos ingênua (*ibid.*).

Mas discutir democratização e naturalização dos meios de comunicação no Brasil esbarra no problema na concentração existente no setor. A maior parte dos meios de

comunicação no país pertence ou é controlada por cerca de dez famílias (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013, p. 27).

No caso da televisão, a “Rede Globo”, a título de exemplo, tem 45% da audiência nacional, um índice muito alto se comparado a qualquer país do mundo, segundo Brant (2013, p. 25), recebendo 70% da verba publicitária. Além disso, várias emissoras afiliadas às grandes redes estão sob controle de políticos detentores de cargos eletivos, mesmo a Constituição proibindo a parlamentares contratos com concessionárias. Atualmente, ao menos quarenta deputados, incluindo o presidente da Câmara Federal, o deputado federal Henrique Eduardo Alves<sup>66</sup>, têm outorgas em seu próprio nome. “É uma realidade que não apenas concentra poder político, mas impede a aprovação de regras democráticas para o sistema de comunicação no Congresso, dado o interesse próprio de deputados e senadores.” (*ibid.*).

Um projeto de lei de mídia democrática, intitulado “Projeto de Lei de Iniciativa Popular de Comunicação Social Eletrônica”, foi lançado em 27 de agosto de 2012 pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, composto por inúmeras entidades da sociedade civil. A proposta foi concretizada na campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo” (PARA EXPRESSAR A LIBERDADE).

A campanha argumenta que o Código Brasileiro de Telecomunicações, responsável por regulamentar o funcionamento das rádios e televisões no país, completa 50 anos. Em cinco décadas, o Brasil mudou, atravessamos uma revolução tecnológica e passamos por mudanças sociais, políticas e econômicas responsáveis por redução de desigualdades e inclusão, mas as mudanças pouco refletiram nas políticas de comunicação no país. Afirma serem 50 anos de concentração, negação da pluralidade e da liberdade de expressão e do direito à comunicação para a maior parte da população, cinco décadas pelas quais “a mulher, o trabalhador, o negro, o sertanejo, o índio, o camponês, gays e lésbicas e tantos outros foram e seguem sendo invisibilizados pela mídia” (*ibid.*).

Entre os princípios e objetivos defendidos pelo projeto de lei citado estão: promoção e garantia dos direitos de liberdade de expressão e opinião, de acesso à informação e do direito à comunicação; promoção da pluralidade de ideias e opiniões; promoção da diversidade regional, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, classe social, etária, religiosa e de crença na comunicação social eletrônica, e o enfrentamento a abordagens discriminatórias e

---

<sup>66</sup> O Sistema Cabugi de Comunicação no estado do Rio Grande do Norte é controlado pela família Alves, sendo composto pela “InterTV Cabugi”, afiliada da “Rede Globo”, por emissoras como a “Rádio Globo Natal” e a “Rádio Difusora” (Mossoró) e pelo jornal impresso de maior circulação no Estado, a “Tribuna do Norte”, presidido e dirigido pelo deputado federal Henrique Eduardo Alves, do PMDB (SILVA *et al.*, 2011, p. 5).

preconceituosas em relação a quaisquer desses atributos, em especial o racismo, o machismo e a homofobia; garantia dos direitos dos usuários; estímulo à inovação no setor; proteção e promoção dos direitos das crianças e adolescentes de forma integral e especial, assegurando-lhes, com prioridade absoluta, a defesa de toda forma de exploração, discriminação, negligência e violência e da erotização precoce, conforme estabelecido no art. 227 da Constituição Federal; garantia da universalização dos serviços essenciais de comunicação; promoção da transparência e do amplo acesso às informações públicas; proteção da privacidade dos cidadãos, ressalvados os casos de preservação do interesse público; garantia da acessibilidade plena aos meios de comunicação, com especial atenção às pessoas com deficiência; promoção da participação popular nas políticas públicas de comunicação (PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA, p. 2-3).

Sobre concessões e outorgas de emissoras de rádio ou televisão, o Projeto de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica estabelece a proibição a igrejas ou instituições religiosas e a partidos políticos (*ibid.*, p. 6).

Procurando coibir concentração, monopólio e oligopólio, recomenda a proibição a um mesmo grupo econômico de controlar diretamente mais de cinco emissoras no território nacional. Não poderá ser contemplado com outorgas do mesmo tipo de serviço de comunicação social eletrônica quem ocupar mais de 3% do espectro reservado àquele serviço na mesma localidade, e uma prestadora não poderá obter outorga para explorar serviços de comunicação social eletrônica se já explorar outro serviço de comunicação social eletrônica na mesma localidade, se for empresa jornalística que publique jornal diário ou ainda se mantiver relações de controle com empresas nestas condições (*ibid.*, p. 7).

O movimento lembra: mecanismos democráticos de regulamentação dos meios de comunicação são comuns em diversas democracias consolidadas, e a regulamentação não é impedimento à liberdade de expressão, ao contrário, é sua garantia. Sem regulamentação democrática, a comunicação produz o cenário conhecido no Brasil: concentração e ausência de pluralidade e diversidade (PARA EXPRESSAR A LIBERDADE).

Um meio de comunicação que tem despertado grandes expectativas é a internet, principalmente entre os defensores de uma democracia vigorosa. Para estes, a internet poderia ter o potencial de disponibilizar uma nova forma de comunicação: não hierarquizada e essencialmente simétrica a todas as pessoas, fazendo a esfera pública se aproximar da assembleia democrática ideal, aberta a todas as cidadãs e a todos os cidadãos (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 171). Mas os autores não se deixam levar pelo entusiasmo não crítico.

Lembram que um número considerável de pessoas não está apto a adquirir e conhecer as tecnologias para fazer uso da comunicação em rede, até por questões econômicas, podendo acentuar no futuro a divisão social entre incluídos e excluídos digitais (*ibid.*, p. 173).

Há ainda a tendência da cultura de massa colonizar os novos meios de comunicação. Hoje vários meios de comunicação de massa já têm seus correspondentes na internet, sendo consumidos de forma parecida em relação à mídia tradicional. Outro problema é a inundação da internet com conteúdo de entretenimento comercial, evidenciando a tendência de ser utilizada “(...) principalmente como um novo sistema tecnológico de distribuição do conteúdo tradicional das comunicações de massa.” (*ibid.*, p. 174).

Em contrapartida existem razões para acreditar que o novo meio possa contribuir para a democratização das comunicações e ações democráticas se conseguir suplantiar os canais disponíveis: o potencial técnico e a possibilidade de uso por grupos dissidentes na sociedade civil e na política inspiram confiança quanto às suas possibilidades no futuro, apesar da mídia de massa tender a continuar dominando a esfera pública, embora com hegemonia perceptivelmente reduzida e qualificada (*ibid.*, p. 176).

### 3.2 A MENOR VISIBILIDADE DAS MULHERES NO NOTICIÁRIO EM GERAL E NO NOTICIÁRIO POLÍTICO

A falta de pluralidade e diversidade nos meios de comunicação em geral, especialmente nos meios de comunicação de massa, é facilmente compreendida quando fazemos um recorte de gênero.

Como explica Aldé (2001, p. 23), além das expectativas de audiência, a mídia não opera no vazio: as narrativas produzidas são resultado de sua interação com eventos e seus protagonistas. Na tentativa de estabelecer uma sintonia com a audiência, muitas vezes se reproduzem e se reforçam elementos dominantes de cada cultura, num círculo onde é difícil determinar o ponto de partida.

Levando-se em consideração a problemática exposta no primeiro capítulo da presente dissertação, sobre o patriarcado, sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens – que apesar das inúmeras conquistas femininas das últimas décadas ainda persiste, mesmo de forma menos explícita, vide exemplo da baixa presença feminina nas esferas de poder e decisão –, este subcapítulo pretende discorrer sobre como práticas e conceitos patriarcais ainda interferem na quantidade e na forma de representação feminina nos meios de

comunicação, especialmente no noticiário político, tendo reflexos na sub-representação feminina na política partidária e eleitoral.

Conforme descrito no capítulo 2, a sub-representação política feminina é um problema mundial, assim como a sub-representação nos meios de comunicação.

Da mesma forma que existe uma organização para monitorar a presença de mulheres nos Parlamentos mundiais, a União Interparlamentar, existe um trabalho intitulado “Projeto de Monitoramento Global dos Meios - GMMP”, que desde 1995 vem desenvolvendo uma extensa pesquisa de monitoramento em diversos países sobre a presença feminina nos meios de comunicação. O propósito é contribuir para a transformação dos meios noticiosos, para que os mesmos tenham uma maior perspectiva de gênero por meio de uma cobertura mais justa e equilibrada (*¿QUIÉN FIGURA EN LAS NOTICIAS? PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS 2010. INFORME GMMP, 2010, p. 1*).

Já foram realizados quatro relatórios GMMP. O último, divulgado em 2010, analisou 1.365 veículos de comunicação, englobando mídia impressa, rádio, televisão e internet de 108 países (*ibid.*, p. 4). Entre os resultados está a constatação: as mulheres são apenas 24% das pessoas sobre quem se lê nas notícias impressas, se escuta no noticiário de rádio e se vê nos noticiários televisivos. Os outros 76% são homens. Ou seja: apesar do incremento da presença feminina no noticiário ao longo dos últimos anos (elas eram 17% das notícias em 1995), segue sendo predominantemente masculina a imagem do mundo apresentada nas notícias, uma imagem fora de sintonia com a realidade, cuja metade da população mundial é feminina (*ibid.* p. 7).

Além de sub-representadas, quando as mulheres aparecem nas notícias, são determinadas por papéis tradicionais esperados delas como mães, donas de casa, frágeis e menos especializadas ou fontes “*ordinárias*” – aquelas que proporcionam informação testemunhal, opinião popular baseada em experiência pessoal, em contraste com os homens, predominantes nas notícias como “*expertos*”, aqueles responsáveis por comentários baseados em conhecimento especializado ou porta-vozes de algum grupo (*ibid.*).

Quando as personagens femininas das notícias são identificadas, das 25 categorias profissionais encontradas somente em duas sobrepuseram os homens: donas de casa e estudantes, passando a imagem de um mundo onde as mulheres são praticamente invisíveis como participantes ativas no mercado de trabalho. Elas também são a maioria das vítimas nas notícias: 18% das personagens femininas apresentadas em contraste com 8% dos homens. Além disso, somente 19% das pessoas porta vozes e 20% de “*expertos*” são mulheres. (*ibid.*, p. 21). Segundo a pesquisa:

Identificar as mulheres por sua relação familiar, ao mesmo tempo que menospreza o papel que desempenham em suas comunidades oculta outras identidades das mulheres como independentes, como sendo autônomas, participantes ativas na sociedade além do lar (tradução livre)<sup>67</sup> (*ibid.*, p. 22)

A partir das informações colhidas, poderemos presumir: o noticiário em geral pouco contribui com a discussão referente à desigualdade de gênero. Somente 6% de notas específicas sobre mulheres destacaram temas sobre igualdade ou desigualdade de gênero, 10% citam ou fazem referência a instrumentos jurídicos relativos à igualdade de gênero e/ou direitos humanos e, pior, 46% das notas reforçam estereótipos (*ibid.*, 2010, p. 42).

Sobre a internet, esperança de poder ser um diferencial na propagação de notícias, conforme abordado no subcapítulo anterior, esta também não se mostra promissora para as mulheres. Dos sites monitorados, elas são 23% das personagens das notícias, sendo quase três vezes mais representadas como vítimas em relação aos homens: 42% das notas reforçam estereótipos de gênero e apenas 4% os questiona. Os dados, segundo a pesquisa, sugerem ter sido levada para a internet a mesma sub-representação feminina nas notícias existente nos meios de comunicação tradicionais (*ibid.* p. 49), confirmando a tese de Meyer e Hinchman (2008, p. 171) da tendência da cultura de massa colonizar os novos meios de comunicação.

A pesquisa internacional também disponibiliza dados específicos de cada país. No Brasil, as mulheres são 29% dos sujeitos das notícias na televisão, no rádio e na imprensa, número acima de média mundial, mesmo percentual entre as(os) “*expertos*” ou comentaristas (¿QUIÉN FIGURA EN LAS NOTICIAS? PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS 2010. INFORME GMMP, 2010, p. 88).

Elas aparecem em sua maioria como personagens de notícias sobre crime e violência, 54%, (*ibid.*, p. 79) – talvez pelos altos índices de violência contra a mulher no país<sup>68</sup> – e menos como sujeito de política e governo, apenas 15% (*ibid.*, p. 78). O percentual era

---

<sup>67</sup> “Identificar a las mujeres por su relación familiar, al mismo tiempo que menosprecia el papel que desempeñan en sus comunidades oculta otras identidades de las mujeres como independientes, como siendo autónomas, participantes activas em la sociedad más allá del hogar” (¿QUIÉN FIGURA EN LAS NOTICIAS? PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS 2010. INFORME GMMP, 2010, p. 22).

<sup>68</sup> O Brasil ocupa a sétima posição mundial entre 84 países em relação ao número de assassinatos de mulheres. São 4,4 mulheres assassinadas no país em cada grupo de 100 mil. Nos últimos 30 anos, houve um aumento de 230% nos homicídios femininos, de acordo com dados do “Mapa da Violência 2012: atualização – homicídios de mulheres no Brasil”. Balanço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 revela que desde 2005 o serviço recebeu quase 3 milhões de ligações à procura de serviços referentes à Lei Maria da Penha, informações sobre a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência e denúncias (GOMES, 2012, p. 3).

esperado pela sub-representação das mulheres na política partidária e eleitoral, mas é superior ao medido por pesquisadoras(es) brasileiros, talvez porque a pesquisa GMMP tenha sido feita em novembro de 2009, alguns meses antes das definições de nomes para as Eleições 2010, quando duas candidatas disputariam a Presidência da República, Dilma Rousseff e Marina Silva.

Antes dos resultados divulgados pelo GMMP 2010, na Universidade de Brasília, desde 2006, a pesquisa “Determinantes de gênero, visibilidade midiática e carreira política no Brasil” já vinha sendo realizada na tentativa de entender a relação entre visibilidade das mulheres no noticiário político e sobrevivência de estereótipos de gênero no constrangimento da ação política das mulheres, reconhecendo a importância da visibilidade nos meios de comunicação de massa na produção de capital político nas sociedades contemporâneas, uma confluência de três temas – gênero, política e mídia – ainda pouco estudada no Brasil e na literatura internacional (MIGUEL; BIROLI, 2007, p. 1).

A pesquisa analisou entre os anos de 2006 e 2007 o noticiário dos seguintes veículos de comunicação: os telejornais “Jornal Nacional”, “Jornal da Band” e “SBT Brasil” e as revistas semanais “Veja”, “Época” e “CartaCapital” (*ibid.*, p. 2).

Os dados levantados nas revistas semanais mostraram que as mulheres foram 19,5% das personagens das notícias e os homens, 80,4%. No entanto, esse percentual reduziu-se à metade no noticiário político: as mulheres representavam 10,1% e os homens, 89,9% (*ibid.*, p. 33). Para quem tem voz no noticiário político, as mulheres aparecem entre 30,6% com voz “popular”, muitas vezes meramente ilustrativa de posições presentes nas matérias, e apenas 9,4% com voz técnica, a exemplo de especialistas (*ibid.*, p. 34-35). No caso de candidatas às Eleições 2006, o percentual de mulheres citadas no noticiário das revistas chegou, em alguns casos, a ser inferior à representação da Câmara Federal à época, 5,6% (*ibid.*, p. 35).

Nos telejornais, a situação não é muito diferente: apenas 21,9% das personagens eram do sexo feminino (*ibid.*, p. 38). Aparecem, em média, seis homens para cada mulher no noticiário político da TV (*ibid.*, p. 40).

Os autores defendem que a política apresentada nos noticiários é um espaço masculino, não sendo correto argumentar ser esta representação na mídia reflexo da menor presença feminina no Parlamento, porque a sub-representação no noticiário é mais acentuada, havendo menos deputadas e senadoras nas revistas e nos telejornais em comparação à sua presença na Câmara e no Senado (MIGUEL; BIROLI, 2009, p. 72).

Além de sub-representadas, a pesquisa mostrou serem as representações veiculadas nos meios de comunicação responsáveis por reforçar visões de mundo que estabelecem expectativas e constrangimentos à ação das mulheres (*ibid.*, p. 72-73).

Mesmo não havendo um sexismo aberto, permanecem expectativas sobre um comportamento esperado das mulheres na política que orientam o noticiário e reproduzem percepções preconceituosas.

A maior atenção dada à aparência física das candidatas é um exemplo. Se há um esforço para a adequação aos padrões dominantes, no vestuário ou com a realização de cirurgias plástica, isto é frequentemente considerado uma demonstração de futilidade. Se não há, a ‘feminilidade’ da candidata se torna questionável. Ao mesmo tempo, há uma expectativa de que as mulheres na política privilegiem determinados temas, vinculados ao âmbito da família, da domesticidade e do ‘cuidar do outro’. E essa expectativa marca a presença das mulheres no noticiário: são esses os temas que demandariam mulheres como fontes, políticas ou especialistas. Por mais importantes que tais temas possam ser em si mesmos, eles estão associados a posições secundárias no campo político (MIGUEL, 2009, p. 33).

Dessa forma, os meios de comunicação tendem a confirmar e naturalizar visões já incorporadas por homens e mulheres em relação às hierarquias de gênero, a exemplo da divisão entre público e privado, o primeiro constituindo-se num espaço masculino por excelência e o segundo, feminino (MIGUEL; BIROLI, 2007, p. 8). A hipótese dos pesquisadores em questão é de não haver uma simples exclusão da mulher no noticiário, mas a afirmação de perspectivas sobre a mulher, perspectivas referenciadas na já existente estrutura de diferenciações de gênero (*ibid.*, p. 9).

A situação de sub-representação física e no noticiário, além da reprodução de estereótipos, é um processo de mão dupla. Visto que a mídia privilegia a cobertura dos ocupantes de posições centrais do campo político, a exemplo dos cargos institucionais onde as mulheres estão em minoria (ministérios, lideranças de bancadas, mesas diretoras, etc.), o noticiário passa ao largo delas. Também os jornalistas, de ambos os sexos, tendem a reproduzir a visão dominante da política como uma atividade masculina, procurando prioritariamente fontes masculinas e repercutindo mais fortemente propostas e declarações das referidas fontes (MIGUEL, 2009, p. 32). Daí conclui-se: “como, na política contemporânea, a visibilidade na mídia é um componente crucial para o sucesso na carreira política, o viés da cobertura jornalística contribui para manter as mulheres em posição secundária.” (*ibid.*).

Consequentemente, a mídia não se limita a refletir a realidade, ela também tem a função de reproduzir ativamente práticas sociais: “(...) o telejornal ou a revista semanal não só descrevem uma situação de fato (o monopólio da atividade política pelos profissionais), eles a naturalizam diante de seu público e contribuem para sua perpetuação” (MIGUEL; BIROLI, 2007, p. 44). E, para piorar, a mídia aparece de forma imparcial aos olhos do público (*ibid.*, p. 11), dificultando ainda mais a constatação dessas assimetrias. As mulheres já encontram inúmeras dificuldades de acesso à política partidária e eleitoral, conforme já citado, e também ficam em desvantagem no acesso aos espaços de geração de capital político, nesse caso, os meios de comunicação.

Ao reproduzir acriticamente o modelo sexista predominante no campo político, o noticiário contribui para reforçá-lo. Ao difundir uma representação do mundo da política como uma esfera especializada, restrita a poucos e quase que exclusivamente masculina, reforça os preconceitos que afastam as mulheres – e outros grupos subalternos – da ação política e, em específico, da disputa eleitoral (*ibid.*, p. 45).

Ao afastar as mulheres da disputa eleitoral, também diminuem as chances de eleitas ou em cargos de poder manterem-se nos mesmos, reduzindo as chances de outras mulheres serem reconhecidas pelo público/eleitoras(es) como capazes e adequadas para ocupar esses cargos no futuro, pois tais cargos conferem capital político. Para Miguel e Biroli (2007, p 20), pode-se fazer uma correlação entre menor reconhecimento, menor ocupação de cargos de poder e menor possibilidade de influenciar políticas públicas que poderiam ter efeitos sobre estas assimetrias e divisões. Isso porque as mulheres ocupantes de cargos na política partidária e eleitoral tendem a se preocupar mais com políticas sociais, especialmente as relacionadas à garantia de direitos às mulheres, conforme já exposto.

Posteriormente à pesquisa da Universidade de Brasília, outras duas foram organizadas em âmbito nacional referente à presença das mulheres na mídia e participação política em diferentes meios de comunicação.

A pesquisa “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres – uma análise das tendências da cobertura jornalística” (VIVARTA, 2011, p. 4-5), um estudo realizado pela organização da sociedade civil ANDI – Comunicação e Direitos e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com o Instituto Patrícia Galvão, teve por objetivo apresentar uma radiografia da cobertura da imprensa brasileira das questões de desigualdade de gênero. Procurou identificar se o jornalismo vem cumprindo a função social de promover uma discussão qualificada sobre temas centrais para o desenvolvimento de uma sociedade mais

igualitária. O projeto monitorou 16 periódicos e analisou mais de 2 mil textos veiculados ao longo do ano de 2010, buscando detalhar o comportamento da imprensa sob o recorte temático violência contra as mulheres, trabalho e poder político e decisão (*ibid.*, p. 30).

O estudo concluiu ser a pauta da violência preponderante no noticiário, correspondendo a 63,3% das matérias, seguida de trabalho (18,9%) e poder político e decisão (17,8%). Mas a hipótese levantada para o predomínio do tema violência contra a mulher não é apenas por sua importância social, é mais pelo aspecto sensacionalista comumente despertado: “a espetacularização do crime pode ser uma forma de atrair leitores e aumentar as vendas, sobretudo entre os jornais regionais.” (DORETTO, 2011, p. 32).

Por outro lado, os dois outros temas – trabalho e poder político e decisão – ocupam um espaço reduzido diante de sua relevância social, ressaltando que o período analisado englobou a cobertura das Eleições 2010, quando duas candidatas tinham reais chances de chegar ao cargo máximo do Poder Executivo nacional – a Presidência da República – Dilma Rousseff e Marina Silva, supondo-se poder ter sido o índice ainda mais baixo sem a participação das mesmas no pleito ou não fosse 2010 um ano eleitoral (*ibid.*, p. 32-33).

E foi justamente a presença das duas candidatas na campanha presidencial o principal motivo a contribuir para um olhar mais atento da mídia ao tema mulheres na política e em espaços de poder, sendo a eleição presidencial primordial na cobertura dos jornais (COSTA; MELO, 2011, p. 140). A respeito do enquadramento das notícias, prevaleceu o enquadramento individual (36,8%), quando se aborda a liderança política feminina a partir de suas características pessoais. Logo depois aparece o enquadramento temático (26,41%), referente a uma discussão mais geral sobre possibilidades de acesso feminino a cargos de poder e decisão (*ibid.*, p. 144).

No quesito representação da figura feminina, a pesquisa não constatou estereótipos mais caricatos e extremos na cobertura jornalista dos jornais analisados: as mulheres não foram mostradas de forma emotivas, nervosas e emocionalmente instáveis, consumidoras ou menos inteligentes (*ibid.*, p. 155).

No quesito aspectos físicos, 87% do material analisado não fez menção a cabelo, roupa, peso, maquiagem ou cirurgia plástica, significando, ao que parece, uma postura de discrição e/ou contenção dos profissionais de imprensa. Mesmo assim, percebe-se uma desigualdade de gênero nesse quesito, pois enquanto 10,25% das matérias mencionam aspectos físicos exclusivos das mulheres, nenhuma menciona os aspectos físicos e de vestuário dos homens. Da mesma maneira, aspectos da vida privada não são considerados na maioria das matérias (69%). Em contrapartida, nos 31,45% do noticiário que abordou

questões referentes a estado civil, filhos, netos, afazeres domésticas, etc., isso é mais certo de acontecer exclusivamente para as mulheres (16,96%) do que exclusivamente para os homens (0,71%). “Mais uma vez, portanto, os aspectos de relacionamentos familiares e da vida privada das mulheres recebem olhar e tratamento desiguais por parte da imprensa” (*ibid.*, p. 156-157).

Outra distorção: se apenas 22% das matérias mencionaram defeitos de candidatas e candidatos, 19,08% referem-se apenas às candidatas e nada aos candidatos (*ibid.*, p. 157-158).

Se por um lado a pesquisa afirma ter verificado avanços por parte da imprensa em não utilizar estereótipos mais caricatos e extremos em relação à mulher na cobertura política (*ibid.*, p. 161), houve pouco avanço na discussão das causas da sub-representação das mulheres na política.

Os meios de comunicação, ao mencionarem pouco as iniciativas governamentais relativas à promoção da igualdade de gênero durante a campanha eleitoral, até pela preocupação de manter-se neutros e apartidários, tendem a abordar essencialmente propostas e programas de candidatas e candidatos. Dessa forma, quase não foram objeto de debates programas e planos de políticas públicas já existentes, proporcionando a abertura de espaço para a discussão sobre o que já se fez e/ou pode-se fazer e melhorar (*ibid.*, p. 146-147).

Nas Eleições 2010, por exemplo, perdeu-se a chance de uma cobertura mais qualificada referente à importante mudança na Lei Eleitoral (Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009), cujo texto foi alterado: a palavra “reservar” 30% das vagas das candidaturas nos partidos foi substituída por “preencher”, obrigando os partidos a preencherem a cota mínima de 30% de mulheres, podendo garantir um maior número de eleitas. Os jornais ficaram devendo uma discussão qualificada a respeito dessa mudança na legislação, como a reação dos partidos à decisão do Tribunal Superior Eleitoral na exigência do cumprimento das cotas e/ou a aceitação ou não da Justiça Eleitoral de argumentos partidários no caso de não preenchimento das cotas (*ibid.*, p. 148-149).

Caso o tema da sub-representação fosse tratado sob a óptica da lei, possibilitando a interpretação sob o âmbito de uma ordem normativa, de cumprimento ou negligência de leis, e não apenas limitando-se a constatar um problema, os veículos de informação dariam um importante passo para a qualificação da notícia, faltou investir em uma óptica investigativa, pautada na busca por soluções (*ibid.*, p. 148).

Lembrando a tendência de os assuntos colocados no noticiário tornarem-se alvo de atenção na esfera pública, pautas sobre desigualdade de gênero poderiam ser alçadas à lista de

prioridades da sociedade e, conseqüentemente, por pressão popular, uma preocupação governamental (VIVARTA, 2011, p. 16 e 17).

Além disso, ao contribuir para proporcionar um debate social e medidas efetivas objetivando garantir direitos às mulheres, os meios de comunicação podem ajudar em uma mudança de mentalidade e de comportamentos, combatendo estereótipos e preconceitos, já que conquistas nos campos legal e jurídicos costumam encontrar forte resistência cultural, baseada em posturas machistas e conservadoras historicamente enraizadas (*ibid.*, p. 19)

Interessante observar a assimetria de gênero até mesmo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), conforme dados de outra pesquisa realizada nas Eleições para a Câmara Federal em 2010, apesar do horário eleitoral ser considerado por Aldé (2001, p. 186) um avanço, ao definir critérios representativos e partidários de distribuição de tempo a candidatas e candidatos.

Após a distribuição do tempo de propaganda aos partidos, fica a critério das lideranças e/ou direções partidárias a distribuição do tempo entre candidatas e candidatos, sem nenhum tipo de regulação no caso das eleições proporcionais (ROMERO; FIGUEIREDO; ARAÚJO, 2012, p. 453-454).

Do total de aparições analisadas, apenas 51,9% de candidatas(os) aptas(os) a participarem das eleições apareceram no HGPE. Dos 3.498 candidatos homens concorrendo, somente 54,4% apareceram no HGPE. Entre as mulheres, das 800 candidatas aptas, o percentual de aparição foi ainda menor: 40,9%. Outra questão analisada foi a frequência de aparição de candidatas e candidatos. Dos 16.271 programas gravados, 86,1% foram realizados por homens e 13,8%, por mulheres candidatas, havendo um decréscimo na frequência de programas de candidatas mulheres (13,8%) em relação ao percentual de candidaturas femininas (18,6%) (*ibid.*, p. 458).

A conclusão é:

A sub-representação feminina já tão conhecida nas candidaturas, no que tange à participação no HGPE, potencializa-se não só no acesso, mas também na frequência de aparições. Como a divisão do tempo do HGPE é resultado das escolhas internas dos partidos na distribuição de recursos de campanha para os seus candidatos, constata-se, a partir desses dados, que, efetivamente, há um filtro realizado pelos partidos em relação a quem vai ou não aparecer no HGPE, atingindo negativamente as mulheres (*ibid.*, p. 459).

Ainda mais quando se reconhece no HGPE um importante mecanismo de visibilidade para a campanha, ao divulgar ou mesmo reafirmar candidaturas, imprescindível nas reais chances de vitória eleitoral (*ibid.*, p. 459-460).

Outro dado interessante da pesquisa sobre HGPE nas Eleições 2010 refere-se aos recursos técnicos utilizados por candidatas e candidatos nos programas para a TV. Para mais de 80%, o formato em “pronunciamento” é predominante, com produção de estúdio, talvez por serem atributos mínimos necessários para se produzir uma propaganda destinada à TV. O segundo formato de programa mais comum foi o “*jingle*/videoclipe”. Elas preferiram usar “chamadas” e eles priorizaram as “ilustrações/animações”. Mulheres tendem a fazer mais uso de imagens de apoio em comparação aos homens, enquanto estes investem mais em efeitos especiais e computação gráfica, recursos que demandam maior investimento financeiro (*ibid.*, p. 462).

Em relação aos temas tratados, os três temas mais citados e tratados por candidatas e candidatos foram, respectivamente, educação, saúde e qualificação pessoal, referência às próprias qualidades de candidatas(os). Entre os homens, destacam-se algumas temáticas recorrentes, a exemplo de emprego, infraestrutura e economia. Já entre as mulheres, sobressaem temas relativos à qualificação pessoal, aos direitos sociais e aos direitos da mulher (*ibid.*, p. 468).

Sabendo de tais dificuldades, no ano de 2009 um Anteprojeto de Lei para a reforma política, elaborado por uma Comissão Tripartite constituída por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário além de organizações da sociedade civil, foi encaminhado ao Congresso Nacional e sugeriu, entre outras propostas, a estipulação de um percentual mínimo de 50% na veiculação de propaganda partidária gratuita em rádio e televisão para promoção e difusão da participação política feminina (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2010b, 32). A minireforma eleitoral aprovada no mesmo ano aceitou a proposta, embora tenha diminuído o percentual a 10% (*ibid.*, p. 26).

A desigualdade de gênero das candidatas nos meios de comunicação é tão premente a ponto de ter levado, além de reformulações na lei eleitoral, discussões e estratégias para tentar superá-la. O “Manual de buenas prácticas para la participación de mujeres en los partidos políticos latinoamericanos” (IDEA, 2008, p. 57) diz ser importante mulheres tomarem iniciativas, convertendo suas participação e propostas em eventos que atraiam a atenção dos meios de comunicação, objetivando um aumento das possibilidades de transmitir suas mensagens.

Considera ainda indispensável às mulheres adquirirem ferramentas de comunicação próprias, para “dar-se” a conhecer como atrizes políticas fora de seus partidos (*ibid.*, p. 58-59), sem esquecer da comunicação interna com as militantes partidárias, contribuindo para difundir e debater ideias e propostas comuns para proporcionar e fortalecer sua participação política, a exemplo de confecção de materiais de comunicação próprios sobre a temática de gênero e posição ideológica das mulheres dentro do partido.

Para o IDEA (2008, p. 58), dominando técnicas de comunicação, até mesmo podem aumentar as chances das candidatas terem maior visibilidade diante de jornalistas ávidos por encontrar personagens políticos cujo desempenho comunicacional lhes proporcione importantes níveis de atenção e sintonia.

E tais iniciativas têm sido realizadas pelas legisladoras, conforme citam Marx, Borner e Caminotti (2007, p. 235). Elas têm usado páginas na internet para divulgação de informações, realizam reuniões ou encontros e elaboram informes e folhetos para publicizar seu trabalho ao eleitorado.

### 3.3 CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E A RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Diante de uma nova “ambiência política”, termo designado por Leal (2002, p. 75) para caracterizar a supervalorização da figura da(o) candidata(o); a existência de eleitoras(es) com racionalidade de baixa informação, autocentradas(os) e com propensão à aceitação de atalhos informativos facilitadores de decisão através do processamento de informações prévias; e campanhas com capacidade limitada de garantir vitórias eleitorais, exigindo de candidatas e candidatos considerações a respeito de outras estratégias de conexão eleitoral e de comunicação mais duradouras, atrizes e atores políticos preocupam-se cada vez mais com a construção de sua própria imagem, conforme descrito anteriormente.

Ressaltando a posição desvantajosa das mulheres nesta “ambiência” por um histórico de desigualdades social, econômica, política e simbólica, pretende-se, a partir de agora, tentar compreender de que maneira as candidatas tecem uma narrativa sobre si mesmas, ou seja, constroem uma identidade, para a difícil e necessária negociação de uma “política de imagem” com os meios de comunicação de massa, tão necessários na conquista de “capital político” e conseqüente chance de sucesso eleitoral. Antes de buscar um entendimento a respeito de tais construções identitárias – um trabalho dependente também da narrativa

construída sobre as pessoas pelos meios de comunicação –, é necessário tecer algumas linhas sobre identidade(s).

Chamamos de identidade a representação sobre nós feita por meio da construção subjetiva de uma narrativa que construímos ao selecionar fatos e histórias (MARTINO, 2010, p. 181). Além de uma construção subjetiva, a identidade é, ao mesmo tempo, reflexiva e autorreflexiva: “as pessoas se definem em relação a si mesmas, mas também em relação aos outros, aos grupos com quem convivem, às situações políticas, sociais e econômicas nas quais se vive.” (*ibid.*, p. 33-34).

Na conceituação de Bader Sawaia (2004, p. 119), a busca de identidade é a procura de uma representação e de uma construção de um eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso disso como referência de liberdade, felicidade e cidadania, seja nas relações interpessoais, intergrupais e internacionais, em uma época de redefinições sobre si, em ritmo acelerado, de indivíduos, coletividades e territorialidades. Sawaia considera a busca da identidade “um dos imperativos da modernidade contemporânea (...)”, sendo a identidade um tema recorrente nas análises de problemas sociais (*ibid.*, p. 121).

Identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e excludentes (...) O clamor pela identidade, quer para negá-la, reforçá-la ou construí-la, é parte do confronto de poder na dialética inclusão/exclusão e sua construção ocorre pela negação dos direitos e pela afirmação de privilégios. Ela exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejuízo à ordem e harmonia social (*ibid.*, p. 124).

Kathryn Woodward (2011, p. 13) cita alguns aspectos importantes referentes às diferentes dimensões da identidade e as maneiras como esta procura ser estabelecida, dos quais aqui exploraremos dois: a marcação de diferenças e os apelos a antecedentes históricos.

Segundo a autora, a identidade é relacional, depende de algo de fora dela para existir, ou seja, uma outra identidade, uma identidade diferente. Cria-se uma identidade a partir de uma diferença, diferença esta sustentada pela exclusão (WOODWARD, 2011, p. 9). A diferença pode ser construída negativamente, excluindo ou marginalizando as pessoas definidas como “outras”, ou pode ser celebrada em função de sua diversidade e heterogeneidade, a exemplo de movimentos sociais que procuram resgatar identidades sexuais, celebrando a diferença (*ibid.*, p. 50-51).

Outra forma de marcar identidade é por meio de um apelo a antecedentes históricos, na busca de um passado comum de pertencimento (*ibid.*, p. 11), podendo resvalar para um

essencialismo ao se acreditar na existência de um conjunto cristalino, autêntico, fixo e imutável de características compartilhadas por um grupo e não alterada ao longo do tempo (*ibid.*, p. 12-13).

A tensão entre essencialismo e não essencialismo é uma das discussões centrais sobre identidade, podendo o essencialismo fundamentar suas afirmações na história e na biologia (*ibid.*, p. 15). A título de exemplo dessa tensão entre essencialismo e não essencialismo são citados os novos movimentos sociais surgidos nos anos de 1960, especialmente após 1968, com a rebelião estudantil, o ativismo pacifista e antibélico e as lutas pelos direitos civis, defensores de uma política de identidades, a exemplo dos movimentos feministas. “A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política.” (*ibid.*, p. 34).

Se, por um lado, a celebração de uma singularidade é base de solidariedade política, por outro lado pode se traduzir em afirmações essencialistas. Ao haver uma defesa de diferenciação das mulheres em relação aos homens por parte de algumas feministas baseada em singularidades, estas podem fundamentar-se em características biológicas, como a afirmação da maternidade tornar as mulheres mais altruístas e pacifistas; ou basear-se em apelos à história, quando as mulheres procuram estabelecer uma história exclusiva delas até então reprimida pelos homens, uma narrativa histórica que seria coerente a todas as mulheres (*ibid.*, p. 35).

Entendendo a construção de uma narrativa sobre si mesmo ou a construção de uma identidade por meio da interação com o mundo, compreende-se a afirmação sobre a identidade ser uma criação social e cultural (SILVA, 2011, p. 76). É resultado de um processo de produção simbólica e discursiva (linguística) (*ibid.*, p. 81).

No caso das mulheres, conforme abordado no capítulo 1, a identidade feminina se constitui através de inúmeras interações sociais com a família, a religião, a escola, o mercado de trabalho e por meio dos discursos médico, filosófico, histórico, literário e dos meios de comunicação. Portanto, os sistemas de representação, incluindo os meios de comunicação, também produzem identidades.

“A mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (WOODWARD, 2011, p. 18), e “(...) a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação.” (*ibid.*, p. 33). Também é importante destacar: as

práticas de significação produtoras de significado envolvem relações de poder, definindo quem é incluído e excluído (*ibid.*, p. 19).

Para Martino (2010, p. 16), “as identidades contemporâneas passam pela mídia”, numa “dialética entre o poder dos meios de comunicação em contraste com as possibilidades de resistência dos indivíduos, dos grupos e das comunidades.” Através da comunicação, interna ou externa, são criados e disseminados discursos e narrativas que vão permitir o reconhecimento das pessoas como pertencentes a determinado grupo ou a outros (*ibid.*, p. 30).

No entanto, na contemporaneidade, se por um lado temos uma busca de identidade, de um sentido sobre nós mesmos em função de mudanças sociais profundas que desestabilizaram o que Stuart Hall (2006, p. 11) chama de “sujeito do Iluminismo” – centrado e com uma identidade fixa ao longo de sua existência –, identidades fixas, essenciais ou permanentes não mais existem, segundo o próprio Hall (2006, p. 12-13), justamente por esta interrelação com os meios de comunicação: “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 1987 *apud* HALL, 2006, p. 13).

Não existe mais uma identidade coerente, “(...) somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar (...)” devido à multiplicação de sistemas de significação e representação cultural (HALL, 2006, p. 13). São mudanças que estão levando ao surgimento de novas e fragmentadas identidades, um processo intitulado por Hall (*ibid.*, p. 7) de “crise de identidade”.

### 3.4 CRISE DE IDENTIDADE

Em sua obra, “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, Stuart Hall (2006) discute algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia ou segunda metade do século XX.

O autor é adepto da ideia de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas (HALL, 2006, p. 8). As identidades tradicionais, por muito tempo responsáveis por estabilizar o mundo social, “(...) estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (*ibid.*, p. 7). Assim, a chamada “crise de identidade” nada mais é do que um amplo processo de mudança, responsável pelo deslocamento de estruturas e processos centrais

das sociedades modernas, abalando quadros de referência responsáveis por dar ao indivíduo uma ancoragem estável no mundo social (*ibid.*).

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (*ibid.*, p. 9).

Três diferentes concepções de identidade são expostas por Hall: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo<sup>69</sup> consistia em uma concepção muito individualista do sujeito e de sua identidade, ressaltando ser o sujeito do Iluminismo usualmente descrito como masculino:

(...) um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo (*ibid.*, p. 10-11).

O sujeito sociológico seria fruto de mudanças advindas da complexidade do mundo moderno, consolidado no século XIX a partir da segunda “Revolução Industrial”, da eletricidade, do aço e do petróleo. O núcleo interior do sujeito não era autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas, mediadoras entre o sujeito, valores, sentidos e símbolos, a cultura, do mundo (*ibid.*, p. 10).

Já o sujeito pós-moderno nasce da fragmentação do sujeito que tinha uma identidade unificada e estável. A partir do avanço das tecnologias, da globalização, mudanças constantes e rápidas levam à relativização das noções de tempo e de espaço (*ibid.*, p. 14-15), não havendo mais uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas várias identidades, podendo

---

<sup>69</sup> Corrente filosófica que se desenvolveu na Europa no século XVIII. Considerava a razão e o conhecimento como os meios pelos quais os indivíduos transformariam a realidade. A filosofia das luzes possibilitaria transformar o mundo em direção ao progresso, à felicidade, à liberdade e à igualdade (ALMEIDA, 1996, p. 107).

estas serem, inclusive, móveis e contraditórias (*ibid.*, p. 12). Tal identidade é formada e sempre transformada de acordo com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais ao nosso redor, é definida não biologicamente, e sim historicamente (*ibid.*, p.13).

Cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos na segunda metade do século XX impactaram no descentramento final do sujeito cartesiano<sup>70</sup> (*ibid.*, p. 34).

A primeira descentração refere-se ao pensamento marxista. A obra de Karl Marx, escrita no século XIX, redescoberta e reinterpretada na década de 1930 na Escola dos *Annales*<sup>71</sup> e 1960 na América Latina, mostrou ser impossível fazer história de forma individual. As pessoas são agentes da história apenas agindo com base em condições históricas criadas anteriormente, utilizando-se de recursos materiais e de cultura já existentes (*ibid.*, p. 34-35).

Outra descentração importante foi o desenvolvimento do inconsciente por Sigmund Freud. Sua teoria afirma serem a identidade, a sexualidade e a estrutura de nossos desejos formadas através de processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, uma lógica bem diferente da Razão. Isso rompe com o conceito do sujeito cognoscente e racional com uma identidade fixa e unificada (*ibid.*, p. 36).

Um terceiro descentramento está associado ao trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, que desenvolveu seus estudos sobre a teoria da linguagem e dos sistemas de “signos” na década de 1960 na França (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 405). O mesmo afirmava: nós não somos autores das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua, pois esta é um sistema social, não individual, preexistindo a nós, e não expressa apenas nossos pensamentos mais interiores e originais, ativa uma gama de significados já embutidos em nossos sistemas culturais (HALL, 2006, p. 40).

O quarto descentramento está relacionado ao trabalho do filósofo e historiador francês Michel Foucault, que produziu uma genealogia do sujeito moderno. Tem destaque em sua obra o chamado “poder disciplinar”, um novo tipo de poder, que se desdobra ao longo dos séculos XVIII e XIX, chegando ao ápice no início do século XXI. O objetivo do poder disciplinar é num primeiro momento regular e vigiar populações inteiras e, num segundo

---

<sup>70</sup> “Racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento.” (Hall, 2006, p. 27).

<sup>71</sup> Designação aplicada a uma revista fundada em 1929 e a uma rede de colaboradores e simpatizantes formada a partir de 1929, além dos estudos dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre para promover a história econômica e social e favorecer os contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais (BURGUIÈRE, 1993, p.49).

momento, do indivíduo e do corpo. Desenvolve-se em instituições responsáveis por policiar e disciplinar: oficinas, quartéis, escolas, prisões, hospitais (*ibid.*, p. 42).

O quinto e último descentramento citado é o impacto do feminismo como crítica teórica e movimento social. Primeiramente, Hall ressalta ser o feminismo parte do grupo de novos movimentos sociais emergentes nos anos de 1960, designado por ele como grande marco da modernidade tardia. Cita as revoltas estudantis, os movimentos juvenis contraculturais e antibelicistas, as lutas pelos direitos civis, os movimentos revolucionários do “Terceiro Mundo”, entre outros (*ibid.*, p. 44).

Nas considerações importantes feitas por Hall dos movimentos citados, está a afirmação de que cada movimento apelava para a identidade social de seus sustentadores.

Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a política de identidade – uma identidade para cada movimento (*ibid.*, p. 45).

O feminismo teve uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico, de acordo com Hall (*ibid.*, p. 45-46), por vários motivos. Por meio do *slogan* “o pessoal é político”, questionou a clássica distinção entre o “público” e o “privado”; abriu para a contestação política novas arenas da vida social, como a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, entre outros; politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (homem/mulher, mães/pais, por exemplo); de movimento de contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero; além disso, questionou a noção de mulheres e homens serem parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual.

Além dos acontecimentos citados pelo autor para o chamado “descentramento” de identidades, há um outro fator importante a ser considerado: o papel desencadeado pelos meios de comunicação, entendidos como sistemas culturais, para a transformação das identidades. Segundo o autor (HALL, 2006, p. 12-13), o sujeito pós-moderno não tem mais uma identidade fixa, essencial ou permanente porque a identidade torna-se móvel, ela é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 1987 *apud* HALL, 2006, p. 13).

Baseado na argumentação teórica de Hall sobre a chamada “crise de identidade”, descentramento, deslocamento ou fragmentação das tradicionais identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social – cujo um dos descentramentos citados é o feminismo –, pretende-se analisar de acordo com a metodologia proposta de que maneira as mulheres na política partidária e eleitoral negociam com a representação feita delas através dos meios de comunicação, reconhecendo os mesmos como importantes definidores de identidades.

Ao levar em consideração a relevância crescente dos meios de comunicação para a visibilidade de candidatas e candidatos e a consequente obtenção de capital político, pretende-se observar se a sub-representação da mulher na mídia e os estereótipos veiculados influenciam nas propostas das candidatas e em seu modo de agir, procurando identificar se há uma “crise de identidade”.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas para a entrada na política representativa, principalmente em virtude da mesma ser um espaço público historicamente relacionado ao masculino e os meios de comunicação terem uma centralidade no jogo político, as mulheres parecem encontrar-se em um dilema se devem ou não apresentar-se por meio do reforço de uma identidade feminina.

Segundo Pinto (2009, p. 47), talvez “no espaço político, por ser o mais masculino dos espaços, é onde a mulher mais aparece como mulher e mais necessita ser menos mulher para ser candidata e ser eleita”. Interessante salientar aqui a posição de Bauman (2005, p. 38) sobre a “crise de identidade” e as contradições suscitadas por ela. As identidades são chamadas de “bênçãos ambíguas” pelo autor em nosso atual mundo de individualização:

Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente (BAUMAN, 2005, p. 35).

Portanto, a partir do reconhecimento da ambiguidade das identidades, a possibilidade de adotar uma identidade de gênero ou não parece ser mais uma difícil questão a ser considerada para as mulheres no jogo político-partidário-eleitoral. A situação poderá ser melhor compreendida no próximo capítulo, que procurou analisar a posição dos profissionais de meios de comunicação e das deputadas federais a respeito dessa relação de mão dupla entre meios de comunicação e política.

## CAPÍTULO 4 – DESINTERESSE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO POR QUESTÕES DE GÊNERO E REAÇÃO DAS MULHERES

Na tentativa de estudar de que forma as mulheres inseridas nos espaços da política partidária e eleitoral negociam com a maneira como são representadas nos meios de comunicação, em função da centralidade dos meios de comunicação na política, foram realizadas entrevistas em profundidade, fechadas, por meio de envio de questionários estruturados aos profissionais de alguns meios de comunicação e às mulheres parlamentares. As entrevistas mostraram-se necessárias para complementarem a pesquisa bibliográfica realizada, conforme a metodologia adotada e explicitada também no próximo subcapítulo.

Dos meios de comunicação foram entrevistados três editores/profissionais que cobrem a área de política de três veículos de comunicação de âmbito nacional: um jornal diário, uma revista semanal e um telejornal diário – o editor adjunto de poder do jornal impresso “Folha de S. Paulo”, o redator-chefe da revista semanal “CartaCapital” e o editor do telejornal “Jornal da Record”.

Entre as parlamentares, foram entrevistadas seis deputadas federais pertencentes às três maiores bancadas da Câmara Federal no período analisado: três deputadas do PT, duas do PSDB e uma do PMDB.

### 4.1 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa baseia-se em revisão de literatura e análise de entrevistas referenciadas em Stuart Hall e outras(os) autoras e autores.

Na revisão de literatura, foram usadas obras nas diferentes áreas do conhecimento relativas aos temas analisados: Comunicação, Ciência Política, Feminismo, Antropologia, Filosofia, Psicologia, História e Sociologia, além de pesquisas multidisciplinares produzidas sobre a temática de gênero, política e meios de comunicação.

A entrevista, técnica clássica para obtenção de informações nas ciências sociais, muito utilizada na área de Comunicação (DUARTE, 2010, p. 62), “permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos.” (*ibid.*, p. 63).

O modelo entrevista em profundidade, adotado na presente pesquisa, constitui-se num recurso metodológico que busca ter respostas a partir da experiência subjetiva de uma determinada fonte a partir de teorias e pressupostos definidos anteriormente (*ibid.*, p. 62). Na entrevista em profundidade, não é possível dar tratamento estatístico às informações. O

objetivo a ser alcançado é a obtenção de elementos para a compreensão de uma situação. A pesquisa é principalmente qualitativa, tendo por meta mais a aprendizagem por meio da identificação da riqueza e da diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas, e menos ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (*ibid.*, p. 63).

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Dessa maneira, como na análise de Demo (2001, p. 10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (...) A entrevista em profundidade é uma técnica dinâmica e flexível, útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido (*ibid.*, p. 62-64).

O tipo de entrevista em profundidade escolhido foi a entrevista fechada, realizada por meio de dois distintos questionários estruturados, constituídos de perguntas iguais para cada um dos dois grupos de entrevistados, com o objetivo de estabelecer uniformidade e comparação entre as respostas de cada grupo. A entrevista fechada é útil na realização de entrevistas com um grande número de respondentes (*ibid.*, p. 67) – no caso a meta eram três profissionais de veículos de comunicação e 17 deputadas.

Em relação ao instrumento de coleta, optou-se pelo envio do questionário e o recebimento das respostas por meio da internet. Esta é uma forma de coleta útil para a obtenção de informações de pessoas importantes, pouco acessíveis (*ibid.*, p. 77), o caso de editores/profissionais de veículos de comunicação nacionais e das deputadas federais, além do fato desta acadêmica encontra-se longe de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília para entrevistas face a face, locais onde estão concentradas as sedes dos principais veículos de comunicação e os gabinetes das parlamentares.

Dois questionários foram encaminhados: um para três editores/profissionais que cobrem a área de política dos seguintes veículos de comunicação: jornal “Folha de S. Paulo”, revista “CartaCapital” e telejornal “Jornal da Record” e outro para 17 deputadas federais em exercício, pertencentes aos seguintes partidos: PT, PMDB e PSDB.

Para as entrevistas com profissionais de comunicação, o elemento de seleção definido foi ser editora ou editor de política de veículos de comunicação de abrangência nacional.

O objetivo era enviar questionários aos veículos de comunicação líderes de tiragem e audiência nos seus respectivos segmentos no Brasil: “Veja”, “Folha de S. Paulo” e “Jornal Nacional”, segundo dados obtidos com o IBOPE<sup>72</sup> e o Instituto Verificador de Circulação<sup>73</sup>. No entanto, diante da negativa ou falta de respostas às solicitações feitas, dos três citados apenas a “Folha de S. Paulo” respondeu. Dessa forma, outros telejornais de diversas emissoras e revistas semanais de abrangência nacional foram procurados, aqueles possíveis de estabelecer um contato, pois muitos sequer têm informações de telefone ou *e-mails* em suas páginas na internet. Nas seções de “contato” e “fale conosco”, não responderam às mensagens deixadas, sendo necessário estabelecer uma comunicação a partir dos telefones da área comercial/publicitária para posterior encaminhamento às redações.

Após inúmeras tentativas de envio do questionário a diversos veículos, as revistas “CartaCapital” e o telejornal “Jornal da Record” contribuíram ao responder o mesmo. Na “Folha de S. Paulo”, respondeu o editor adjunto de poder; na “CartaCapital” e no “Jornal da Record”, diante da constatação de não existir um editor específico de política, responderam, respectivamente, o redator-chefe e um editor que pediu para ser identificado apenas como “editor” porque não trabalha apenas com a área de política.

Para Wilson Gomes (2007, p. 144), “a cena política, como parte da cena pública, também é constituída e ordenada por esses selecionadores e editores (...)”. A opção pela pesquisa com os profissionais dos meios de comunicação justifica-se em Robert Park (PARK, 1941 *apud* CONDE, 2008, p. 28), para quem a imprensa sempre foi um importante instrumento de formação da organização política, pela formação de uma opinião pública e por mobilizar a comunidade à ação política. Ação esta podendo também ser entendida como o voto.

Os critérios para escolha das deputadas entrevistadas foram definidos da seguinte forma:

- a) Mulheres ocupantes da atual Legislatura no Parlamento brasileiro, na Câmara Federal, eleitas no processo Eleitoral de 2010;

---

<sup>72</sup> O IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) mede a audiência de emissoras de TV no Brasil.

<sup>73</sup> Entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo certificar as métricas de desempenho de veículos impressos e digitais.

- b) Mulheres pertencentes às três maiores bancadas do Parlamento (PT, PMDB e PSDB).

Tais elementos de seleção foram definidos para, respectivamente, tentar analisar:

- a) as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no processo eleitoral enquanto candidatas e quando já ocupam uma cadeira no Parlamento. Conforme Lúcia Avelar (2010, p. 18), “as oligarquias partidárias se renovam e fica pouco espaço para a desconcentração de poder”, este é majoritariamente masculino, demonstram os números. Em contrapartida, diante da centralidade dos meios de comunicação para o sucesso de carreiras políticas, a cota de visibilidade de cargos no Executivo e Legislativo pode assegurar “(...) a chance de fazer-se ver e ouvir na esfera pública dominante” (GOMES, 2007, p. 117) e “não estar em cena significa não existir” (*ibid.*, p. 115). Embora, segundo Miguel e Biroli (2007, p. 33), o noticiário político traga um percentual menor de mulheres em comparação ao já reduzido número em que se encontram nos espaços da política institucional;
- b) os empecilhos encontrados para a disputa eleitoral, a exemplo do não cumprimento da Lei de Cotas, legislação exclusiva para eleições proporcionais (Câmaras Federal e Distrital e Assembleias Legislativas). Em 2009, foi aprovada uma minirreforma eleitoral, definindo sanções aos partidos que descumprem a Lei de Cotas reservando 30% das candidaturas às mulheres nas eleições proporcionais;
- c) o papel dos diferentes partidos políticos no apoio às candidaturas femininas. De acordo com Avelar (2010, p. 17-18), os partidos políticos são um dos principais obstáculos para a inserção feminina na política institucional. Desde a redemocratização do Brasil, a maioria das eleitas é filiada a partidos progressistas, tendo com isso a possibilidade de serem mulheres recrutadas dos movimentos sociais e feministas;
- d) as possíveis variáveis regionais e geracionais na disputa eleitoral. As dificuldades já anunciadas para a entrada da mulher na política partidária e eleitoral fazem as mesmas demorarem mais a construir uma carreira política. Conforme Rangel (2009, p. 70), enquanto 52% das deputadas federais têm idade variando de 45 a 59 anos, esse percentual é de 48% para os homens.

Os resultados pretendidos com esta dissertação acreditam-se possíveis de alcançar através da conjugação da base teórica multidisciplinar utilizada, o referencial teórico de Stuart

Hall sobre “crise de identidade” e a análises das entrevistas com as parlamentares e os profissionais da área de Comunicação que cobrem política.

#### 4.2 RELEVÂNCIA DO NOTICIÁRIO POLÍTICO E ABORDAGEM DE QUESTÕES DE GÊNERO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SEGUNDO OS EDITORES

Foi enviado a três profissionais de comunicação um questionário (ver Anexo 1) com perguntas a respeito do trabalho realizado pelo veículo de comunicação ao qual pertencia sobre a cobertura política do mesmo, procurando também saber se existe uma preocupação referente à temática das relações de gênero.

Após exaustivas tentativas com diversos meios de comunicação para a viabilidade de algum profissional poder contribuir com a pesquisa, principalmente revistas semanais e telejornais, responderam ao questionário o editor adjunto de poder do jornal impresso “Folha de S. Paulo” (profissional A), o redator-chefe da revista semanal “CartaCapital” (profissional B) e o editor do telejornal “Jornal da Record” (profissional C). Os profissionais foram identificados pelas letras A, B e C diante da preocupação em manter o sigilo dos nomes.

Os profissionais de jornalismo impresso, no caso a revista semanal e o jornal diário, reconheceram o peso da editoria de Política nas empresas onde trabalham. O profissional A (“Folha de S. Paulo”) afirma: “É difícil quantificar. Mas a editoria de Política, no caso da Folha, é a que tem mais peso no jornal.” O motivo apresentado foi: “A Folha defende sempre os interesses do conjunto da sociedade. Como a política interfere na vida de todo mundo, nada mais lógico do que o jornal dar atenção para esse tema.”

O profissional B (“CartaCapital”) da mesma forma ressaltou a importância da política na revista: “É muito importante. Somos uma revista de política, economia e cultura. Respiramos política.” Sua justificativa é semelhante a do profissional A (“Folha de S. Paulo”), em função da intrínseca relação entre política e sociedade: “Porque sem a política só existe a barbárie. Pelo fato de as ações humanas, em quase todas as suas dimensões, serem políticas.” (profissional B – “CartaCapital”). Interessante a diferença das duas opiniões em relação ao profissional C (“Jornal da Record”). Para ele, “na televisão em geral (...) a cobertura política tem pouco espaço, porque, assim como economia, é considerado assunto que não ajuda na audiência”, embora o editor ressalte: “É claro que a cobertura de uma eleição presidencial ou de escândalos políticos rompe com esse conceito dominante.” No entanto, segundo ele, “(...) de maneira geral, é visível nos indicadores instantâneos de

audiência como reportagens envolvendo política e políticos derrubam o ‘ibope’”. O próprio editor explica e faz diferenciações entre mídia impressa, incluindo sites, e televisiva:

Na primeira, o espaço é bastante maior, porque o leitor pode eleger o que vai ler entre os vários temas à disposição. Se não se interessar pelo assunto político oferecido, pula e vai para o esporte, cidades, etc. Isso dificilmente vai tirar do jornal a preferência daquele leitor. Será apenas mais um tema no cardápio oferecido pela capa do jornal ou do site. No caso da televisão, os assuntos são impostos. Ao não se interessar por determinada reportagem que é colocada no ar, o telespectador simplesmente muda de canal e a audiência cai. Por isso, as direções de jornalismo das emissoras acabam reduzindo o espaço do noticiário político e econômico dos telejornais, porque pontos de audiência hoje equivalem a milhões de reais em faturamento às empresas. E são os “pontos de audiência” e não o jornalismo, no fim das contas, que as emissoras querem de seus jornalistas.

Questionados se os meios de comunicação contribuem para o sucesso de carreiras políticas no Brasil e como podem fazer isso, os profissionais de comunicação responderam afirmativamente, em função da grande visibilidade proporcionada e, em sua maioria, citando a interferência que noticiários a respeito de escândalos políticos podem ter nessa dinâmica de sucesso/insucesso.

O profissional A (“Folha de S. Paulo”) disse: “Os políticos que atuam nacionalmente precisam ser conhecidos pela população. É a presença deles nos meios de comunicação que torna isso possível.” Os outros dois profissionais ressaltaram o peso dos escândalos e relações de preferências político-partidárias de alguns veículos, sendo possível verificar na fala dos mesmos a falta de parcialidade de veículos de comunicação, ao contrário do que pensa a população sobre uma pretensa objetividade jornalística.

Acredito que a imprensa de modo geral faz o acompanhamento devido à política no país. E acaba exercendo um papel fiscalizador da coisa pública, que é um dos principais focos de corrupção, não só no Brasil. E dessa fiscalização midiática surgem muitas das denúncias de desvio de dinheiro público, envolvendo políticos e funcionários públicos. É verdade que alguns meios mantêm relações de preferência com este ou aquele político, com um ou outro partido. Mas considero que a imprensa de modo geral não poupa partidos e políticos, e se obriga a entrar na cobertura de escândalos, na medida em que as denúncias de corrupção se confirmam sérias. Seja do espectro político da direita como da esquerda – vide Collor, que deixou a presidência por impeachment, e os mensaleiros presos recentemente, nos dois casos, investigados profundamente pela mídia. E isso me faz crer que as carreiras políticas podem ser beneficiadas ou prejudicadas pela cobertura da mídia, dependendo basicamente do desempenho mais ou menos sério de cada político, o que sempre acaba exposto pelos meios de comunicação (profissional C – “Jornal da Record”).

Os meios de comunicação optaram há muito tempo pela “criminalização” da atividade política. Eles são os principais responsáveis pela repulsa de boa parte do eleitorado a “tudo o que está aí”, esta forma despolitizada de encarar a realidade. Quase tudo é tratado na base do escândalo. Toda emenda parlamentar é vista como uma fonte de corrupção, assim como qualquer aditivo em obras, para citar apenas dois exemplos mezinhas. A mídia não explica o funcionamento da política e resume a sua complexidade à dicotomia bons e maus, mocinhos e bandidos. É engraçado, pois o efeito é muito pior do que eles desejavam. Na verdade, os meios de comunicação, como os demais poderes econômicos, querem controlar a vontade da maioria. Sua indignação seletiva (exagero nos erros dos meus adversários, escondendo ou minimizando aqueles dos meus amigos) tem por objetivo selecionar os políticos que consideram adequados aos seus interesses. Eles contribuem bastante para o sucesso de determinadas carreiras, dentro de um sistema diariamente bombardeado, completamente aniquilado por eles mesmos. É a ação a favor da terra arrasada, inútil à democracia, útil aos negócios. O senador Demóstenes Torres é o maior dos exemplos recentes da maneira como a mídia tradicional infla e sustenta carreiras políticas vazias. Eleito pelos meios de comunicação um paladino da moralidade, indicado entre os parlamentares mais influentes (não se sabe o motivo), ele enganou os mais crédulos leitores e telespectadores simplesmente por se prestar ao jogo baixo da oposição aos governos do PT. Os jornalistas minimamente informados sabiam de seu caráter, mas o senador Torres foi bajulado por servir aos interesses dos barões da mídia. A lista de Demóstenes é longa (profissional B – “CartaCapital”).

Das citações acima, é possível relacionar com diversas afirmativas de autoras e autores usados na explanação do capítulo anterior sobre a centralidade dos meios de comunicação na política contemporânea.

Conforme citado, os estudos sobre recepção da pesquisadora Alessandra Aldé (2001, p. 109) constataram o lugar de destaque ocupado no universo de referências dos indivíduos para estes orientarem-se no mundo, além de representar os canais de informação política mais importantes e universalmente acessíveis (ALDÉ, 2001, p. 6). Dessa forma, Wilson Gomes (2004, p. 184) ressalta a importância da informação política via comunicação de massa para a vida civil na sociedade contemporânea. Sabendo disso, os meios de comunicação costumam dedicar um peso maior à editoria de política talvez por reconhecer a importância do trabalho jornalístico para a busca da cidadania e democracia.

No entanto, em virtude de uma lógica de oferecer o máximo de informação em um tempo exíguo, segundo Aldé (2001, p. 06), tais objetivos ficam comprometidos. É o caso mais específico da televisão, a mídia mais utilizada no Brasil – a TV aberta tem uma penetração de 94% nos lares brasileiros (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013, p. 7).

O editor do telejornal pesquisado confirma esta tendência, afirmando ter a cobertura política pouco espaço por ser um assunto que gera baixa audiência. Assim, afirmam Meyer e

Hinchman (2008, p. 77-78), há uma limitação em transmitir um relato abrangente e completo dos acontecimentos relacionados à política, recorrendo-se a subterfúgios na tentativa de transformar acontecimentos em produtos de mídia, visando à audiência. Daí a aplicação de regras de apresentação oriundas de códigos que regem a representação teatral e dos discursos de cultura popular, a exemplo de narração de histórias, personificação, conflitos entre heróis, dramas, duelos verbais, dramas sociais e apresentação de acontecimentos envolvendo figuras proeminentes em situação de conflito, significando o jornalismo se rendendo ao entretenimento, acredita Gomes (2004, p. 343), para quem o gosto do jornalismo pelo espetáculo parece se tornar crescente principalmente após o advento da televisão.

Baseado nas entrevistas obtidas, os escândalos políticos envolvendo pessoas públicas, especialmente políticos em casos de corrupção com desvios de dinheiro público, são o melhor exemplo desses acontecimentos apresentados para atrair a audiência. Lembrando da afirmação de Meyer e Hinchman (2008, p. 134) de a TV influenciar todos os demais meios de comunicação, a cultura do denunciamento parece ser também comum nos noticiários políticos não apenas televisivos.

Embora seja função da imprensa exercer “(...) um papel de fiscalizador da coisa pública (...)”, lembra o profissional C – “Jornal da Record”, críticas a ações equivocadas da prática política acabam se transformando em uma leitura desqualificadora da ação política, diminuindo “(...) as chances de que elementos essenciais de uma cidadania emancipada se fortaleçam”, alerta CASTRO (2006, p. 144), e isso parece ser uma preocupação de um dos profissionais de comunicação entrevistado:

Os meios de comunicação optaram há muito tempo pela “criminalização” da atividade política. Eles são os principais responsáveis pela repulsa de boa parte do eleitorado a “tudo o que está aí”, esta forma despolitizada de encarar a realidade. Quase tudo é tratado na base do escândalo (...). A mídia não explica o funcionamento da política e resume a sua complexidade à dicotomia bons e maus, mocinhos e bandidos (profissional B – “CartaCapital”).

Em relação à cobertura política e gênero, foi unânime a constatação de nenhuma preocupação com o tema por parte dos meios de comunicação estudados, baseado na entrevista com seus profissionais. Ao serem indagados se é comum noticiar nos veículos ao qual pertencem o trabalho das parlamentares ou as atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina na Câmara Federal, as respostas foram as seguintes: “A questão de gênero não é um

fator que consideramos. Os assuntos saem ou não no jornal por conta de sua relevância.” (profissional A – “Folha de S. Paulo”);

Como não existe uma bancada feminina, ao menos não ativa, não procuramos especificamente acompanhar o trabalho de um grupo. Noticiamos iniciativas individuais dos e das parlamentares ou de bancadas realmente organizadas e atuantes (ruralistas, evangélicos etc.) (profissional B – “CartaCapital”).

Para dizer a verdade, não me lembro de ter enfrentado esse tipo de preocupação nos jornais e emissoras em que trabalhei ao longo de mais de 30 anos (incluindo jornais como “O Estado de S. Paulo”, “Gazeta Mercantil”, “Correio Popular” de Campinas, e emissoras como “SBT”, “Globo” e “Record”). Não me consta, nesses meios todos, ter havido casos de preconceito na hora de entrevistas a políticos de um sexo ou outro (profissional C – “Jornal da Record”).

Os profissionais também expressaram não existir uma preocupação em distinguir fontes femininas e masculinas ou ouvir uma proporção feminina no noticiário político onde trabalham condizente com a proporção de mulheres no Parlamento. O profissional A – “Folha de S. Paulo” foi bem sucinto: “Não temos essa preocupação.” O profissional B – “CartaCapital” disse:

Não há nenhum recorte de gênero simplesmente pelo fato de ele não existir no Congresso. Quando existir uma frente parlamentar feminina atuante de verdade, talvez passemos a cobrir suas iniciativas de maneira mais específica. (...) Há claramente um predomínio masculino nas páginas da revista.

Já o profissional C – “Jornal da Record”, embora tenha respondido não haver uma preocupação em procurar fontes masculinas e femininas no noticiário político da emissora, ressaltou ver hoje um equilíbrio na distribuição de opiniões políticas nos telejornais da emissora e em outras:

Observo que, hoje, no “Jornal da Record”, o principal telejornal da emissora, as três repórteres que cobrem política e economia em Brasília são mulheres (Christina Lemos, Renata Varandas e Maria Ferri). E como elas são as responsáveis por eleger quem vai falar sobre determinado tema, asseguro que não privilegiam políticos ou especialistas homens em relação a mulheres.

O editor também acredita existir uma proporção de fontes masculinas e femininas correspondente ao atual percentual no Parlamento, embora “na medida em que ainda há muito mais homens do que mulheres no Congresso – inclusive nos cargos de comando dos poderes – é natural que os homens apareçam mais na mídia” – profissional C – “Jornal da Record”.

Mas se a justificativa para a menor visibilidade feminina no noticiário político é creditada a uma inexistência de atividade parlamentar feminina no Congresso ou a um menor percentual de mulheres no Parlamento, qual motivo explica o menor percentual de mulheres personagens de notícias em geral em diversos países, 24%, baseado na pesquisa “¿Quién figura en las noticias? Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Informe GMMP” (2010), sendo as mulheres metade da população brasileira e mundial?

O profissional A – “Folha de S. Paulo” faz questão de lembrar que “no caso do noticiário político, a fonte que mais aparece no jornal é uma mulher: a presidenta Dilma” e responde com outra pergunta à indagação do questionário sobre esta sub-representação de mulheres no noticiário em geral: “Existe mesmo essa sub-representação?”. O profissional B – “CartaCapital” faz questão de ressaltar não ser apenas a mulher sub-representada: “As mulheres, os negros, os pobres, os ‘comunistas’, os muçulmanos... todos são sub-representados” e acrescenta:

A mídia se tornou um grande latifúndio político-econômico. O sistema financeiro é o principal latifundiário: ele controla a pauta dos debates na mídia e submete os demais setores da economia, mesmo os empresariais (indústria, agricultura) a sua forma de pensar. No campo político, mandam os conservadores. Os dois se entrelaçam. E são a representação absoluta do poder masculino, branco, eurocentrista em todos os seus quadrantes. Tudo o que representa o contrário é combatido, vilipendiado, denegrido. “CartaCapital” se orgulha de ser um dos poucos veículos no Brasil (quicá no mundo) a oferecer uma visão destoante, a incorporar as posições de grupos geralmente marginalizados e até demonizados nos meios de comunicação. De certa forma, damos voz aos “sem-mídia”.

O profissional C – “Jornal da Record” também reconhece a situação de desigualdade de gênero:

É fato que as mulheres ocupam menos cargos importantes do que os homens, na política, instituições ou nas empresas. Em especial em alguns países, como os árabes, os africanos e os asiáticos – que devem ser boa parte dos 71 países envolvidos na pesquisa. Mesmo no Brasil, onde temos uma mulher na presidência da república (e o terceiro candidato mais votado em 2010 também foi mulher), o sexo feminino ainda ocupa um espaço muito menor do que o do homem em funções de decisão e estratégicas, além de ter salários mais baixos para os mesmos cargos que o homem. E isso reflete de

forma inequívoca um preconceito social em relação à competência da mulher.

Mas o jornalista acredita que a mídia não participa “desse tipo de discriminação”:

Basta ver que as redações de jornais, sites, rádios e TV têm hoje mais mulheres jornalistas do que homens. E boa parte dos principais veículos tem atualmente mulheres em seu comando (“Estadão”, “Valor Econômico” e “TV Globo”, por exemplo, têm mulheres em cargos de direção de jornalismo). Acredito que o jornalismo seja mesmo um mundo a parte nessa questão, porque a grande e qualificada presença feminina verificada nas redações ainda não ocorre na sociedade como um todo.

A falta de pluralidade e diversidade nos meios de comunicação pôde ser constatada, além das pesquisas anteriormente citadas, por meio da fala dos próprios profissionais de comunicação entrevistados, pertencentes a importantes veículos de informação nacionais brasileiros.

Conforme Aldé (2001, p. 23), além das expectativas de audiência, a mídia não opera no vazio: as narrativas produzidas são resultado de sua interação com eventos e seus protagonistas. Na tentativa de estabelecer uma sintonia com a audiência, muitas vezes se reproduz e reforça elementos dominantes de cada cultura, num círculo onde é difícil determinar o ponto de partida. A afirmativa aqui empregada pela autora pode ser analisada tanto para exemplificar o menor peso do noticiário político na mídia televisiva quanto o menor percentual de mulheres nos noticiários político e geral.

No primeiro caso, embasado na afirmação do próprio editor do telejornal entrevistado, a falta de interesse da população em geral na política leva a uma menor audiência – segundo Marcos Coimbra (2013, p. 49), que trabalha com pesquisas qualitativas de opinião, é possível ver avolumar-se o contingente de eleitores descontentes com a política, não sendo apenas uma desaprovação ou rejeição de alguém ou algum partido, o sentimento predominante é mesmo de ódio. Preocupada com os índices de audiência, a emissora evita o noticiário político, reforçando o desinteresse da população sobre política, exceção feita à cobertura de eleição presidencial ou escândalos políticos. Mas os escândalos políticos ajudam a aumentar o ódio à política, conforme o profissional B – “CartaCapital”:

Os meios de comunicação optaram há muito tempo pela “criminalização” da atividade política. Eles são os principais responsáveis pela repulsa de boa parte do eleitorado a “tudo o que está aí”, esta forma despolitizada de encarar a realidade.

No caso das mulheres, em virtude de historicamente e culturalmente ocuparem poucos espaços de poder e decisão fora das relações privadas e familiares, estas tidas como menores e menos importantes – por isso mesmo um lugar de “mulher” –, elas acabam não sendo ouvidas e representadas nos meios de comunicação, que consideram relevantes principalmente assuntos relacionados à política, economia, administração pública, etc., nichos ainda pouco ocupados por mulheres.

Dessa forma, há uma reprodução de elementos dominantes da cultura: mulheres pouco representadas nos noticiários porque sub-representadas nas instâncias tidas como importantes da sociedade. E, conforme vimos, por estarem em setores “menos” importantes e, conseqüentemente, menos visíveis da sociedade, menor a possibilidade de conquistarem capital político que as leve a ocupar espaços “importantes”, tornando-se visíveis e servindo de exemplo e estímulo a outras mulheres. Assim, as representações veiculadas nos meios de comunicação são responsáveis por reforçar visões de mundo que estabelecem expectativas e constrangimentos à ação das mulheres, lembram Miguel e Biroli (2009, p. 72-73).

Ou seja, os meios de comunicação ao não considerarem ou não quererem parecer considerar seu papel enquanto produtor de identidades e reconhecimento, não discutindo desigualdade de gênero, também contribuem no reforço e na naturalização da citada desigualdade.

O profissional A – “Folha de S. Paulo” foi categórico: “A questão de gênero não é um fator que consideramos” e chega a questionar a sub-representação feminina no noticiário em geral, perguntando se “existe mesmo essa sub-representação” diante de números referendados em uma pesquisa internacional apresentados no questionário.

O profissional B – “CartaCapital”, embora pertença a uma revista que o próprio diz “(...) ser um dos poucos veículos no Brasil (...) a oferecer uma visão destoante, a incorporar as posições de grupos geralmente marginalizados (...)”, dando “voz aos sem-mídia”, contradiz-se ao afirmar haver “(...) claramente um predomínio masculino nas páginas da revista”, justificando a não existência de uma bancada feminina ativa no Congresso, demonstrando certo desconhecimento se analisarmos todo o trabalho realizado por mulheres parlamentares principalmente na forma do bloco suprapartidário conhecido como Bancada Feminina desde a Constituinte de 1986 e a redemocratização do Brasil, descrito no presente trabalho.

Talvez a explicação para o profissional B “CartaCapital” pensar assim seja o fato dessas parlamentares trabalharem mais em prol de questões sociais e direitos das mulheres, assuntos vistos como menores ou menos importante para a cobertura política dos meios de comunicação.

Já o profissional C – “Jornal da Record” procurou enfatizar a crescente presença de profissionais mulheres na cobertura política e nas redações em geral para afirmar: “(...) não acredito que a mídia participe desse tipo de discriminação”. O problema é social:

(...) o sexo feminino ainda ocupa um espaço muito menor do que o do homem em função de decisão e estratégicas, além de ter salários mais baixos para os mesmos cargos que o homem. E isso reflete de forma inequívoca um preconceito social em relação à competência da mulher (...) No Brasil, na medida em que o que aconteceu na presidência da república se prolifera também nos altos cargos de empresas e instituições (processo que avança, já que hoje empresas como a TAM, GE e GM, de setores historicamente comandados por homens, já são chefiados por mulheres no país), as reportagens vão naturalmente expor mais as opiniões das mulheres do que fazem hoje.

Na visão do editor, “tanto no caso brasileiro quanto em muitos outros países, acredito que o jornalismo simplesmente expresse, na exposição de fontes, a realidade dessas sociedades.” No geral, os meios de comunicação parecem eximir-se da responsabilidade de cumprir sua função social de promover uma discussão qualificada sobre temas centrais ao desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Agindo de forma diferente, assegura Vivarta (2011, p. 19), poderiam ajudar em uma mudança de mentalidade e de comportamentos, combatendo estereótipos e preconceitos, já que conquistas nos campos legal e jurídico costumam encontrar forte resistência cultural, baseada em posturas machistas e conservadoras historicamente enraizadas.

#### 4.3 ATUAÇÃO PARLAMENTAR, NEGOCIAÇÃO DAS DEPUTADAS FEDERAIS POR ESPAÇO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E AUTOPERCEPÇÃO IDENTITÁRIA

Às deputadas federais foi encaminhado um questionário dividido em duas partes: um contendo perguntas referentes a informações pessoais e outro a respeito de questões referentes à vida político-partidária, relação com os meios de comunicação e atuação feminina no Parlamento (ver Anexo 4).

O questionário foi enviado a 17 deputadas federais da atual legislatura (2011-2014) e pertencentes às três maiores bancadas da Câmara Federal, titulares do cargo e atuantes no mandato: oito do PT, seis do PMDB e três do PSDB.

Quando as entrevistas começaram a ser encaminhadas, no mês de agosto de 2013, estas eram as três maiores bancadas da Casa, contando com, respectivamente 89, 80 e 49 parlamentares entre mulheres e homens<sup>74</sup>. A sub-representação feminina é evidente: 8,98% no PT, 7,5% no PMDB e 6,12% no PSDB, podendo ser analisada a partir das inúmeras dificuldades encontradas pelas mulheres para inserção e permanência na vida político-partidária, anteriormente abordadas no presente estudo.

Dos 17 questionários enviados às parlamentares via *e-mail*, todos intermediados pelas assessorias de imprensa, seis foram respondidos, pouco mais de 1/3 do total, por três deputadas do PT, duas do PSDB e uma do PMDB.

A maioria das deputadas representa os estados do Sudeste: uma (RJ), uma (SP), uma (ES), uma (MG), e outras duas representam estados das regiões Norte (PA) e Sul (SC). A faixa etária das entrevistadas varia entre 30-40 anos (uma – 39 anos), 40-50 (uma – 45 anos), 50-60 (duas – 57 e 59 anos) e 60-70 anos (duas – 63 e 69 anos). A maioria (quatro ou 2/3) tem ensino superior completo (todos em áreas das Ciências Sociais e Humanas – Direito, Psicologia, Publicidade, Pedagogia e Letras), uma possui ensino médio completo e, uma, ensino fundamental incompleto. Entre as deputadas sem ensino superior, uma identificou-se como servidora pública e outra como agricultora. Todas participaram de mais de três eleições para diferentes cargos políticos, e a maioria nunca trocou de partido, apenas uma.

Para chegar ao cargo de deputada federal, as deputadas mostram um acúmulo de capital político especialmente por ocuparem cargos anteriores de poder e decisão: deputada estadual (candidata A – PSDB); vereadora, secretária municipal e gestora de ONG (candidata B – PSDB), deputada estadual e presidente de Comissão Permanente na Câmara Federal (candidata C – PT); reitora de universidade pública federal (deputada D – PT); deputada constituinte, estadual e federal, presidente partidária do diretório regional de seu partido e coordenadora de movimento de mulheres (candidata E – PT); e secretária estadual, presidente de conselho estadual, diretora administrativa e financeira de jornal, deputada federal e vice-presidência de Comissão Permanente na Câmara (candidata F – PMDB).

---

<sup>74</sup> Esta composição mudou após outubro de 2013 com as trocas partidárias e a criação de novos partidos: PROS (Partido Republicano da Ordem Nacional) e SDD (Solidariedade), registrados no Tribunal Superior Eleitoral em 24/09/2013 (TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 21 nov. 2013. As três maiores bancadas agora são: PT (88), PMDB (76) e o bloco PP/PROS (58). O PSDB aparece em quarto lugar (48). (CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lideranças e Bancadas**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>>. Acesso em: 21 nov. 2013).

Além da maioria das deputadas ter mais de 50 anos, uma idade no qual pretensamente já cumpriram funções e papéis sociais esperados delas – casamento e maternidade –, chamou a atenção na amostra o fato de todas as deputadas não terem relacionamentos formais: três são solteiras, duas divorciadas e uma separada. Metade delas não tem filhos, a outra metade tem dois, três e quatro filhos.

A constatação acima está em sintonia com pesquisas citadas na presente dissertação, mostrando a dificuldade das mulheres parlamentares em conciliar a vida política e a família. O casamento muitas vezes é um complicador para elas, concorrente com seus compromissos públicos, levando muitas mulheres a iniciarem uma carreira política tardiamente, quando os filhos crescem, não causando estranhamento, segundo Miguel (2009, p. 35), o fato de existir uma maior proporção de solteiras, separadas e viúvas na política.

No entanto, nas entrevistas, as deputadas frisaram o apoio familiar às suas escolhas políticas, embora sejam citados apoios apenas de pais, mães e filhos, nenhum de companheiros(as): “(...) por incentivo do meu pai (...)” (deputada A – PSDB), “(...) minha mãe me aconselhou a candidatar-me (...)” (deputada B – PSDB), “minha família sempre foi meu alicerce” (deputada C – PT), “(...) contei principalmente com o apoio dos meus filhos” (deputada F – PMDB).

Apenas uma deputada disse não ter contado com apoio familiar: “(...) naquela época a mulher deveria ser dona de casa, cuidar dos filhos e do marido. O trabalho fora da residência não era visto com bons olhos.” (deputada E – PT).

A citação é da parlamentar de 59 anos, mãe de quatro filhos e divorciada, identificada como agricultora e com ensino fundamental incompleto. É o típico exemplo da persistência do patriarcado, que durante séculos reservou um lugar para a mulher: a casa e os cuidados com a família, dificultando a entrada feminina na esfera pública, o espaço das decisões políticas, e nos remete a Bourdieu (2005, p. 107), para quem a educação, o maior acesso das mulheres à instrução, foi decisivo na mudança da condição feminina, atrelada à independência econômica e à transformação das estruturas familiares, possibilitando famílias mais reduzidas, acesso aos métodos anticoncepcionais e o divórcio, aumentando a presença feminina no espaço público.

Isso fica evidente no caso das duas deputadas mais jovens, deputada A – PSDB, de 39 anos, e deputada B – PSDB, de 45 anos, nascidas, respectivamente, em fins das décadas de 1960 e início dos anos de 1970, após a revolução sexual, ambas detentoras de curso superior, solteiras e sem filhos, estimuladas pelos próprios pais a entrarem para a vida político-partidária (pais que parecem não ter desejado ou ajudado a reproduzir para as filhas alguns

destinos e comportamentos previsíveis às mulheres do passado). A primeira disse ter ingressado na política “no ano de 1997, por incentivo do meu pai, à época, Prefeito do município de Duque de Caxias.” A segunda afirma: “(...) minha mãe aconselhou a candidatar-me a vereadora para ampliar meu trabalho.” São duas deputadas com, respectivamente, quatro e três eleições vitoriosas em suas trajetórias políticas.

Antes de ingressarem na vida político-partidária, praticamente todas as deputadas que responderam ao questionário (com exceção de uma, a deputada A – PSDB) participaram de movimentos sociais organizados rurais e urbanos: estudantil, sindical, de anistia política, além de trabalhos em ONGs. “Fui membro do Fórum Reage ES que combateu o crime organizado no Espírito Santo, presidi a Associação Capixaba de Mutuários CBA (Comitê Brasileiro de Anistia), onde fizemos a luta pela moradia.” (deputada C – PT).

É comum o envolvimento com movimentos sociais ter começado na juventude e estimulado o engajamento em partidos políticos, reconhecendo na política o espaço efetivo para a conquista de direitos, reafirmando Borba (1998, p. 157), para quem as mulheres perceberam que não adiantaria apenas denunciar injustiças históricas. Seria necessário elaborar propostas e participar do poder objetivando a implementação de políticas públicas referentes às suas lutas.

Minha participação política vem desde os tempos da juventude, quando tive que conviver com situações como a Ditadura Militar brasileira. Desde então, já militava em grupos organizados. A redemocratização brasileira só veio nos tirar da clandestinidade, mas também abrindo as portas para que pudéssemos efetivamente assumir postos de representação. Minha atuação também ampliou-se com a chegada à universidade, ainda como professora. Os partidos são instrumentos importantes de nosso sistema político, devem ser valorizados (deputada D – PT).

Sonhei em ser professora, mas precisei deixar a escola, aos 12 anos, para ajudar meus pais. Comecei a participar das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja e dos movimentos sociais do campo, como o Movimento Mulheres Agricultoras, Movimento Sem-Terra, Movimento Atingidos pelas Barragens e Movimento Sindical. Foi nesse tempo que comecei a perceber a importância da organização social e da participação no processo político (deputada E – PT).

Antes de me tornar política, eu já era gestora pública em uma ONG que apoiava atletas com deficiência e pesquisas para cura de paralisias. Na ONG, já ajudava muita gente, e minha mãe me aconselhou a candidatar-me a vereadora para ampliar meu trabalho. Não gostava de política, mas acabei

acatando seu conselho, impulsionada pela possibilidade de transformar acessos (deputada B – PSDB).

Portanto, nos casos analisados, é possível confirmar uma das características citadas por Avelar (1996, p. 70-71) sobre as mulheres na política. Sua presença na chamada “elite política”, nos cargos de decisão e poder, na maioria dos casos é possível por participação prévia em movimentos urbanos e sindicais e movimentos de mulheres, responsável por geralmente trazer à tona novas demandas não contempladas pelas mobilizações precedentes aos mesmos.

Entre as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer a eleições predominaram respostas relativas a preconceito por ser mulher e aos altos custos das campanhas, este último um dos principais obstáculos para efetiva entrada na política partidária e eleitoral, conforme Avelar (2010, p. 17), um dificultador para a concorrência com grandes caciques políticos. “(...) Me deparei com inúmeras formas de preconceito, sempre no sentido de me impossibilitar de ser eleita.” (deputada D – PT). “O fato de ser mulher, agricultora, sem muitas condições financeiras, me trouxe muitos desafios, sofri preconceitos, mas consegui assegurar o meu lugar.” (deputada E – PT). “Os custos das campanhas que são muito altos. E muitas vezes o jogo político não é fácil para as mulheres.” (deputada F – PMDB). “Ser candidato hoje é algo quase elitista, dado os exorbitantes custos para se efetivar uma campanha.” (deputada D – PT). Uma das deputadas citou como um problema financeiro a compra de votos:

Na maioria das vezes, o poder capitalista de alguns candidatos que surgem com uma única proposta que vem a ser oferecimento de dinheiro em troca de voto, e não de plataformas políticas do interesse da sociedade (deputada A – PSDB).

Apenas uma deputada relacionou os altos custos das campanhas à questão da comunicação e marketing, conforme abordado no capítulo 3 a respeito da centralidade dos meios de comunicação nas campanhas políticas.

As eleições tornaram-se grandes campanhas de marketing, que muitas vezes despolitizam os espaços, omitindo projetos estratégicos e programas governamentais. Assim o que detém maior recurso para investir nas campanhas sai à frente. Isso é um dos motivos que reafirma a importância do financiamento público de campanha, pois tende a nivelar todas as candidaturas e dar possibilidade dos que não possuem um grande capital concorrerem em pé de igualdade (deputada C – PT).

E quando ocupam cargos políticos, quais as principais dificuldades? Há preconceito/discriminação por parte de eleitoras(es), colegas e partidos? Novamente a existência de preconceito é muito citada entre as parlamentares, justificada principalmente porque a política ainda é considerada um espaço masculino por excelência. “Sim, pois as mulheres ainda ocupam pouco espaço na política e vivemos numa sociedade extremamente machista e conservadora.” (deputada C – PT).

Há preconceito contra mulheres em todos os tipos de espaços. Durante as eleições, as manifestações contrárias de parte dos eleitores são mais visíveis. Os partidos, contudo, continuam sendo comandados apenas por homens (...) é muito claro que o espaço político, seja no governo ou nos parlamentos, ainda é claramente um ambiente masculino. Em geral, sou a única mulher na maioria das reuniões das quais participo (deputada D – PT).

Mas é interessante observar nas entrevistas respostas um tanto contraditórias, quando a deputada reconhece a existência do preconceito embora ressalte não sofrê-lo diretamente, considerando a experiência adquirida no Parlamento um possível motivo de conquista de reconhecimento e respeitabilidade entre os pares masculinos, talvez um comportamento visando a evitar assumir uma postura vitimizante, podendo desestimular outras mulheres a ingressarem no Parlamento.

Conforme já citado, Elisabeth Badinter (2005, p. 19) demonstra preocupação parecida diante da incessante imagem da mulher oprimida e indefesa frente a um opressor, uma imagem em nada estimulante às novas gerações, além de gerar um dualismo oposicionista maniqueísta ao identificar o homem ao mal e a mulher ao bem, reproduzindo uma hierarquia dos sexos: uma hierarquia moral no lugar de uma hierarquia de poder (BADINTER, 2005, p. 54).

A parlamentar E – PT afirma ser o preconceito dos políticos contra a mulher em um espaço masculino a principal dificuldade encontrada quando ocupa cargos políticos. No entanto, afirma hoje em dia não sofrer mais preconceito: “(...) mas quando iniciei em cargos políticos sofri preconceito sim, de todos os lados.” A deputada F – PMDB responde não sentir preconceito com ela, “(...) por talvez já ter um nome consolidado e estar no meu 4º mandato. Mas acredito que, no geral, ainda tenha sim”, citando o exemplo do não repasse de Fundo Partidário destinado a segmentos de mulheres sob responsabilidade dos partidos políticos. Para a deputada B – PSDB, não há preconceito “diretamente” e, para a deputada D – PT, ao

ocupar cargos políticos “(...) existem diversas formas de preconceito, ainda que de forma menos evidente.”

Baseado nas referidas falas, o conceito de violência simbólica de Bourdieu (2005, p. 7) talvez possa ser aplicado, entendido por um tipo de violência suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas, uma das formas de reproduzir a estrutura patriarcal.

Outras dificuldades foram citadas pelas entrevistadas: falta de tempo para atender e estudar todas as demandas sociais, falta de tempo para si mesma e para a família (deputada C – PT); o aprendizado sobre o funcionamento da Câmara Federal e os processos legislativos, o sentimento de impotência frente ao trabalho legislativo em função da morosidade de um projeto tornar-se lei diante da pressa da sociedade (deputada F – PMDB); a dificuldade em trabalhar com causas desconhecidas pelos gestores públicos, a exemplo da inclusão de pessoas com deficiência (deputada B – PSDB); e o fato de pertencer a um partido de oposição com minoria na Casa (deputada A – PSDB).

Perguntadas sobre quem acreditam representar e o que seria uma boa representação, as deputadas preocuparam-se em não limitar seu espectro de representados/eleitoras(es), embora lembrem de destacar a representação territorial. Apenas uma deputada procurou ser bem específica:

Represento a diversidade humana. (...) defendo a demanda das pessoas com deficiência, o que inclui as mulheres com deficiência, que por décadas sofrem com o descaso das autoridades e têm demandas urgentes na área de saúde, educação, trabalho, entre outras (deputada B – PSDB).

A deputada A – PSDB afirma: “Acredito que hoje estou representando nesta Câmara dos Deputados, muito propriamente, a classe dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos civis e militares.”

Ambas as candidatas não responderam o que seria uma boa representação. Mais da metade das entrevistadas, incluindo a deputada B, que disse representar as pessoas com deficiência, destacam representar segmentos historicamente marginalizados, entre eles as mulheres:

Represento as classes sociais menos abastadas, os agricultores e movimentos sociais. Acredito que uma boa representação seria ouvir os anseios dessa classe e fazer com que as necessidades sejam sanadas através de políticas públicas (deputada E – PT).

Represento os movimentos sociais, trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, juventudes, negros, indígenas, movimento de pequenos

agricultores, movimento sem terra, micro e pequenos empreendedores. A boa representação requer proximidade com a sociedade em geral e os movimentos sociais, dentro da ética, moralidade, ouvindo e atendendo através de elaboração de projetos de lei, de acordo com as demandas sociais (deputada C – PT).

(...) sei da minha responsabilidade como representante das mulheres, e tenho procurado exercê-la da melhor forma possível, em particular utilizando o mandato como uma forma de incentivar mais mulheres a entrarem neste ambiente (deputada D – PT).

Apenas duas deputadas citaram a representação territorial: “Me disponho a representar Juiz de Fora e a região da Zona da Mata, que estão há muito tempo fora do mapa das prioridades dos governos.” (deputada D – PT).

Represento a população do Pará, o que acho ser melhor para o meu estado e para o Brasil, de acordo com as conversas e reuniões que tenho frequentemente com a minha base. Represento as categorias que nos procuram para reivindicar direitos e que eu acho que são justos. Uma boa representação significa estar em contato com as bases, as comunidades, as associações, ouvindo o que elas reivindicam e vendo o que é possível fazer. E também sendo honesta e explicando quando não é possível aquela solicitação (deputada F – PMDB).

Conforme já descrito, pelo fato de terem chegado aos espaços de poder e decisão muito em virtude do engajamento em movimentos sociais, quando chegam ao poder estas mulheres tentam representar suas bases de poder, formulando e tentando implementar principalmente políticas sociais voltadas ao referido eleitorado, assim como vivem um processo de definição de suas identidades políticas, expandindo-se em novas redes de relações, proporcionando solidariedade na luta por seus interesses (AVELAR, 1996, p. 70).

E as questões referentes a gênero? Elas são importantes na trajetória política das parlamentares? Segundo Avelar (*ibid.*), somente as mulheres podem levar adiante políticas sociais ligadas às mulheres, demonstrando modernidade política onde existe dívida social com tais camadas da população, principalmente porque trazem ao espaço público demandas originadas em suas experiências privadas. As entrevistas para esta pesquisa confirmaram isso e gostam de usar seus próprios exemplos objetivando ressaltar a capacidade das mulheres.

O fato de sermos mulheres é um elemento que nos distingue na política, impondo-nos dificuldades às quais devemos superar. Sendo assim, todas as vezes em que recebi um mandato eletivo, tive tal situação em vista. Foi assim quando reitora, ao priorizar mulheres na composição de meu pró-reitorado, e o mesmo acontecendo agora, como deputada (deputada D – PT)

Sempre trabalhei a favor dos Direitos Humanos e contra a violência à mulher, também fui relatora da Lei Maria da Penha e ministra no governo Dilma, então sempre trabalhei em defesa dos direitos humanos das mulheres (deputada C – PT).

Sempre defendi os direitos das mulheres, principalmente quanto à igualdade de condições. Converso muito com as mulheres sobre isso, incentivando uma tomada de atitude. Também tenho trabalhado muito no combate a essa “epidemia” que é a violência contra as mulheres (deputada F – PMDB).

Os meus mandatos como deputada federal se caracterizaram por muito trabalho e pela garantia e conquista de direitos. Um exemplo disso é a aposentadoria dos trabalhadores rurais aos 60 anos, e das trabalhadoras rurais, aos 55 anos, com um salário mínimo e também a licença-maternidade das agricultoras e pescadoras artesanais. Além disso, a aposentadoria das donas de casa. (...) Certamente, eu, como mulher, pude provar a todos que sou capaz, tanto quanto um homem, ou até mais, devido à nossa sensibilidade, de encarar os problemas e buscar as soluções. Por isso, mesmo diante das dificuldades, não desisti. Hoje, agradeço por tantas vitórias e pelo reconhecimento que tenho (deputada E – PT).

Duas deputadas (1/3) não enfatizaram a questão de gênero. Uma delas afirma: “(...) nunca trabalhei levando gênero em consideração. Acho que o princípio da igualdade está em derrubar diferenças.” (deputada B – PSDB). Mas esta mesma deputada lembrou defender as demandas de mulheres quando defende a demanda das pessoas com deficiência em geral. A outra deputada assegura não ter uma preocupação específica:

Todas as questões que me chegam, em sua maioria, são importantes para a minha trajetória política. Procuro avaliá-las da melhor maneira possível, objetivando deste modo a produção de algo que seja favorável para a clientela que assim encaminhou (deputada A – PSDB).

Estas são justamente as deputadas mais jovens, solteiras e sem filhos, sem ou com limitado histórico de mobilização em movimentos sociais na juventude em comparação com as demais, engajadas em movimentos rurais e urbanos importantes na luta pela redemocratização do país, possível a partir do fim da Ditadura Civil-Militar e a elaboração da Constituição de 1988, considerada a Carta com maior avanço em termos de direitos femininos.

As duas deputadas mais jovens e que disseram não enfatizar a questão de gênero certamente cresceram em um ambiente de maior liberdade e garantia de direitos às mulheres, parecendo não ser necessário lutar pelos mesmos por meio de uma maior consciência de gênero em seus trabalhos parlamentares (como fizeram muitas deputadas desde a Constituinte de 1985, solidárias a causas comuns) – embora persistam muitas desigualdades: mudanças

visíveis muitas vezes escondem a permanência de estruturas invisíveis, assegura Bourdieu (2005, p. 126).

Também parece ser importante ressaltar o fato das mesmas não terem filhos, um ponto a lembrar de Simone de Beauvoir (2009, p. 177), para quem a escravização da mulher à função geradora é a razão profunda pelo qual a mesma foi relegada ao trabalho doméstico, impedindo-a de participar da construção do mundo. Talvez, por tais motivos, as duas deputadas mais jovens não reconheçam ou se preocupem tanto com a problemática das desigualdades de gênero, visto que as parlamentares costumam levar para a vida pública experiências da vida privada, de acordo com Avelar (1996, p. 70).

Embora as duas deputadas mencionadas acima afirmem não ser a questão de gênero um tema importante em sua trajetória política e não indicarem algum tipo de dificuldade em sua carreira política pelo fato de serem mulheres, a exemplo de preconceito por se constituírem minoria em um Parlamento eminentemente masculino – uma dificuldade muito citada entre as demais deputadas entrevistadas –, num momento das entrevistas elas identificam-se em sua condição de mulher e, até mesmo, reforçam estereótipos.

Elas reconhecem, assim como as outras parlamentares entrevistadas, uma maior preocupação das parlamentares mulheres com temas sociais e garantem: a mulher faz a diferença na política. “Ah, sim... a mulher tem um viés mais social na hora de fazer política. (...) somos um misto de dedicação e sensibilidade que faz toda a diferença na hora de trabalhar por pessoas.” (deputada B – PSDB).

Sim, na maioria das vezes a preocupação é com o social. Talvez isso aconteça por conta de sua origem, como, por exemplo, ser o único ser que tem a capacidade de procriar. Hoje (referente à mulher fazer diferença na política), talvez por conta de estarmos trazendo para a política o toque feminino que garante um tratamento mais humano entre todos os seres humanos que labutam nesta Casa (deputada A – PSDB).

Dessa forma, embora não tenham demonstrado uma preocupação em seus mandatos com questões relativas a gênero – e obviamente elas não têm a obrigação de ter – seja por não sentirem desigualdades em suas vidas públicas e privadas, seja pelo não engajamento em movimentos de mulheres ou quem sabe na tentativa de evitar diferenciações sexuais e mostrar que mulheres e homens são igualmente capazes, especulações a serem pensadas, as deputadas A e B acabam, talvez sem perceber, reproduzindo discursos sobre características femininas responsáveis por diferenciar mulheres e homens na sociedade (assim como na política).

Isso é possível quando afirmam terem as mulheres maior dedicação e sensibilidade, construções histórica e socialmente construídas relativas às diferenciações de gênero, conforme a deputada B – PSDB; e maior preocupação com o social por uma característica diferenciadora biológica: a maternidade, segundo a deputada A – PSDB.

As demais deputadas entrevistadas também são unânimes em afirmar serem as mulheres um diferencial na política, mais preocupadas em trabalhar questões de cunho social. No entanto, isso é explicado por vivências diferenciadas, principalmente por uma situação de exclusão, e não por características construídas culturalmente ou baseadas em uma natureza diferenciada. Aqui cabe citar o exemplo de uma resposta à pergunta: as mulheres fazem diferença na política?

Toda! Primeiro porque somos a maioria da população desse país e deveríamos estar representadas de forma mais paritária. Depois, porque, como disse, trazemos um olhar diferenciado, baseado em outra vivência social, para as políticas públicas. E ainda porque mulheres precisam de políticas específicas porque exercem papéis sociais diferenciados e são um grupo que tem uma história de abuso e exclusão e que ainda busca políticas de compensação, acabar com essa ideia de que somos cidadãs de segunda categoria. As políticas deveriam sempre conter um estudo de impacto de gênero (deputada F – PMDB).

A respeito de como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento, se há uma maior preocupação com o social, a mesma deputada responde:

Mulheres trazem um olhar diferenciado para a política, não por uma questão genética, mas por um histórico de vida diferente, de papéis sociais diferentes, que nos levam a ter vivências diferentes. Muitas vezes essa contribuição, esse olhar, está mais treinado para as questões sociais. Veja que a maioria dos projetos com impacto de gênero tramita na Comissão de Seguridade Social e Família. Já na Comissão de Orçamento tem pouca participação de mulheres e é uma Comissão fundamental (deputada F – PMDB).

As questões sociais citadas pelas parlamentares dizem respeito principalmente a demandas das próprias mulheres: “Se nós não lutarmos por isso, quem irá?”, indaga a deputada F – PMDB ao responder à pergunta se as mulheres necessariamente têm que defender mais ações em prol das mulheres. A deputada C – PT diz que “(...) o parlamento é o espaço privilegiado para dar visibilidade às questões relacionadas ao universo feminino.”

Existe uma grande preocupação com o social, porém as discussões são direcionadas em grande parte para as questões relacionadas às desigualdades

de gênero como: jornada de trabalho, remuneração salarial, assédio moral, violência contra a mulher, dentre outros (deputada C – PT).

Muitas vezes estas demandas vêm de pressão do movimento organizado de mulheres, comumente ouvido pelas parlamentares:

Todas as parlamentares têm uma boa relação com os movimentos de mulheres pela representatividade enquanto gênero. As demandas dos movimentos de mulheres são recebidas e encaminhadas de acordo com a sensibilidade e compromisso de cada deputada (deputada C – PT).

A deputada E – PT afirma: “As mulheres sempre representam sua classe e procuram defender projetos e iniciativas que venham ao encontro com as mulheres.”

Esta é uma relação histórica, remete a Constituinte de 1986, quando os movimentos de mulheres tiveram um papel de peso ao encaminhar propostas e lutar pela garantia de direitos para as mulheres na Constituição de 1988, principalmente a partir da formação de uma base parlamentar feminina, o chamado “*lobby do batom*”. A deputada F – PMDB relembra o episódio:

A Bancada Feminina da Câmara sempre teve um histórico de interlocução com os movimentos sociais, desde a Constituinte de 88, para a garantia de muitos direitos para as mulheres. Acho que essa foi uma relação construída e que é cada vez mais sólida, mesmo com todas as divergências que possam existir dentro da Bancada.

No entanto, apesar do trabalho parlamentar feminino engajado em temas sociais referentes à garantia de direitos às próprias mulheres, existe uma limitação na pauta de discussões para efetivamente haver uma representação de interesses femininos na Casa, assegura a deputada D – PT, por dificuldades advindas da própria sociedade “(...) que ainda restringe certos temas que são chave para este movimento, como a questão da legalização do aborto.”

Considerado um tema tabu, o aborto foi mencionado apenas por esta deputada, novata na Casa – assumindo o cargo em janeiro de 2013 –, e é sempre usado para gerar debates acalorados entre defensores e contrários à descriminalização/legalização do aborto no Brasil, principalmente quando há o interesse em desestabilizar a candidatura de mulheres, a exemplo do acontecido nas últimas Eleições presidenciais de 2010.

Embora haja uma aparente maior luta por interesses de temáticas referentes aos problemas das próprias mulheres entre as parlamentares, a maioria das entrevistadas acredita

que as mulheres na política não podem representar apenas as mulheres. Segundo a deputada E – PT, “temos que batalhar por todas as causas sociais, não somente das mulheres”, posição compartilhada com a deputada A – PSDB: “Devem pensar em atuar como política com a preocupação voltada para todos os segmentos que deverão ser defendidos nesta Casa, em prol do engrandecimento da sociedade.”

De acordo com as entrevistas, percebe-se, no geral, um sentimento de solidariedade entre as parlamentares, embora uma deputada reconheça a existência de divergências dentro da Bancada Feminina (deputada F – PMDB). A deputada D – PT afirma:

Infelizmente a participação das mulheres na Câmara é, na maioria das vezes, uma reprodução da hegemonia patriarcal. Isso porque há ali muitas deputadas que se elegem por serem esposas de políticos de renome. Não se trata, portanto, de uma conquista das mulheres. Não se trata de uma representação para as mulheres, mas uma representação para os homens que as elegeram.

Mesmo com as críticas, ambas as deputadas fazem afirmativas sobre a importância do trabalho conjunto das deputadas na Casa e o diferencial trazido por elas para a política, desejando ver mais mulheres na política: “(...) somos a maioria da população desse país e deveríamos estar representadas de forma mais paritária. (...) trazemos um olhar diferenciado, baseado em outra vivência social, para as políticas públicas (deputada F – PMDB).”

Para a deputada D – PT, as mulheres “definitivamente” fazem a diferença, “(...) mas devem fazer ainda mais diferença. E isso só será alcançado quando mais mulheres estiverem na política.”

Portanto, não parece ser errado fazer uma comparação da atuação parlamentar feminina atual com a chamada política de identidade surgida nos anos de 1960 por meio de inúmeros movimentos sociais (estudantil, antibelicista e por garantia de direitos civis), citados por Kathryn Woodward (2011, p. 34). Muitas das atuais deputadas têm um passado de militância nos referidos movimentos, possuindo uma formação feminista e solidária mais sólida adquirida em lutas sociais, movimentos urbanos e rurais anteriores à redemocratização do país. Estas foram mobilizações que buscaram afirmar uma identidade cultural das pessoas pertencentes a um determinado grupo oprimido ou marginalizado, fazendo desse reforço de identidade um fator importante de mobilização política.

Outros exemplos demonstram um reforço de identidade entre as deputadas, levando em consideração a afirmação de serem a marcação de diferenças e os apelos a antecedentes históricos aspectos importantes sobre as diferentes dimensões da identidade (WOODWARD,

2011, p. 13). Tais diferenças são relatadas em relação a um “outro”, uma identidade diferente – mais uma característica necessária à existência da identidade (*ibid.*, p. 9), sendo este “outro”, no caso, os homens, maioria quase absoluta no Parlamento brasileiro.

As deputadas foram unânimes em afirmar (ou marcar) suas diferenças quando perguntadas se as mulheres fazem diferença na política: “(...) trazemos um olhar diferenciado, baseado em outra vivência social, para as políticas públicas.” (deputada F – PMDB); “(...) somos um misto de dedicação e sensibilidade que faz toda a diferença na hora de trabalhar por pessoas.” (deputada B – PSDB); “fazem, devido à sua sensibilidade, a maneira de lidar com adversidades e também devido à capacidade de resolver mais situações ao mesmo tempo.” (deputada E – PT); e “(...) talvez por conta de estarmos trazendo para a política o toque feminino que garante um tratamento mais humano entre os seres humanos que labutam nesta Casa.” (deputada A – PSDB).

As diferenças podem ser construídas negativamente, excluindo ou marginalizando as pessoas definidas como “outras”, ou podem ser celebrada pela diversidade e heterogeneidade, a exemplo de movimentos sociais que procuram resgatar identidades sexuais, celebrando a diferença (WOODWARD, 2011, p. 50-51). No caso analisado nesta pesquisa, a segunda opção se adéqua, ou seja, parece haver uma celebração da diferença e um reforço de identidade de gênero entre as deputadas.

Em relação à busca de antecedentes históricos, também é um caso verdadeiro na presente pesquisa. O reconhecimento das diferenças das mulheres em relação aos homens normalmente é baseado em argumentos sobre um passado comum de opressão, sendo a busca de uma identidade no Parlamento necessária para reparar isso. A deputada F – PMDB afirma:

Mulheres trazem um olhar diferenciado para a política, não por uma questão genética, mas por um histórico de vida diferenciado, de papéis sociais diferentes, que nos levam a ter vivências diferentes. (...) mulheres precisam de políticas públicas específicas porque exercem papéis sociais diferenciados e são um grupo que tem uma história de abuso e exclusão e que ainda busca políticas de compensação, acabar com essa ideia de que somos cidadãs de segunda categoria. As políticas deveriam sempre conter um estudo de impacto de gênero.

A deputada C – PT acrescenta: “(...) temos é que trabalhar para diminuir a desigualdade existente entre homens e mulheres em todos os níveis.”

Também foi possível encontrar na fala das parlamentares em busca desse passado comum de pertencimento, um essencialismo, uma das possibilidades enumeradas por Woodward (2011, p. 12-13) na busca de uma identidade, quando se acreditar na existência de

um conjunto cristalino, autêntico, fixo e imutável de características compartilhadas por um grupo e não alterado ao longo do tempo.

Tal essencialismo pode fundamentar suas afirmações na história e na biologia (WOODWARD, 2011, p. 15). Aqui citamos as características essencializantes baseadas na história e na biologia enumeradas pelas deputadas: “(...) somos um misto de dedicação e sensibilidade” (deputada B – PSDB); “(...) devido à sua sensibilidade, a maneira de lidar com adversidades e também devido à capacidade de resolver mais situações ao mesmo tempo” (deputada E – PT); e “(...) na maioria das vezes a preocupação é com o social. Talvez isso aconteça por conta de sua origem, como, por exemplo, ser o único ser que tem a capacidade de procriar.” (deputada A – PSDB).

Em relação ao comportamento das deputadas entrevistadas com os meios de comunicação, houve unanimidade em afirmar a importância dos mesmos durante as campanhas eleitorais e no exercício dos mandatos, respostas em consonância com as afirmações de Wilson Gomes (2004, p. 23), para quem há uma estreita relação entre a política contemporânea (do exercício do governo à disputa eleitoral) com a comunicação de massa. Os agentes políticos “(...) tendem a atuar para a esfera de visibilidade pública controlada pela comunicação (...)”, grande parte da política se encerra em meios, linguagens, processos e instituições da comunicação de massa (GOMES, 2004, p. 23). A deputada A – PSDB resume bem essa relação: “Hoje não há como se pensar em campanha política sem a utilização das mídias. (...) Não há como se administrar hoje sem a utilização dos meios de comunicação: a imprensa escrita, falada e televisada.”

Para a deputada B – PSDB, os meios de comunicação têm “total importância. As pessoas precisam não só conhecer os seus candidatos, como se inteirar de seu passado, de suas propostas, de seu histórico de ações. E para isso os meios de comunicação são essenciais.”

No exercício do mandato, os meios de comunicação são da mesma forma fundamentais “(...) para dar o *feedback* para o eleitorado e também coletar demandas, ouvir necessidades, entender a realidade de quem está representando”, acrescenta a deputada B - PSDB.

A deputada C – PT vê nos meios de comunicação uma forma de “(...) mostrar à sociedade as nossas propostas, opiniões e diferença com os demais candidatos”, opinião parecida com a da deputada E – PT, para quem “os veículos de comunicação são fundamentais para a disseminação de informações, como propostas, o que estou fazendo para a sociedade, e também é um termômetro para medir minha aceitação”, durante campanhas e no exercício do mandato.

A deputada F – PMDB destacou a importância dos meios de comunicação “mais modernos, das mídias sociais”. Segundo ela, “todo mundo sabe tudo o tempo todo. Chega a ser um pouco opressor, mas é realidade.” A deputada D – PT foi a única que ressaltou a importância dos meios de comunicação lembrando do chamado “custo comunicação”, na expressão usada por Gomes (2004, p. 136), principalmente durante as campanhas.

São recursos essenciais, inevitáveis caso queiramos levar nossas propostas e mensagens ao eleitorado. Sua hegemonia, contudo, não pode fazer abrir mão do contato direto com as pessoas. Vale ressaltar que estes meios são também os grandes responsáveis por tornar as eleições cada vez mais caras. Se há um aspecto democratizador, de levar nossas posições a um amplo público, há também um caráter elitista, por diminuir as chances de uma pessoa com menos recursos de se eleger (deputada D – PT).

A deputada citada mencionou algumas questões pertinentes sobre a influência dos meios de comunicação no processo político-eleitoral:

(...) quero lembrar que os veículos jornalísticos participam sim do jogo político, ora informando, ora defendendo candidatos. O aspecto mais negativo, contudo, é certa cultura de satanizar a política, que faz apenas afastar ainda mais as pessoas deste espaço, o que é prejudicial para todos (deputada D – PT).

Dessa forma, a deputada evidencia a dependência de candidatas(os) das linhas editoriais dos meios de comunicação, dos investimentos publicitários e de interesses privados de ordem política e institucional, pois “nos regimes democráticos, a busca de visibilidade é tão importante na forma de propaganda quanto de informação jornalística para o jogo de formação de imagem pública.” (WEBER, 2006, p. 124).

Relativo à criminalização da política, está condizente com a crítica de alguns teóricos a respeito da rendição do jornalismo ao entretenimento em função da capacidade limitada de transmitir um relato abrangente de acontecimentos relacionados à política, conforme afirmam Meyer e Hinchman (2008, p. 77). Gomes (2004, p. 78) lembra ser comum para transformar acontecimentos reais em produtos da mídia a apresentação de acontecimentos envolvendo figuras proeminentes em situação de conflito. Entretanto, a espetacularização de escândalos de ações equívocas da prática política acabam se transformando em uma leitura desqualificadora da ação política, dificultando o próprio exercício da cidadania, segundo Castro (2006, p. 144).

Interessante observar apenas uma deputada fazendo críticas mais pontuais a algumas ações dos meios de comunicação, a deputada D – PT, quatro vezes candidata a cargos do Executivo municipal e Legislativo Federal, obtendo vitória nesta última e assumindo o mandato em 2013, uma novata, portanto, da Câmara Federal.

Tudo leva a crer na existência de certo temor em criticar a atuação da mídia em geral por parte das deputadas, talvez por receio de serem mais excluídas do que já são – conforme Miguel e Biroli (2007, p. 33) elas aparecem nos meios de comunicação em um percentual ainda menor do que sua efetiva presença no Parlamento – ou em função de uma relação de mão dupla com os meios de comunicação. Explica-se: como não estar em cena é não existir e prevalecendo a lógica da cultura midiática, caracterizada como espetáculo, show e encenação, a política adaptou-se a esta dinâmica e passou a ser encenada para garantir trânsito no circuito da informação (GOMES, 2004, p. 342).

Para Meyer e Hinchman (2008, p. 93), “(...) as próprias elites políticas se submetem quase com avidez às regras adotadas pela mídia, que controla o acesso ao grande palco da vida pública (...)”. Dessa forma, parece ser mais interessante às deputadas não envolver-se em polêmicas, não criticando a atuação midiática, sob risco de aparecerem ainda menos ou serem identificadas de forma pejorativa, no caso, relacionadas a uma espécie de censoras<sup>75</sup> dos meios de comunicação, estes últimos vistos aos olhos do público como objetivos e imparciais. Isso porque, defendem Meyer e Hinchman (2008, p. 109), na esperança de conseguir dominar as regras determinantes de acesso ao teatro da mídia e conseqüentemente alcançar legitimidade por meio de apoio do público, o sistema mídia ainda mostra-se mais capaz de definir as regras do jogo.

A evidência disso é a recorrência das deputadas às assessorias de comunicação e de imprensa, constituídas por profissionais conhecedores dos processos de produção jornalística,

---

<sup>75</sup> Uma das deputadas entrevistadas, deputada C – PT, não desenvolveu respostas às perguntas sobre a cobertura dos principais meios de comunicação da atividade das parlamentares e se acha satisfatória a forma como é retratada em reportagens. Respondeu assim às referidas perguntas, respectivamente: “Insatisfatória” e “Às vezes”. Mas a deputada poderia ter respondido citando um episódio de repercussão na imprensa brasileira em 2011, quando foi envolvida enquanto ocupava o cargo de ministra. O pano de fundo da polêmica foi uma nota assinada pela então ministra pedindo ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) a suspensão de um comercial estrelado pela top Gisele Bündchen após inúmeras reclamações à Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Na campanha promovida pela Hope Lingerie, a modelo ensinava às mulheres a dar más notícias aos maridos (como excesso de gastos ou batida de carro) sem risco de serem recriminadas: isso deveria ser feito tirando a roupa. O comercial foi caracterizado como sexista, acusado de coisificar a mulher, mas a ministra foi criticada por supostamente tentar cercear a liberdade de expressão. Além disso, foi ridicularizada por meio de charges publicadas na imprensa nacional, quando foi retrata de roupa íntima numa tentativa de fazer comparações entre ela e a modelo, sugerindo ser a atitude tomada causada por um suposto ressentimento entre mulheres feias (no caso, as ministras e as feministas de plantão) e bonitas (Gisele Bündchen).

cujo objetivo é inserir de alguma forma informações sobre as parlamentares e seus trabalhos em meios de comunicação, garantindo maior visibilidade. Todas as deputadas entrevistadas têm assessorias de comunicação em seus mandatos e também as teve durante as campanhas eleitorais. Segundo a deputada E – PT, “sempre busquei ter uma assessoria de imprensa para fazer a ponte de ligação entre meu mandato ou campanhas com a imprensa.”

Entretanto, outras estratégias próprias de comunicação são utilizadas, talvez pela menor visibilidade das deputadas nos meios de comunicação, até por seu pequeno percentual no Parlamento, pela possibilidade de apresentar-se como desejam ser conhecidas ou mesmo pelos menores custos de comunicação de ferramentas disponíveis pela internet e contato mais direto com eleitoras e eleitores.

A internet tem despertado grandes expectativas. Ela poderia ter o potencial de disponibilizar uma nova forma de comunicação: não hierarquizada e essencialmente simétrica a todas as pessoas, fazendo a esfera pública se aproximar da assembleia democrática ideal, aberta a todas as cidadãs e todos os cidadãos, apesar dos autores reconhecerem suas limitações (MEYER; HINCHMAN, 2008, p. 171). Lembram que um número considerável de pessoas não está apto a adquirir e conhecer as tecnologias para fazer uso da comunicação em rede, até por questões econômicas (*ibid.*, p. 173), sem esquecer a tendência da cultura de massa colonizar os novos meios de comunicação, reduzindo os mesmos a entretenimento comercial (*ibid.*, p. 174).

As deputadas têm utilizado a internet, conforme as entrevistas realizadas. Foram citados os seguintes meios: sites, redes sociais (*Facebook* - principalmente, *Twitter*, *YouTube*, *Flickr* e *Google Space*). Além da internet, elas recorrem, em menor número, à produção de informativos e jornais impressos.

No geral, as deputadas consideram insatisfatória a cobertura dos meios de comunicação de massa sobre ações parlamentares das mulheres, justificada principalmente pela sub-representação feminina no Parlamento. É “Insuficiente”, respondeu a deputada C – PT. A deputada D – PT destaca, além da sub-representação, o machismo: “(...) tal cobertura é praticamente inexistente, não apenas pela cultura machista predominante, mas em particular por sermos poucas mulheres num mundo de muitos homens.”

Outras deputadas lembram as dificuldades de aparecer na cobertura dos meios de comunicação por serem minoria e não por uma questão de desigualdade de gênero:

Acho que é pouco focado. Não nos entrevistam porque somos mulheres, mas se temos ou não algum projeto importante na pauta. Mas ser apenas 45

deputadas, num universo de 513 deputados, é claro que a maioria das entrevistas acontece com os homens (deputada F – PMDB).

Proporcionalmente, a mulher aparece menos porque é a fatia menor de representatividade. Mas acho que os meios de comunicação se pautam pela relevância de determinada ação e não pelo gênero de quem a praticou (deputada B – PSDB).

Acredito que, hoje em dia, os meios de comunicação não façam mais diferenciação de gêneros. Assim como as ações dos parlamentares são divulgadas, das parlamentares ocorre da mesma forma (deputada E – PT).

Apesar da sub-representação nos meios de comunicação assim como no Parlamento, há também otimismo por parte das parlamentares: “Nós mulheres ainda sofremos um pouco, mas a tendência é este sofrimento cada vez mais diminuir. Falta pouco para estarmos em condições igualitárias”, é a posição da deputada A – PSDB.

As deputadas, na maioria das vezes, dizem ser bastante procuradas para dar entrevistas sobre diversos temas. A deputada C disse ser procurada com assiduidade para falar sobre os temas “mulheres e direitos humanos”. Questões de gênero também são citadas pela deputada F – PMDB quando é procurada para entrevistas:

Aqui na Câmara, ocupo o cargo de Procuradora Especial da Mulher, então sou bastante procurada para dar entrevistas sobre questões de gênero. No meu estado também sou procurada para este tema. Além disso, sempre procuro estar atuante em temas nacionais, então sou chamada para falar de projeto nos quais estou envolvida, temas variados.

Elas disseram também serem procuradas para entrevistas referentes à sua atuação parlamentar:

Sim. A procura é sempre em relação às proposições por mim apresentadas, como também por aquelas em que sou a Relatora. Deste modo, sou muito solicitada para entrevistas sobre esses assuntos (deputada A – PSDB).

Bastante. E sobre muitos temas, desde os que dizem respeito a minha área de atuação (deficiência, acessibilidade, inclusão) como também temas mais pessoais, ligados a minha história de vida, minha trajetória pós-acidente, minha recuperação, minha forma de viver (deputada B – PSDB).

Sim. Sempre procuro estar em contato com os meios de comunicação. Vejo como uma forma de informar os eleitores sobre o que ocorre em meu mandato e também uma forma de passar informações de utilidade pública, esclarecer dúvidas, etc. (deputada E – PT).

A cobertura à atividade parlamentar é muito restrita. Esta se resume a poucas das iniciativas que temos, se concentrando mais na liberação de recursos via

emendas. As questões propriamente políticas, contudo, são preteridas na maioria das vezes (deputada D – PT).

As parlamentares consideram, em geral, satisfatória a maneira como são retratadas nas reportagens: “Na maioria das vezes, sim. Graças a Deus, até a presente data, sou sempre muito bem tratada pelos representantes das mídias”, afirma a deputada A – PSDB; “Na grande maioria das vezes sim!”, garante a deputada B – PSDB; “Às vezes”, disse a deputada C – PT; “Geralmente, sim”, afirma a deputada F – PMDB; Já a deputada E – PT responde afirmativamente, mas com ressalvas: “Hoje, garanti meu lugar, sou respeitada e ouvida. Mas nem sempre foi assim. Antigamente, sentia um certo desinteresse nos entrevistadores.” Já a deputada D – PT lembra: “Há uma clara preferência por figuras masculinas. Mas na maioria das vezes as reportagens são muito respeitadas.”

E como as deputadas costumam identificar-se nas entrevistas, costumam identificar-se como mãe/cuidadora e/ou defensora dos direitos das mulheres? Aparentemente sim, em especial na defesa dos direitos femininos, conforme as respostas. A deputada D – PT afirma: “Como representante dos direitos das mulheres, apenas”. A deputada A – PSDB disse:

Procuo me identificar sempre como defensora dos direitos humanos, independentemente do sexo; e nos casos específicos da mulher, sempre procuro opinar com a preocupação maior da defesa dos direitos da nossa categoria.

Mãe/cuidadora acho que não muito. Como defensora não só das mulheres, mas de pessoas com deficiência de maneira geral (deputada B – PSDB).

Sempre defendi os direitos das mulheres, como agricultoras, mulheres sem terra, pescadoras, donas de casa. Meu mandato sempre esteve à disposição das mulheres e, por isso, sempre procuro destacar este apoio por onde faço minhas entrevistas (deputada E – PT).

A única deputada a responder negativamente foi a deputada C – PT. Segundo ela, embora não costume identificar-se como mãe/cuidadora e defensora dos direitos das mulheres, “as pessoas me colocam esses adjetivos pela minha militância e pela defesa em favor dos Direitos Humanos.”

#### 4.4 HÁ UMA CRISE DE IDENTIDADE?

Baseado no conceito de “crise de identidade” formulado por Stuart Hall (2006, p. 8), para quem vivemos em um período de grandes mudanças, responsáveis pelo abalo de quadros

de referência que tínhamos sobre nós mesmos, levando ao “descentramento” ou fragmentação de identidades, o presente estudo buscou compreender se há uma “crise de identidade” das mulheres que participam da vida político-partidária brasileira, tendo como base a maneira como são representadas nos meios de comunicação.

Esta correlação parece ser possível diante da afirmativa do autor de o sujeito pós-moderno, aquele da modernidade tardia ou segunda metade do século XX, estar sujeito à fragmentação de suas identidades a partir do avanço das tecnologias e da globalização, resultante de mudanças constantes e rápidas que levam à relativização das noções de tempo e de espaço (HALL, 2006, p. 14-15), não havendo mais uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas várias identidades, podendo estas serem, inclusive, móveis e contraditórias (*ibid.*, p. 12-13), formada e sempre transformada de acordo com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais ao nosso redor.

O feminismo é citado como um dos principais responsáveis pelo descentramento final do sujeito cartesiano (*ibid.*, p. 27). Abriu espaço para a formação de novas identidades sexuais e de gênero, questionando a noção de mulheres e homens serem parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual (*ibid.*, p. 45-46).

De fato, o feminismo, ao questionar séculos de patriarcado – que relegou as mulheres a um espaço de inferioridade em todos os setores das sociedades baseado principalmente em diferenças tidas como naturais –, ajudou na conscientização da necessidade de unir esforços para transformar estruturas que alimentam e reproduzem o patriarcado. Somente através da união das mulheres em prol de interesses comuns seria possível mudar esta situação, e os espaços de poder e decisão, da política partidária e eleitoral, pareceu ser a arena privilegiada para esta luta por ser um espaço de legitimidade e por proporcionar mudanças a partir da formulação de leis.

No Brasil, desde fins do século XIX e durante boa parte do século XX, as mulheres lutaram para poder participar das decisões políticas, seja votando, candidatando-se ou ocupando espaços de poder e decisão. Até hoje, uma Bancada Feminina existe e luta para garantir direitos femininos, reforçando uma identidade de gênero no Parlamento, embora estejam em desvantagem numérica em relação aos homens, comprometendo o referido trabalho.

Isso é visível na atuação das parlamentares brasileiras. Elas trabalham no Parlamento principalmente focadas em temas referentes a questões sociais e em prol dos direitos das mulheres, conforme pesquisas citadas e as falas das deputadas entrevistadas, porque reconhecem desigualdades históricas (inclusive na própria pele) e solidarizam-se com os

excluídos. Mesmo aquelas deputadas cujas afirmativas ressaltem não fazer distinção de gênero sobre quem representam no Parlamento, em especial as mais jovens que não participaram ativamente de movimentos sociais das décadas de 1960, filhas da revolução sexual, em vários momentos de suas falas ressaltam questões que parecem servir para reforçar uma identidade de gênero, afirmando serem as mulheres um diferencial na política por características socialmente construídas (dedicação e sensibilidade) ou por trabalharem mais pelo social em função de diferenças biológicas (maternidade).

No geral, percebe-se um reforço de identidade na atuação das deputadas na Câmara Federal brasileira desde a redemocratização do país, um movimento iniciado na Constituinte de 1985 com o chamado *lobby* do batom, movimento responsável por lutar pela garantia de direitos sem precedentes às mulheres na Constituição de 1988. Este trabalho suprapartidário continua a existir, e inúmeras ações individuais, como foi possível observar nas entrevistas realizadas, também reforçam um grande interesse das parlamentares no trabalho em prol dos direitos das mulheres na Câmara Federal.

Portanto, baseado nas pesquisas para o presente estudo, parece não haver uma “crise de identidade”, mas um reforço de identidade, mesmo as parlamentares sendo algumas vezes criticadas por atuarem mais em questões referentes às mulheres ou questões sociais, reproduzindo estereótipos da mulher enquanto cuidadora. Para elas, contrariamente ao que o patriarcado fez pensar, tais questões não são menores, nem menos importantes, e ninguém melhor do que as próprias mulheres para lutar por políticas públicas para as mulheres e demais setores marginalizados e historicamente excluídos.

Em relação ao comportamento identitário feminino frente aos meios de comunicação – lembrando serem estes fundamentais na política contemporânea tanto por terem um grande peso em vitórias eleitorais quanto por garantir ou não a permanência nos espaços de poder e decisão –, a hipótese inicial dessa pesquisa era a existência de uma “crise de identidade” das mulheres na política partidária e eleitoral.

Ao reconhecerem a sub-representação feminina no noticiário político em geral por o mesmo privilegiar os homens – maioria nos espaços de poder e decisão – e por concepções ancoradas em uma cultura patriarcal, que considera menores questões trabalhadas pelas mulheres no Parlamento – a exemplo de políticas sociais e direitos das mulheres –, uma análise preliminar levou a pensar que as mulheres não se apresentariam nos meios de comunicação por um reforço de sua identidade de gênero, diferentemente de sua forma de agir no Parlamento.

A “crise de identidade” poderia ser explicada no conceito de Hall (2006, p. 14-15), para quem o sujeito pós-moderno está sujeito à fragmentação de suas identidades a partir do avanço das tecnologias, não havendo mais uma identidade fixa, essencial ou permanente. Ao contrário, várias identidades emergem, podendo estas serem, inclusive, móveis e contraditórias, formadas e sempre transformadas de acordo com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais ao nosso redor, a exemplo dos meios de comunicação (HALL, 2006, p. 12-13).

Entretanto, por meio das entrevistas realizadas, observou-se certo reforço de identidade das parlamentares também quando são interpeladas pelos meios de comunicação, assim como no trabalho realizado por elas no Parlamento, mesmo diante de uma sub-representação na mídia, que privilegia temas da chamada *hard politics* em detrimento de políticas sociais, centrais na atuação feminina no Parlamento.

A maioria das deputadas entrevistadas disse identificar-se quando são solicitadas para entrevistas como defensoras dos direitos humanos em geral e das mulheres em particular, além de defensoras de segmentos marginalizados. Quando perguntadas no questionário se costumam identificar-se como mãe/cuidadora, as respostas foram: “Como defensora não só das mulheres, mas de pessoas com deficiência de maneira geral” (deputada B – PSDB); “Como representante dos direitos das mulheres, apenas”, respondeu a deputada D – PT.

Procuo me identificar sempre como defensora dos direitos humanos, independentemente do sexo; e nos casos específicos da mulher, sempre procuro opinar com a preocupação maior da defesa dos direitos da nossa categoria (deputada A – PSDB).

Sempre defendi os direitos das mulheres, com mulheres sem terra, pescadoras, donas de casa. Meu mandato sempre esteve à disposição das mulheres e, por isso, sempre procuro destacar este apoio por onde faço minhas entrevistas (deputada E – PT).

Outra deputada disse não identificar-se assim, mas tais adjetivos a caracterizam em função de sua “militância e pela defesa em favor dos Direitos Humanos” (deputada C – PT).

Além disso, as deputadas são procuradas pelos meios de comunicação principalmente para falar sobre suas ações no Parlamento, também citando assuntos referentes a questões de suas vidas pessoais. Dessa forma, na medida em que se mostram mais engajadas em temas sociais e de direitos femininos, elas, além de identificarem-se como defensoras de tais segmentos, da mesma forma abordam em suas entrevistas tais temas, de onde podemos a

princípio perceber um reforço de identidade de gênero na apresentação que fazem de si mesmas.

Segundo a deputada A – PSDB, “(...) a procura é sempre em relação às proposições por mim apresentadas, como também por aquelas em que sou a Relatora. Deste modo, sou muito solicitada para entrevistas sobre esses temas.”

A deputada B – PSDB disse ser bastante procurada para falar sobre muitos temas:

(...) desde os que dizem respeito a minha área de atuação (deficiências, acessibilidade, inclusão) como também temas mais pessoais, ligados a minha história de vida, minha trajetória pós-acidente, minha recuperação, minha forma de viver.

A deputada C – PT afirma ser muito procurada para entrevistas sobre “mulheres e direitos humanos”, assim como a deputada F – PMDB:

Aqui na Câmara, ocupo o cargo de Procuradora Especial da Mulher, então sou bastante procurada para dar entrevistas sobre questões de gênero. No meu estado também sou referência para este tema. Além disso, sempre procuro estar atuante em temas nacionais, então sou chamada para falar de projeto nos quais estou envolvida, temas variados.

Mesmo os temas referentes a questões sociais e de gênero serem preteridos no noticiário político, conseqüentemente não sendo garantia de conquista de capital político – essencial para a vitória eleitoral e ocupação de espaços de poder e decisão –, as deputadas parecem preferir reforçar uma identidade de gênero nos meios de comunicação.

Isso pode ser interpretado de várias maneiras, com base no material estudado para a elaboração da presente dissertação:

A reiteração de um reforço de identidade poderia fortalecer a luta das parlamentares e pautar meios de comunicação, também agradando uma parcela importante de seu eleitorado – as próprias mulheres (maioria do eleitorado), ao reconhecerem as deputadas como suas legítimas representantes, e os movimentos feministas, que desejam parlamentares comprometidas com demandas femininas;

A existência de um desconhecimento do preconceito existente nos meios de comunicação em retratar tais temas, levando a crer na inexistência de estratégias das próprias assessorias de comunicação para lidar com isso, na negociação de uma política de imagem eficiente, talvez pela entrada tardia das mulheres na política ou o desconhecimento do machismo existente – Bourdieu (2005, p. 7) lembra ser a violência simbólica muitas vezes invisível às suas próprias vítimas;

Um certo temor em apresentarem-se como defensoras de outras causas, por isso correndo o risco de serem taxadas de masculinas demais e, portanto, não fazendo uma diferença no Parlamento, excluindo-as ainda mais, ou mesmo sendo criticadas por isso nos próprios meios de comunicação, por não corresponderem às expectativas esperadas das mulheres enquanto “mulheres”: sensíveis aos cuidados com os outros;

Ou até mesmo uma estratégia inteligente baseada em estudos sobre a boa aceitação de mulheres na política por parte do eleitorado em geral em função de suas preocupações sociais, uma diferença moral se comparada aos pares masculinos no Parlamento.

No questionário respondido pelas deputadas, metade delas reconhece algumas características e papéis sociais historicamente reservados às mulheres, a exemplo de mãe, cuidadora, delicada e feminina, importantes para a empatia de eleitoras e eleitores. Segundo a deputada C – PT, tais características são “(...) vistas como importantes para atuação da vida pública da mulher nos espaços de poder.” A deputada F – PMDB responde: “Sim. Esta ainda é uma ideia do imaginário social, então eventualmente você fica associada a esses papéis. O que tenho dito é que, até podemos ser isso, mas não somos só isso.” A deputada D – PT reconhece a expressão disso particularmente na propaganda política, embora acredite ser difícil afirmar se o eleitorado se motive por tais elementos e ressalte ser necessário perceber que “(...) este tipo de prioridade apenas reforça o papel secundário destinado às mulheres em nossa sociedade. Não estamos falando propriamente em igualdade.”

Diante de tantas indagações, fora das pretensões de estudo da presente dissertação, embora algumas ideias aqui levantadas possam ser interessantes a futuras pesquisas, o importante a destacar é a aparente existência de um reforço de identidade de gênero entre as mulheres no Parlamento brasileiro, levando a crer não existir uma “crise de identidade” conforme defendida por Stuart Hall.

Percebe-se que as deputadas federais brasileiras procuram reforçar uma identidade tanto em seus trabalhos parlamentares quanto nos meios de comunicação, mesmo estes se mostrando hostis a elas e às temáticas por elas trabalhadas por questões culturais e históricas relativas a uma cultura patriarcal e machista de menosprezo às mulheres e às suas ações, também não sendo do interesse dos meios de comunicação reconhecer ou pensar tais desigualdades históricas conforme foi possível observar através das entrevistas realizadas com profissionais de importantes meios de comunicação.

Mesmo assim, as parlamentares parecem não ceder a seus ideais e reforçam sua identidade, correndo o risco de continuarem sub-representadas no Parlamento por estarem

menos presentes nos meios de comunicação, estes essenciais para o sucesso de carreiras políticas.

Diante dessas difíceis escolhas, a afirmação de Bauman (2005) sobre as identidades parece encaixar-se muito bem. Segundo o autor, em um mundo com excesso de individualização, as identidades acabam sendo bênçãos ambíguas (*ibid.*, p 38). Isso porque o anseio por uma identidade vem do nosso desejo de segurança, sendo interessante nesse mundo fluido e fugaz em que vivemos. Por outro lado, a possibilidade de vivenciar novas experiências, flutuar em espaço pouco definido pode vir a ser uma condição enervante e produtora de ansiedade (*ibid.*, p 35). Dessa forma, “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 33).

## CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante séculos, um sistema de dominação-exploração das mulheres conhecido como patriarcado foi responsável por reservar lugares e valores distintos às mulheres e aos homens, estando estes últimos em vantagem. Em reação ao referido sistema, que reproduziu tais valores em distintas áreas da cultura, a exemplo da filosofia, da religião, dos discursos médicos, jurídicos e literários, as mulheres foram aos poucos conquistando inúmeros avanços sociais em todos os setores das sociedades especialmente nas últimas décadas, principalmente em função dos movimentos feministas de contestação e reivindicação de direitos cidadãos, sendo a conquista do direito de votar e ser candidata um exemplo dessa vitória.

Mesmos assim, persistem desigualdades entre mulheres e homens, resultantes de séculos de patriarcado. Os espaços da política partidária e eleitoral são talvez o exemplo mais evidente e persistente dessa divisão, com a predominância masculina nos Poderes Executivos e Legislativos em todo o mundo, mesmo as mulheres sendo maioria da população, do eleitorado, quase a metade da população economicamente ativa, cada vez mais chefes de família e detentoras de maior qualificação e escolaridade, a exemplo do caso brasileiro.

A relevância em discutir a sub-representação nos espaços de poder e decisão está principalmente no reconhecimento do fato de ser a política um espaço privilegiado para discussão e resolução de problemas que atingem diretamente as mulheres: somente através de leis e políticas públicas é possível transformar uma realidade de desigualdades históricas com relação à vida das mulheres, diante de injustiças como o recebimento de menores salários mesmo quando ocupam as mesmas funções masculinas e têm mais qualificação, desigualdade na divisão de tarefas dos cuidados e diversos tipos de violências (doméstica, sexual e simbólica, etc.).

Para muitas autoras e muitos autores, ninguém melhor do que as próprias mulheres para defender os interesses das mulheres e de setores marginalizados e excluídos da sociedade. De fato, experiências nacionais e internacionais têm mostrado um avanço em matéria de direitos a setores historicamente excluídos quando mulheres chegam aos espaços de poder político, e isso é bom para a democracia por combater injustiças e melhorar a qualidade de vida, toda a sociedade sai ganhando.

No entanto, alcançar os espaços de poder e decisão é uma tarefa árdua para as mulheres, seja por uma socialização diferenciada que as desestimula a buscar o poder, incentivando-as principalmente às questões relacionadas à família ou a atividades condizentes a características esperadas delas enquanto mulheres e femininas, seja por inúmeras

dificuldades encontradas na atividade política: falta de tempo para fazer política, atividade que exige reuniões e viagens; discriminação dos partidos políticos; altos custos de campanha e pouco espaço nos meios de comunicação, hoje essenciais para a conquista de reconhecimento e a obtenção do chamado “capital político”, responsável pela garantia ou não de vitória eleitoral e continuidade em cargos de poder e decisão.

Por meio da presente pesquisa foi possível constatar o quanto é difícil essa correlação de forças entre política e meios de comunicação, um dependente do outro, embora com predomínio do poder dos grandes meios de comunicação e seu papel nem sempre neutro e objetivo por ter suas preferências políticas e pautar-se em escândalos para atrair a audiência, consequentemente levando a uma desqualificação da política e ao desinteresse da população pelo assunto.

Em relação à desigualdade de gênero e suas repercussões para a sub-representação política feminina, lembrando os meios de comunicação como detentores de um papel chave ao proporcionar reconhecimento e produzir identidades, estes enfatizam uma visão masculina do mundo, principalmente no noticiário político, e não reconhecem a existência de preconceitos e desigualdades em relação à representação de mulheres, assim como parecem não ter interesse em fazer questionamentos dentro dos próprios veículos, possibilitando uma possível transformação dessa realidade.

Dessa forma, as mulheres não se reconhecem nos meios de comunicação como ocupantes de diferentes e reconhecidos espaços na sociedade – embora crescentemente estejam fazendo isso na prática – assim como a sociedade, a audiência e as(os) possíveis eleitoras e eleitores também não as reconheça além de estereótipos e papéis sociais historicamente esperados delas, considerados menores e menos importantes, a exemplo das atividades de maternidade e cuidados, justamente por serem considerados assuntos de “mulheres”. Por isso, automaticamente, continuam longe de pretensões político-partidárias.

Surpreende verificar serem justamente estas características e papéis sociais aguardados das mulheres, considerados menos importantes embora moralmente bem-vistos, as temáticas levadas e defendidas por elas no Parlamento, em favor delas próprias e de setores historicamente excluídos e marginalizados. É através de um reforço de identidade de gênero que as deputadas têm se pautado em seus trabalhos legislativos, alcançando inúmeras vitórias para as mulheres brasileiras desde a Constituição de 1988, mesmo elas estando em desvantagem numérica no Parlamento e correndo o risco de serem taxadas de reprodutoras de estereótipos sobre si mesmas: mães, cuidadoras e focadas apenas em questões sociais.

Tal reforço de identidade no Parlamento observa-se ainda na maneira de se autorrepresentarem nos meios de comunicação, que contraria a hipótese inicial da presente pesquisa, pois se acreditava numa “crise de identidade”, com as parlamentares tendo posições diferentes de acordo com as formas pelas quais eram representadas nos meios de comunicação. A hipótese baseava-se no conceito de “crise de identidade” de Stuart Hall (2006), para quem somos continuamente representados e interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, a exemplo dos meios de comunicação – levando-nos a adotar diferentes identidades, muitas vezes móveis e contraditórias (HALL, 1987 *apud* HALL, 2006, p. 13).

Pressupunha-se que, conhecida a sub-representação feminina nos meios de comunicação – por preconceito em relação às mulheres e suas atividades, culturalmente vistas como menores e menos importantes –, as parlamentares, sabendo da necessidade de fazer-se conhecer e ouvir nos meios de comunicação para o sucesso de suas carreiras políticas – mesmo defendendo uma identidade de gênero no Parlamento –, dar-se-iam a conhecer defendendo temas mais relativos à *hard politics* e não a questões sociais e a direitos das mulheres, menos visíveis e importantes sob o ponto de vista dos meios de comunicação e da sociedade, ancorados em uma cultura patriarcal e machista.

No entanto, de acordo com as deputadas entrevistadas, a hipótese não se mostrou verdadeira: assim como no Parlamento, parece não haver uma “crise de identidade”, mas um reforço de identidade quando as parlamentares são interpeladas nos meios de comunicação, mesmo correndo-se o risco de aparecerem menos no noticiário político, que privilegia outros temas, ou por reproduzir estereótipos de gênero que naturalizam um lugar da mulher.

O comportamento das parlamentares, sem dúvida, mostra-se, ao mesmo tempo, corajoso e arriscado, pois em um mundo de identidades fluidas e móveis, apresentar uma identidade fixa, ser identificada de modo inflexível e sem alternativa “é algo cada vez mais malvisto”, conforme o argumento de Bauman (2006, p. 35), sendo, às vezes, as identidades bênçãos ambíguas (BAUMAN, 2006, p. 38).

Se, por um lado, no caso analisado das parlamentares brasileiras, um reforço de identidade de gênero pode ser sinônimo de comprometimento, seriedade e moralidade com causas e categorias necessitadas de políticas públicas, pode conjuntamente comprometer a visibilidade e a conquista de capital político, necessárias para chegarem aos espaços de poder e decisão, alcançarem respeitabilidade e prestígio, fundamentais para manterem-se nos mesmos, espaços onde efetivamente podem trabalhar com objetivo de proporcionar políticas públicas responsáveis por transformar tais situações históricas de desigualdade, garantindo a existência de uma democracia que atenda aos anseios da maior parte da população.

Diante da aparente pouca disposição dos meios de comunicação em reconhecer esta quase exclusão das mulheres do noticiário e a estereotipação de suas formas de representação, conforme as entrevistas fazem crer (um dos entrevistados chegou a duvidar disso mesmo sendo apresentado a uma pesquisa internacional séria), espera-se com a presente pesquisa contribuir para uma reflexão dentro das próprias faculdades de comunicação sobre a temática da desigualdade de gênero, visando a uma formação diferenciada de futuros profissionais de comunicação.

Embora os meios de comunicação pareçam eximir-se de responsabilidades na sub-representação de mulheres e segmentos historicamente excluídos – negros, segmento LGBT, idosos, indígenas, etc. –, por considerarem esta sub-representação um problema antes da sociedade, levando os meios de comunicação apenas a refletirem esta realidade, talvez seja o momento de relembrar Bourdieu.

Para o autor, a estrutura patriarcal não é invariável e eterna, é “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução para o qual contribuem agentes específicos”, a exemplo das instituições, entre elas a Escola (BOURDIEU, 2004, p. 46). Se a manutenção ou transformação da violência simbólica, da dominação, é possível por meio da reprodução da mesma através de estruturas que a alimenta, é preciso, objetivando mudar a situação, uma transformação das estruturas responsáveis por esta reprodução, “particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima” (*ibid.*, p. 55). É necessário, pretendendo escapar ao essencialismo, reconstruir “a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente” (*ibid.*, p. 100-101).

Em relação às parlamentares, algumas ações podem ser pensadas. O desenvolvimento de canais próprios de comunicação é um exemplo, e muitas já vêm recorrendo a isso, usando ferramentas de internet e meios impressos para dar-se a conhecer a eleitoras e eleitores. Dessa forma, podem apresentar-se da melhor maneira conforme lhes convêm a custos menores.

Campanhas também são boa estratégia. Em outubro de 2013, foi lançada a campanha “Mulher, tome partido. Filie-se!”<sup>76</sup>, uma iniciativa da Coordenadoria de Direitos da Mulher e

---

<sup>76</sup> MULHER, TOME PARTIDO. FILIE-SE! **Campanha incentiva filiação partidária de mulheres**. Disponível em: < <http://tomepartidomulher.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

das Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado. O objetivo foi estimular a filiação partidária de mulheres até a data limite de 5 de outubro de 2013 e, posteriormente, realizar um trabalho de conscientização por meio de ações direcionadas a dirigentes partidários, além de um trabalho sistemático nos estados e municípios de conscientização feminina para a maior participação na política.

Outra estratégia é procurar inserir-se em novas frentes de luta e interesses além de questões sociais e de direitos das mulheres, participando de comissões específicas sobre temas diversos e elaborando projetos sobre diferentes temáticas na tentativa de conquistarem mais espaço de visibilidade, embora tudo leve a crer a questão de gênero, da desigualdade de gênero, ser a grande responsável por todas as situações de sub-representação apresentadas, podendo os meios de comunicação ter um papel relevante na mudança de mentalidade e no combate aos preconceitos, auxiliando na construção de uma sociedade mais igualitária, plural e democrática.

Em relação aos meios de comunicação, é interessante ressaltar as mudanças pelas quais os mesmos vêm passando, principalmente com a fragmentação do noticiário em TVs por assinatura, sites, blogs, redes sociais, aplicativos de celulares, podendo levar a uma maior democratização de pontos de vista e notícias, conseqüentemente reduzindo o poder da chamada mídia de massa, um termo que pode se tornar anacrônico, proporcionando uma nova relação entre comunicação e política. Um assunto pertinente a futuras pesquisas.

## ANEXOS

### Anexo 1

#### Questionário enviado aos editores de meios de comunicação

- 1) Acredita que os meios de comunicação em geral contribuem para o sucesso de carreiras políticas no Brasil? Como e por quê?
- 2) Qual o peso/importância em termos percentuais do noticiário político no veículo de comunicação que representa?
- 3) Por qual motivo o noticiário político no qual trabalha recebe tal importância?
- 4) Como são definidas as pautas?
- 5) Como são escolhidas as fontes para entrevistas?
- 6) É comum noticiar o trabalho das mulheres parlamentares ou as atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina na Câmara Federal? Como e por quê?
- 7) Existe a preocupação em procurar fontes masculinas e femininas? Por quê?
- 8) Acha que o noticiário político do veículo que representa ouve ao menos na mesma proporção homens e mulheres de acordo com a presença de ambos no Parlamento?
- 9) Segundo o estudo “¿Quién figura en las noticias? Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Informe GMMP” (2010), em uma amostragem de 71 países, as mulheres são a minoria absoluta das personagens das notícias: 24% das pessoas entrevistadas, ouvidas, vistas ou a respeito de quem se lê em transmissões e notícias impressas, apesar de representarem mais da metade da população mundial. Menos de um dentre cinco especialistas entrevistados é mulher e quase a metade (46%) de todas as matérias reforça estereótipos de gênero. Qual sua opinião sobre esta informação?
- 10) Em sua opinião, qual seria a causa dessa sub-representação feminina no noticiário?

**Anexo 2****Questionário enviado às parlamentares****A) Para Assessorias de Imprensa****1 Dados pessoais**

- 1.1 Nome completo:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Estado civil:
- 1.4 Filhos:
- 1.5 Profissão:
- 1.6 Escolaridade:
- 1.7 Quantas eleições participou:
- 1.8 Números de vitórias e derrotas:
- 1.9 Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes:

**B) Para parlamentares****2 Sobre vida político/partidária**

- 2.1 Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?
- 2.2 Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?
- 2.3 Tem histórico familiar, parentes políticos?
- 2.4 Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?
- 2.5 Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?
- 2.6 Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?
- 2.7 Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?
- 2.8 A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?
- 2.9 Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?

**3 Sobre Meios de Comunicação**

- 3.1 Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?
- 3.2 E quando ocupam cargos?

- 3.3 Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?
- 3.4 Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?
- 3.5 Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?
- 3.6 Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?
- 3.7 Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?
- 3.8 Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?

#### **4 Sobre atuação feminina no Parlamento**

- 4.1 Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc?
- 4.2 Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?
- 4.3 Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?
- 4.4 Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?
- 4.5 As mulheres fazem diferença na política?

### Anexo 3

#### Entrevistas com profissionais de comunicação

##### Profissional A – Jornal “Folha de S. Paulo”

#### **Acredita que os meios de comunicação em geral contribuem para o sucesso de carreiras políticas no Brasil? Como e por quê?**

De certa forma, sim. Os políticos que atuam nacionalmente precisam ser conhecidos pela população. É a presença deles nos meios de comunicação que torna isso possível.

#### **Qual o peso/importância em termos percentuais do noticiário político no veículo de comunicação que representa?**

É difícil quantificar. Mas a editoria de Política, no caso da Folha, é a que tem mais peso no jornal.

#### **Por qual motivo o noticiário político no qual trabalha recebe tal importância?**

A Folha defende sempre os interesses do conjunto da sociedade. Como a política interfere na vida de todo mundo, nada mais lógico do que o jornal dar atenção para esse tema.

#### **Como são definidas as pautas?**

Levando em conta a relevância de cada assunto.

#### **Como são escolhidas as fontes para entrevistas?**

Procuramos as pessoas em função do assunto do qual estamos tratando. Procuramos pessoas informadas sobre a pauta em questão

#### **É comum noticiar o trabalho das mulheres parlamentares ou as atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina na Câmara Federal? Como e por quê?**

A questão do gênero não é um fator que consideramos. Os assuntos saem ou não no jornal por conta de sua relevância.

#### **Existe a preocupação em procurar fontes masculinas e femininas? Por quê?**

Vale a resposta anterior.

#### **Acha que o noticiário político do veículo que representa ouve ao menos na mesma proporção homens e mulheres de acordo com a presença de ambos no Parlamento?**

Não temos essa preocupação.

**Segundo o estudo “¿Quién figura en las noticias? Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Informe GMMP” (2010), em uma amostragem de 71 países, as mulheres são a minoria absoluta das personagens das notícias: 24% das pessoas entrevistadas,**

**ouvidas, vistas ou a respeito de quem se lê em transmissões e notícias impressas, apesar de representarem mais da metade da população mundial. Menos de um dentre cinco especialistas entrevistados é mulher e quase a metade (46%) de todas as matérias reforça estereótipos de gênero. Qual sua opinião sobre esta informação?**

No caso do noticiário político, a fonte que mais aparece no jornal é uma mulher: a presidente Dilma.

**Em sua opinião, qual seria a causa dessa sub-representação feminina no noticiário?**

Existe mesmo essa sub-representação?

### **Profissional B – Revista semanal “CartaCapital”**

**Acredita que os meios de comunicação em geral contribuem para o sucesso de carreiras políticas no Brasil? Como e por quê?**

Os meios de comunicação optaram há muito tempo pela “criminalização” da atividade política. Eles são os principais responsáveis pela repulsa de boa parte do eleitorado a “tudo o que está aí”, esta forma despolitizada de encarar a realidade. Quase tudo é tratado na base do escândalo. Toda emenda parlamentar é vista como uma fonte de corrupção, assim como qualquer aditivo em obras, para citar apenas dois exemplos mezinhas. A mídia não explica o funcionamento da política e resume a sua complexidade à dicotomia bons e maus, mocinhos e bandidos. É engraçado, pois o efeito é muito pior do que eles desejavam. Na verdade, os meios de comunicação, como os demais poderes econômicos, querem controlar a vontade da maioria. Sua indignação seletiva (exagero nos erros dos meus adversários, escondo ou minimizo aquele dos meus amigos) tem por objetivo selecionar os políticos que consideram adequados aos seus interesses. Eles contribuem bastante para o sucesso de determinadas carreiras, dentro de um sistema diariamente bombardeado, completamente aniquilado por eles mesmos. É a ação a favor da terra arrasada, inútil à democracia, útil aos negócios. O senador Demóstenes Torres é o maior dos exemplos recentes da maneira como a mídia tradicional infla e sustenta carreiras políticas vazias. Eleito pelos meios de comunicação um paladino da moralidade, indicado entre os parlamentares mais influentes (não se sabe o motivo), ele enganou os mais crédulos leitores e telespectadores simplesmente por se prestar ao jogo baixo da oposição aos governos do PT. Os jornalistas minimamente informados sabiam de seu caráter, mas o senador Torres foi bajulado por servir aos interesses dos barões da mídia. A lista de Demóstenes é longa.

**Qual o peso/importância em termos percentuais do noticiário político no veículo de comunicação que representa?**

É muito importante. Somos uma revista de política, economia e cultura. Respiramos política.

**Por qual motivo o noticiário político no qual trabalha recebe tal importância?**

Porque sem a política só existe a barbárie. Pelo fato de as ações humanas, em quase todas as suas dimensões, serem políticas.

**Como são definidas as pautas?**

Como em qualquer redação tradicional. Olhamos os fatos e buscamos a interpretação mais correta deles, segundo a nossa perspectiva.

**Como são escolhidas as fontes para entrevistas?**

Elas são selecionadas de acordo com o seu envolvimento em determinado assunto. Ou por sua capacidade de analisá-lo com precisão.

**É comum noticiar o trabalho das mulheres parlamentares ou as atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina na Câmara Federal? Como e por quê?**

Como não existe uma bancada feminina, ao menos não ativa, não procuramos especificamente acompanhar o trabalho de um grupo. Noticiamos iniciativas individuais dos e das parlamentares ou de bancadas realmente organizadas e atuantes (ruralistas, evangélicos, etc.).

**Existe a preocupação em procurar fontes masculinas e femininas? Por quê?**

Não há nenhum recorte de gênero simplesmente pelo fato de ele não existir no Congresso. Quando existir uma frente parlamentar feminina atuante de verdade, talvez passemos a cobrir suas iniciativas de maneira mais específica.

**Acha que o noticiário político do veículo que representa ouve ao menos na mesma proporção homens e mulheres de acordo com a presença de ambos no Parlamento?**

Não. Há claramente um predomínio masculino nas páginas da revista.

**Segundo o estudo “¿Quién figura en las noticias? Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Informe GMMP” (2010), em uma amostragem de 71 países, as mulheres são a minoria absoluta das personagens das notícias: 24% das pessoas entrevistadas, ouvidas, vistas ou a respeito de quem se lê em transmissões e notícias impressas, apesar de representarem mais da metade da população mundial. Menos de um dentre cinco especialistas entrevistados é mulher e quase a metade (46%) de todas as matérias reforça estereótipos de gênero. Qual sua opinião sobre esta informação?**

As mulheres, os negros, os pobres, os “comunistas”, os muçulmanos... todos são sub-representados. A mídia se tornou um grande latifúndio político-econômico. O sistema financeiro é o principal latifundiário: ele controla a pauta dos debates na mídia e submete os demais setores da economia, mesmo os empresariais (indústria, agricultura) a sua forma de pensar. No campo político, mandam os conservadores. Os dois se entrelaçam. E são a representação absoluta do poder masculino, branco, eurocentrista em todos os seus quadrantes. Tudo o que representa o contrário é combatido, vilipendiado, denegrado. “CartaCapital” se orgulha de ser um dos poucos veículos no Brasil (quicá no mundo) a oferecer uma visão destoante, a incorporar as posições de grupos geralmente marginalizados e até demonizados nos meios de comunicação. De certa forma, damos voz aos “sem-mídia”.

**Em sua opinião, qual seria a causa dessa sub-representação feminina no noticiário?**

Imagino ter respondido na pergunta anterior.

### **Profissional C – Telejornal “Jornal da Record”**

#### **Acredita que os meios de comunicação em geral contribuem para o sucesso de carreiras políticas no Brasil? Como e por quê?**

Acredito que a imprensa de modo geral faz o acompanhamento devido à política no país. E acaba exercendo um papel fiscalizador da coisa pública, que é um dos principais focos de corrupção, não só no Brasil. E dessa fiscalização midiática surgem muitas das denúncias de desvio de dinheiro público, envolvendo políticos e funcionários públicos. É verdade que alguns meios mantêm relações de preferência com este ou aquele político, com um ou outro partido. Mas considero que a imprensa de modo geral não poupa partidos e políticos, e se obriga a entrar na cobertura de escândalos, na medida em que as denúncias de corrupção se confirmam sérias. Seja do espectro político da direita como da esquerda – vide Collor, que deixou a presidência por impeachment, e os mensaleiros presos recentemente, nos dois casos, investigados profundamente pela mídia. E isso me faz crer que as carreiras políticas podem ser beneficiadas ou prejudicadas pela cobertura da mídia, dependendo basicamente do desempenho mais ou menos sério de cada político, o que sempre acaba exposto pelos meios de comunicação.

#### **Qual o peso/importância em termos percentuais do noticiário político no veículo de comunicação que representa?**

Na televisão em geral, área em que trabalho hoje, a cobertura política tem pouco espaço, porque, assim como economia, é considerado assunto que não ajuda na audiência. É claro que a cobertura de uma eleição presidencial ou de escândalos políticos rompem com esse conceito dominante. Mas, de maneira geral, é visível nos indicadores instantâneos de audiência como reportagens envolvendo política e políticos derrubam o “ibope”.

#### **Por qual motivo o noticiário político no qual trabalha recebe tal importância?**

É importante aqui fazer uma diferenciação entre a mídia impressa (vamos incluir aqui os sites, que também se valem da linguagem escrita) e a televisiva. Na primeira, o espaço é bastante maior, porque o leitor pode eleger o que vai ler entre os vários temas à disposição. Se não se interessar pelo assunto político oferecido, pula e vai para o esporte, cidades, etc. Isso dificilmente vai tirar do jornal a preferência daquele leitor. Será apenas mais um tema no cardápio oferecido pela capa do jornal ou do site. No caso da televisão, os assuntos são impostos. Ao não se interessar por determinada reportagem que é colocada no ar, o telespectador simplesmente muda de canal e a audiência cai. Por isso, as direções de jornalismo das emissoras acabam reduzindo o espaço do noticiário político e econômico dos telejornais, porque pontos de audiência hoje equivalem a milhões de reais em faturamento às empresas. E são os “pontos de audiência” e não o jornalismo, no fim das contas, que as emissoras querem de seus jornalistas.

### **Como são definidas as pautas?**

No caso da televisão, os pauteiros buscam todos os dias assuntos que acreditam gerar interesse imediato na maior parte do telespectador – o objetivo é sempre o de atender e conquistar a audiência.

### **Como são escolhidas as fontes para entrevistas?**

Na maior parte das vezes, livremente. O pauteiro sai à caça das melhores opiniões para tratar daquele assunto, buscando contemplar “os dois lados” de determinado tema. No caso da cobertura do Congresso Federal, muitas vezes é o repórter quem define as fontes, na medida em que sai a campo com pouco tempo para entrevistar deputados e senadores e acaba decidindo entre os que estão acessíveis naquela tarde. Essa liberdade na escolha das fontes não ocorre quando a direção das emissoras determina uma linha a seguir – o que não é raro. Essas são as chamadas “rec” ou “recomendadas” o que, na verdade, não é jornalismo de fato.

### **É comum noticiar o trabalho das mulheres parlamentares ou as atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina na Câmara Federal? Como e por quê?**

Para dizer a verdade, não me lembro de ter enfrentado esse tipo de preocupação nos jornais e emissoras em que trabalhei ao longo de mais de 30 anos (incluindo jornais como “O Estado de S. Paulo”, “Gazeta Mercantil”, “Correio Popular” de Campinas, e emissoras como “SBT”, “Globo” e “Record”). Não me consta, nesses meios todos, ter havido casos de preconceito na hora de entrevistas a políticos de um sexo ou outro.

### **Existe a preocupação em procurar fontes masculinas e femininas? Por quê?**

Não. Vejo hoje muito equilíbrio na distribuição das opiniões políticas em nossos telejornais (na emissora em que estou e nas outras). Observo que, hoje, no “Jornal da Record”, o principal telejornal da emissora, as três repórteres que cobrem política e economia em Brasília são mulheres (Christina Lemos, Renata Varandas e Maria Ferri). E como elas são as responsáveis por eleger quem vai falar sobre determinado tema, asseguro que não privilegiam políticos ou especialistas homens em relação a mulheres.

### **Acha que o noticiário político do veículo que representa ouve ao menos na mesma proporção homens e mulheres de acordo com a presença de ambos no Parlamento?**

Sim. Na medida em que ainda há muito mais homens do que mulheres no Congresso – inclusive nos cargos de comando dos poderes – é natural que os homens apareçam mais na mídia.

**Segundo o estudo “¿Quién figura en las noticias? Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Informe GMMP” (2010), em uma amostragem de 71 países, as mulheres são a minoria absoluta das personagens das notícias: 24% das pessoas entrevistadas, ouvidas, vistas ou a respeito de quem se lê em transmissões e notícias impressas, apesar de representarem mais da metade da população mundial. Menos de um dentre cinco especialistas entrevistados é mulher e quase a metade (46%) de todas as matérias reforça estereótipos de gênero. Qual sua opinião sobre esta informação?**

É fato que as mulheres ocupam menos cargos importantes do que os homens, na política, instituições ou nas empresas. Em especial em alguns países, como os árabes, os africanos e os asiáticos – que devem ser boa parte dos 71 países envolvidos na pesquisa. Mesmo no Brasil, onde temos uma mulher na presidência da república (e o terceiro candidato mais votado em 2010 também foi mulher), o sexo feminino ainda ocupa um espaço muito menor do que o do homem em funções de decisão e estratégicas, além de ter salários mais baixos para os mesmos cargos que o homem. E isso reflete de forma inequívoca um preconceito social em relação à competência da mulher. Mas não acredito que a mídia participe desse tipo de discriminação. Basta ver que as redações de jornais, sites, rádios e TV têm hoje mais mulheres jornalistas do que homens. E boa parte dos principais veículos tem atualmente mulheres em seu comando (“Estadão”, “Valor Econômico” e “TV Globo”, por exemplo, têm mulheres em cargos de direção de jornalismo). Acredito que o jornalismo seja mesmo um mundo a parte nessa questão, porque a grande e qualificada presença feminina verificada nas redações ainda não ocorre na sociedade como um todo.

**Em sua opinião, qual seria a causa dessa sub-representação feminina no noticiário?**

Tanto no caso brasileiro quanto em muitos outros países, acredito que o jornalismo simplesmente expresse, na exposição de fontes, a realidade dessas sociedades. Se os políticos, especialistas e empresários no Japão são enorme maioria, como de fato são, não há como a mídia local impor igualdade no número de entrevistados de ambos os sexos nas reportagens que devem ouvir parlamentares ou autoridades. Trata-se de um país de primeiro mundo, mas um dos mais machistas do planeta. No Brasil, na medida em que o que aconteceu na presidência da república se prolifera também nos altos cargos de empresas e instituições (processo que avança, já que hoje empresas como a TAM, GE e GM, de setores historicamente comandados por homens, já são chefiados por mulheres no país), as reportagens vão naturalmente expor mais as opiniões das mulheres do que fazem hoje.

## **Anexo 4**

### **Entrevistas com deputadas federais**

#### **Dados pessoais**

##### **Nome completo: Deputada A**

Idade: 39 anos

Estado civil: Solteira

Filhos: não

Profissão: Parlamentar

Escolaridade: Superior completo (Bacharel em Direito)

Quantas eleições participou: 4 (quatro)

Números de vitórias e derrotas: 4 (quatro)

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: Não.

#### **Sobre vida político/partidária**

##### **Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

No ano de 1997, por incentivo do meu pai, a época, Prefeito do município de Duque de Caxias/RJ.

##### **Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Não. Somente dos movimentos parlamentares.

##### **Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Sim, meu pai.

##### **Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

Na maioria das vezes, o poder capitalista de alguns candidatos que surgem com uma única proposta que vem a ser o oferecimento de dinheiro em troca do voto, e não de plataformas políticas do interesse da sociedade.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

As dificuldades encontradas são, muito propriamente, por pertencer a um partido de oposição (PSDB), onde constituímos a minoria nesta Câmara dos Deputados.

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Apoio total da família

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Se há, desconheço. Até o presente momento, sou respeitada profissionalmente em todo o âmbito do Poder Legislativo, como também nos outros Poderes.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Acredito que hoje estou representando nesta Câmara dos Deputados, muito propriamente, a classe dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos civis e militares.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Todas as questões que me chegam, em sua maioria, são importantes para a minha trajetória política. Procuro avaliá-las da melhor maneira possível, objetivando deste modo a produção de algo que seja favorável para a clientela que assim encaminhou.

**Sobre Meios de Comunicação**

**Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

Hoje, não há como se pensar em campanha política sem a utilização das mídias.

**E quando ocupam cargos?**

Da mesma forma. Não há como se administrar hoje sem a utilização dos meios de comunicação: a imprensa escrita, falada e televisada.

**Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Sim. Não só na campanha, como durante todo o meu mandato parlamentar.

**Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Sim: *Twitter, site e Facebook.*

**Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Nós mulheres ainda sofremos um pouco, mas a tendência é este sofrimento cada vez mais diminuir. Falta pouco para estarmos em condições igualitárias.

**Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

Sim. A procura é sempre em relação às proposições por mim apresentadas, como também por aquelas em que sou a Relatora. Desse modo, sou muito solicitada para entrevistas sobre esses temas.

**Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Procuo me identificar sempre como defensora dos direitos humanos, independentemente do sexo; e, nos casos específicos da mulher, sempre procuro opinar com a preocupação maior da defesa dos direitos da nossa categoria.

**Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Na maioria das vezes, sim. Graças a Deus, até a presente data, sou sempre muito bem tratada pelos representantes das mídias.

**Sobre atuação feminina no Parlamento**

**Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Sobre esta questão, não tenho opinião formada e penso que não exista tratamento diferenciado.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Sim, na maioria das vezes a preocupação é com o social. Talvez isso aconteça por conta de sua origem, como, por exemplo, ser o único ser que tem a capacidade de procriar.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

Vejo com muita alegria, pois estamos conseguindo aumentar o nosso espaço no cenário legislativo.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

Não. Devem pensar em atuar como política com a preocupação voltada para todos os segmentos que deverão ser defendidos nesta Casa, em prol do engrandecimento da sociedade.

**As mulheres fazem diferença na política?**

Hoje, talvez por conta de estarmos trazendo para a política o toque feminino que garante um tratamento mais humano entre todos os seres humanos que labutam nesta Casa.

### **Dados pessoais**

#### **Nome completo: Deputada B**

Idade: 45 anos

Estado civil: Solteira

Filhos: Não

Profissão: Publicitária e Psicóloga

Escolaridade: Superior completo

Quantas eleições participou: 3

Números de vitórias e derrotas: 3 vitórias

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: Não

### **Sobre vida político/partidária**

#### **Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

Antes de me tornar política, eu já era gestora pública em uma ONG que apoiava atletas com deficiência e pesquisas para cura de paralisias. Na ONG, já ajudava muita gente, e minha mãe me aconselhou a candidatar-me a vereadora para ampliar meu trabalho. Não gostava de política, mas acabei acatando seu conselho, impulsionada pela possibilidade de transformar acessos.

#### **Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Não.

#### **Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Não.

#### **Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

Dificuldades comuns a muita gente que não é do meio, como a falta de verba para tocar uma campanha.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

A maior dificuldade foi trabalhar por uma causa até então desconhecida pelos gestores públicos, que é a da inclusão da pessoa com deficiência. Posso dizer que os maiores obstáculos foram as barreiras de informações e de atitude. Tivemos que trabalhar em cima de uma mudança de olhar, de fazer política, de gerir cidades e pessoas.

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Sim, minha mãe me aconselhou.

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Diretamente, não.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Represento a diversidade humana.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Não, na verdade nunca trabalhei levando gêneros em consideração. Acho que o princípio da igualdade está em derrubar diferenças.

**Sobre Meios de Comunicação**

**Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

Total importância. As pessoas precisam não só conhecer os seus candidatos como se inteirar de seu passado, de suas propostas, de seu histórico de ações. E para isso os meios de comunicação são essenciais.

**E quando ocupam cargos?**

Fundamental para dar o *feedback* para o eleitorado e também coletar demandas, ouvir as necessidades, entender a realidade de quem está representando.

**Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Claro, em ambos os casos.

**Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Portal, canal de *e-mail*, redes sociais, publicações e jornais impressos onde divulgamos a prestação de contas de cada ano de mandato.

**Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Proporcionalmente, a mulher aparece menos porque é a fatia menor de representatividade. Mas acho que os meios de comunicação se pautam pela relevância de determinada ação e não pelo gênero de quem a praticou.

**Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

Bastante. E sobre muitos temas, desde os que dizem respeito a minha área de atuação (deficiências, acessibilidade, inclusão) como também temas mais pessoais, ligados a minha história de vida, minha trajetória pós-acidente, minha recuperação, minha forma de viver.

**Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Mãe/cuidadora acho que não muito. Como defensora não só das mulheres, mas de pessoas com deficiência de maneira geral.

**Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Na grande maioria das vezes sim!

**Sobre atuação feminina no Parlamento**

**Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Não acho que as eleitoras de pautam pelo gênero de determinado candidato. A empatia acontece pela postura que determinado político apresenta.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Ah, sim... a mulher tem um viés mais social na hora de fazer política.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

Nunca trabalhei pautada nessa questão. Como falei, defendo a demanda das pessoas com deficiência, o que inclui as mulheres com deficiência, que por décadas sofrem com o descaso das autoridades e têm demandas urgentes na área de saúde, educação, trabalho, entre outras.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

Absolutamente, não.

**As mulheres fazem diferença na política?**

Claro, somos um misto de dedicação e sensibilidade que faz toda a diferença na hora de trabalhar por pessoas.

**Dados pessoais****Nome completo: Deputada C**

Idade: 57

Estado civil: Separada

Filhos: 3

Profissão: Servidora pública

Escolaridade: 2º grau completo

Quantas eleições participou: 5

Números de vitórias e derrotas: 3 vitória e 2 derrotas

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: Não

**Sobre vida político/partidária****Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

Candidata a Deputada Estadual em 1996. Em 2000 fui indicada pelo partido, pois precisávamos dialogar com a cidade e mostrar uma alternativa de governo.

**Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Fui membro do Fórum Reage ES que combateu o crime organizado no Espírito Santo, presidi a Associação Capixaba de Mutuários CBA (Comitê Brasileiro de Anistia), onde fizemos a luta pela moradia.

**Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Meu pai era comunista convicto, mas não era filiado a partido. Acredito que todas as pessoas são agentes políticos.

**Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

As eleições tornaram-se grandes campanhas de marketing, que muitas vezes despolitizam os espaços, omitindo projetos estratégicos e programas governamentais. Assim o que detém maior recurso para investir nas campanhas sai à frente. Isso é um dos motivos que reafirma a importância do financiamento público de campanha, pois tende a nivelar todas as candidaturas e dar possibilidade dos que não possuem um grande capital concorrerem em pé de igualdade.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

Tempo para atender e estudar todas as demandas feitas pela sociedade. Quase nenhum tempo para mim e minha família.

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Minha família foi sempre meu alicerce

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Sim, pois as mulheres ainda ocupam pouco espaço na política e vivemos numa sociedade extremamente machista e conservadora.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Represento os movimentos sociais, trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, juventudes, negros, indígenas, movimento de pequenos agricultores, movimento sem terra, micro e pequenos empreendedores. A boa representação requer proximidade com a sociedade em geral e os movimentos sociais, dentro da ética, moralidade, ouvindo e atendendo através de elaboração de projetos de lei, de acordo com as demandas sociais. É esse o trabalho que desenvolvemos na câmara.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Sempre trabalhei a favor dos Direitos Humanos e contra a violência à mulher, também fui relatora da lei Maria da Penha e ministra no governo Dilma, então sempre trabalhei em defesa dos direitos humanos das mulheres, negros, jovens, indígenas, LGBT, dentre outros.

**Sobre Meios de Comunicação****Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

Os meios de comunicação são importantes para podermos mostrar a sociedade as nossas propostas, opiniões e diferença com os demais candidatos.

**E quando ocupam cargos?**

Não entendi a pergunta

**Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Sim. Sim

**Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Temos o *site*, *facebook* e *twitter*.

**Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Insuficiente

**Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

Sim, mulheres e direitos humanos.

**Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Não. As pessoas me colocam esses adjetivos pela minha militância e pela defesa em favor dos Direitos Humanos

**Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Às vezes.

**Sobre atuação feminina no Parlamento****Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Não, apesar de essas características serem vistas como importantes para atuação da vida pública da mulher nos espaços de poder.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Todas as temáticas relacionadas às mulheres são fundamentais para o debate, pois o parlamento é o espaço privilegiado para dar visibilidade às questões relacionadas ao universo feminino. Existe uma grande preocupação com o social, porém as discussões são direcionadas em grande parte para as questões relacionadas às desigualdades de gênero como jornada de trabalho, remuneração salarial, assédio moral, violência contra a mulher, dentre outros.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

Todas as parlamentares têm uma boa relação com os movimentos de mulheres pela representatividade enquanto gênero. As demandas advindas dos movimentos de mulheres são recebidas e encaminhadas de acordo com a sensibilidade e compromisso de cada deputada.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

Não, temos é que trabalhar para diminuir a desigualdade existente entre homens e mulheres em todos os níveis. Podemos visualizar que as mulheres são maioria da população brasileira, mas que somos menos de 10% no parlamento.

**As mulheres fazem diferença na política?**

Com certeza, temos vários exemplos de mulheres na política no mundo que fizeram a diferença.

## **Dados pessoais**

### **Nome completo: Deputada D**

Idade: 63 anos

Estado civil: Solteira

Filhos: Não

Profissão: Professora universitária aposentada

Escolaridade: Doutorado e pós-doutorado

Quantas eleições participou: Quatro

Números de vitórias e derrotas: uma vitória, em 2010 (eleita primeira suplente de deputada federal por Minas Gerais, assumindo em janeiro de 2013), e três derrotas, em 1989 (como candidata a vice-prefeita de Juiz de Fora), além de 2008 e 2012 (como candidata a prefeita de Juiz de Fora).

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: filiada a – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, entre 1980-1990); Partido Popular Socialista (PPS, entre 1990-2002 – até 1992, o partido chamava-se Partido Comunista Brasileiro, PCB); e Partido dos Trabalhadores (PT, desde 2002).

## **Sobre vida político/partidária**

### **Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

Minha participação política vem desde os tempos da juventude, quando tive que conviver com situações como a Ditadura Militar brasileira. Desde então, já militava em grupos organizados. A redemocratização brasileira só veio nos tirar da clandestinidade, mas também abrindo as portas para que pudéssemos efetivamente assumir postos de representação. Minha atuação também ampliou-se com a chegada à universidade, ainda como professora. Neste cenário, estar filiado a um partido é condição mais do que natural. Os partidos são instrumentos importantes de nosso sistema político, devem ser valorizados.

**Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Sindical, principalmente.

**Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Meu pai também foi reitor da UFJF. Tenho um irmão que é presidente do Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora e irmãs que militam constantemente na política.

**Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

Há inúmeras dificuldades, que começam desde o aspecto financeiro. Ser candidato hoje é algo quase elitista, dado os exorbitantes custos para se efetivar uma campanha. Por outro lado, me deparei com inúmeras formas de preconceito, sempre no sentido de me impossibilitar de ser eleita.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

Também ali existem diversas formas de preconceito, ainda que de forma menos evidente. Contudo, é muito claro que o espaço político, seja no governo ou nos parlamentos, ainda é claramente um ambiente masculino. Em geral, sou a única mulher na maioria das reuniões das quais participo.

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Sempre, isso nunca faltou.

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Há preconceito contra mulheres em todos os tipos de espaços. Durante as eleições, as manifestações contrárias de parte dos eleitores são mais visíveis. Os partidos, contudo, continuam sendo comandados apenas por homens.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Há diversas formas de representação. Uma delas é a territorial. Me disponho a representar Juiz de Fora e a região da Zona da Mata, que estão há muito tempo fora do mapa de prioridades dos governos. Contudo, sei da minha responsabilidade como representante das mulheres e tenho procurado exercê-la da melhor forma possível, em particular utilizando o mandato como uma forma de incentivar mais mulheres a entrarem neste ambiente.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Definitivamente. O fato de sermos mulheres é um elemento que nos distingue na política, impondo-nos dificuldades às quais devemos superar. Sendo assim, todas as vezes em que recebi um mandato eletivo, tive tal situação em vista. Foi assim quando reitora, ao priorizar mulheres na composição de meu pró-reitorado, e o mesmo acontecendo agora, como deputada.

## **Sobre Meios de Comunicação**

### **Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

São recursos essenciais, inevitáveis caso queiramos levar nossas propostas e mensagens ao eleitorado. Sua hegemonia, contudo, não pode fazer abrir mão do contato direto com as pessoas. Vale ressaltar que estes meios são também os grandes responsáveis por tornar as eleições cada vez mais caras. Se há um aspecto democratizador, de levar nossas posições a um amplo público, há também um caráter elitista, por diminuir as chances de uma pessoa com menos recursos de se eleger. Por último, quero lembrar que os veículos jornalísticos participam sim do jogo político, ora informando, ora defendendo candidatos. O aspecto mais negativo, contudo, é certa cultura de satanizar a política, que faz apenas afastar ainda mais as pessoas deste espaço, o que é prejudicial para todos.

### **E quando ocupam cargos?**

A situação é praticamente análoga, ainda que com menor intensidade. Nestes momentos, por sua vez, temos o compromisso de prestar contas de nossa atividade. Desta forma, a comunicação também é um recurso extremamente necessário.

### **Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Sim, tanto nas campanhas como agora, durante o mandato.

### **Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Publicações diversas, site, informativos, e em menor número entrevistas nos canais de comunicação.

### **Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Vejo que tal cobertura é praticamente inexistente, não apenas pela cultura machista predominante, mas em particular por sermos poucas mulheres num mundo de muitos homens.

### **Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

A cobertura à atividade parlamentar é muito restrita. Esta se resume a poucas das iniciativas que temos, se concentrando mais na liberação de recursos via emenda. As questões propriamente políticas, contudo, são preteridas na maioria das vezes.

### **Costuma identificar-me como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Como representante dos direitos das mulheres, apenas.

### **Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Há uma clara preferência por figuras masculinas. Mas na maioria das vezes as reportagens são muito respeitadas.

## **Sobre atuação feminina no Parlamento**

**Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Há a expressão disso particularmente na propaganda política. É difícil dizer que o eleitorado se motive por estes elementos. De todo modo, é preciso perceber que este tipo de prioridade apenas reforça o papel secundário destinado às mulheres em nossa sociedade. Não estamos falando propriamente em igualdade.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Infelizmente, a participação das mulheres na Câmara é, na maioria das vezes, uma reprodução da hegemonia patriarcal. Isso porque há ali muitas deputadas que se elegem por serem esposas de políticos de renome. Não se trata, portanto, de uma conquista das mulheres. Não se trata de uma representação para as mulheres, mas uma representação para os homens que as elegeram.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

Há inúmeros esforços para efetivamente representar estes grupos. Infelizmente, as dificuldades vêm da própria sociedade, que ainda restringe certos temas que são chave para este movimento, como a questão da legalização do aborto.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

É natural que sim, mas não se trata de uma necessidade. Além do que, há que se destacar que é improvável que um representante se valha de um único tema durante seu mandato.

**As mulheres fazem diferença na política?**

Definitivamente sim, mas devem fazer ainda mais diferença. E isso só será alcançado quando mais mulheres estiveram na política.

## **Dados pessoais**

**Nome completo: Deputada E**

Idade: 59 anos

Estado civil: Divorciada

Filhos: Tenho quatro

Profissão: Agricultora

Escolaridade: Deixei a escola aos 12 anos.

Quantas eleições participou:

Deputada estadual - 1987 e 1990

Deputada federal - 1991 e 1995;

Deputada federal - 1999 a 2003

Deputada federal - em 2003,

Reeleita de 2003 a 2007.

Deputada federal - 2010.

Candidata ao Senado - em 1994 e 2010.

Números de vitórias e derrotas: Como candidata ao Senado, em 1994 e 2010, não tive vitória eleitoral, mas tive vitória política, defendendo o PT e ajudando a eleger nossos candidatos em nível estadual e federal.

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: Não, sempre atuei no PT

### **Sobre vida político/partidária**

#### **Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

Sou (nome), agricultora, catarinense, natural de Descanso, da linha Jacutinga, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1982. Fui eleita a primeira deputada estadual (Constituinte), pelo PT, entre os anos de 1987 e 1990; eleita a primeira deputada federal (Congresso Revisor), pelo PT, entre os anos de 1991 e 1995; presidente do PT/SC de 1995 a 1999. Fui eleita deputada federal de 1999 a 2003; deputada federal, em 2003, e reeleita de 2003 a 2007. Presidente estadual do PT 2008/2009 e eleita deputada federal, novamente, em 2010. Também fui candidata ao Senado por duas vezes, em 1994 e 2010. Não tive vitória eleitoral, mas tive vitória política, defendendo o PT e ajudando a eleger nossos candidatos em nível estadual e federal.

Os meus mandatos como deputada federal se caracterizam por muito trabalho e pela garantia e conquista de direitos. Um exemplo disso é a aposentadoria dos trabalhadores rurais aos 60 anos e das trabalhadoras rurais, aos 55 anos, com um salário mínimo e também a licença-maternidade das agricultoras e pescadoras artesanais. Além disso, a aposentadoria das donas de casa, a defesa da agricultura familiar, da reforma agrária, valorização das pessoas com deficiência física e mental e de um bom combate contra todo e qualquer tipo de preconceito e intolerância à diversidade religiosa, de opção sexual e de opiniões, marcam o nosso mandato.

**Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Sonhei em ser professora, mas precisei deixar a escola, aos 12 anos, para ajudar meus pais. Comecei a participar das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja e dos movimentos sociais do campo, como o Movimento Mulheres Agricultoras, Movimento Sem-Terra, Movimento Atingidos pelas Barragens e Movimento Sindical. Foi nesse tempo que comecei a perceber a importância da organização social e da participação no processo político.

**Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Não.

**Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

O fato de ser mulher, agricultora, sem muitas condições financeiras, me trouxe muitos desafios, sofri preconceitos, mas consegui assegurar meu lugar.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

O preconceito dos políticos pelo fato de ser mulher em meio de um espaço que, a princípio, era dominado por homens.

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Não, pois naquela época a mulher deveria ser dona de casa, cuidar dos filhos e do marido. O trabalho fora da residência não era visto com bons olhos.

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Hoje em dia não mais, mas quando iniciei em cargos políticos sofri preconceito sim, de todos os lados.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Represento as classes sociais menos abastadas, os agricultores e movimentos sociais. Acredito que uma boa representação seria ouvir os anseios dessa classe e fazer com que as necessidades sejam sanadas através de política públicas.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Certamente, eu, como mulher, pude provar a todos que sou capaz, tanto quanto um homem, ou até mais, devido nossa sensibilidade, de encarar os problemas e buscar as soluções. Por isso, mesmo diante das dificuldades, não desisti. Hoje, agradeço por tantas vitórias e pelo reconhecimento que tenho.

**Sobre Meios de Comunicação**

**Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

Os veículos de comunicação são fundamentais para a disseminação de informações, como propostas, o que estou fazendo para a sociedade, e também é um termômetro para medir minha aceitação.

**E quando ocupam cargos?**

Quando ocupo cargos os meios de comunicação também são extrema importância, pelos mesmos motivos citados a cima.

**Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Sempre busquei ter uma assessoria de imprensa para fazer a ponte de ligação entre meu mandato ou campanha, com a imprensa.

**Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Busco um canal de comunicação através das redes sociais, como *Facebook*, *You Tube*, *Twitter*, *Flickr*, *Google Space*, e um site que divulga o que ocorre no meu mandato.

**Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Acredito que hoje em dia, os meios de comunicação não façam mais diferenciação de gêneros. Assim como as ações dos parlamentares são divulgadas, das parlamentares ocorre da mesma forma.

**Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

Sim. Sempre procuro estar em contato com os meios de comunicação. Vejo como uma forma de informar os eleitores sobre o que ocorre em meu mandato e também uma forma de passar informações de utilidade pública, esclarecer dúvidas, etc.

**Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Sempre defendi os direitos das mulheres, com agricultoras, mulheres sem terra, pescadoras, donas de casa. Meu mandato sempre esteve à disposição das mulheres e, por isso, sempre procuro destacar este apoio por onde faço minhas entrevistas.

**Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Hoje, garanti meu lugar, sou respeitada e ouvida. Mas, nem sempre foi assim. Antigamente, sentia um certo desinteresse nos entrevistadores.

**Sobre atuação feminina no Parlamento**

**Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Não posso perceber isso. Acredito que os eleitores se identificam com os projetos dos (as) parlamentares e não com o gênero.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Acredito que as mulheres estão mais ligadas, sim, a causas sociais.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

As mulheres sempre representam sua classe e procuram defender projetos e iniciativas que venham ao encontro com as mulheres.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

Acredito que não. Temos que batalhar por todas as causas sociais, não somente das mulheres.

**As mulheres fazem diferença na política?**

Fazem, devido à sua sensibilidade, a maneira de lidar com adversidades e também devido à capacidade de resolver mais situações ao mesmo tempo.

**Dados pessoais**

**Nome completo: Deputada F**

Idade: 69

Estado civil: Divorciada

Filhos: 2

Profissão: Pedagoga

Escolaridade: Superior

Quantas eleições participou: 7 concorrendo como candidata

Números de vitórias e derrotas: 5 vitórias e 2 derrotas

Já trocou de partidos? Se sim, quantas vezes: Não, nunca.

**Sobre vida político/partidária**

**Quando e por que decidiu candidatar-se e concorrer em eleições?**

Saí candidata a primeira vez em 95, para deputada federal. Havia sido primeira dama do Pará, mas já estava divorciada quando decidi sair candidata. Resolvi buscar o meu caminho, pois sempre tive vocação política e havia participado ativamente dos movimentos políticos no meu estado.

**Participa ou participou de movimentos sociais, como sindical, feminista, religioso, negro, etc.?**

Sim, movimento estudantil e depois pela fundação do MDB

**Tem histórico familiar, parentes políticos?**

Sim.

**Quais as principais dificuldades encontradas para candidatar-se e concorrer nas eleições?**

Os custos das campanhas que são muito altos. E muitas vezes o jogo político não é fácil para as mulheres.

**Quais as principais dificuldades encontradas quando ocupou/ocupa cargo político?**

Inicialmente, aprender como funcionava a Câmara dos Deputados e os processos legislativos na prática. Hoje, a principal dificuldade é um certo sentimento de impotência para realmente mudar as coisas, ou realizar coisas. Enquanto legisladores, o nosso trabalho é limitado. Um projeto de lei às vezes demora 3 legislaturas para ser aprovado. E as pessoas têm pressa!

**Teve e/ou tem apoio familiar para participar da vida política?**

Sim, contei principalmente com o apoio dos meus filhos.

**Há discriminação/preconceito por parte de eleitoras(es), colegas e partidos?**

Particularmente, por talvez já ter um nome consolidado e estar no meu 4º mandato, eu não sinto isso comigo. Mas acredito que, no geral, ainda tenha sim. Um exemplo são os repasses do Fundo Partidário destinado aos segmentos de mulheres dos partidos que nunca são repassados.

**A quem acredita representar no Parlamento, o que seria uma boa representação?**

Represento a população do Pará, o que acho ser melhor para o meu estado e para o Brasil, de acordo com as conversas e reuniões que tenho frequentemente com a minha base. Represento as categorias que nos procuram para reivindicar direitos e que eu acho que são justos. Uma boa representação significa estar em contato com as bases, as comunidades, as associações, ouvindo o que elas reivindicam e vendo o que é possível fazer. E também sendo honesta e explicando quando não é possível aquela solicitação.

**Questões referentes a gênero são/foram importantes em sua trajetória política?**

Sim. Sempre defendi os direitos das mulheres, principalmente quanto à igualdade de condições. Converso muito com as mulheres sobre isso, incentivando uma tomada de atitude. Também tenho trabalhado muito no combate a essa “epidemia” que é a violência contra as mulheres.

## **Sobre Meios de Comunicação**

### **Como vê a importância dos meios de comunicação nas campanhas políticas?**

São, sem dúvida, muito importantes.

### **E quando ocupam cargos?**

Hoje, os meios de comunicação, principalmente os mais modernos, das mídias sociais, são muito importantes. Todo mundo sabe de tudo o tempo todo. Chega a ser um pouco opressor, mas é a realidade.

### **Teve assessoria de comunicação durante a campanha? E agora?**

Sim, sempre achei importante contar com assessoria de comunicação durante a campanha e também para o mandato.

### **Tem canais de comunicação com eleitoras(es), quais?**

Além dos emails do gabinete, tenho via *Facebook*.

### **Como vê a cobertura dos principais meios de comunicação de massa sobre ações das parlamentares mulheres?**

Acho que é pouco focado. Não nos entrevistam porque somos mulheres, mas se temos ou não algum projeto importante na pauta. Mas ser apenas 45 mulheres, num universo de 513 deputados, é claro que a maioria das entrevistas acontece com os homens.

### **Você é procurada com assiduidade para entrevistas? Se sim, sobre quais temas?**

Aqui na Câmara, ocupo o cargo de Procuradora Especial da Mulher, então sou bastante procurada para dar entrevistas sobre questões de gênero. No meu estado também sou referência para este tema. Além disso, sempre procuro estar atuante em temas nacionais, então sou chamada para falar de projeto nos quais estou envolvida, temas variados.

### **Costuma identificar-se como mãe/cuidadora em entrevistas? E como defensora dos direitos das mulheres?**

Confesso que não entendi sua pergunta.

### **Acha satisfatória a forma como é retratada nas reportagens?**

Geralmente, sim.

## **Sobre atuação feminina no Parlamento**

**Você acha que eleitoras e eleitores têm mais empatia por parlamentares mulheres que se identificam com papéis sociais historicamente reservados às mulheres, como mãe, cuidadora, delicada, feminina, etc.?**

Sim. Esta ainda é uma ideia do imaginário social, então eventualmente você fica associada a esses papéis. O que tenho dito é que, até podemos ser isso, mas não somos só isso.

**Como parlamentar, como vê a diversidade de temáticas trabalhadas pelas mulheres no Parlamento? Há maior preocupação com o social?**

Mulheres trazem um olhar diferenciado para a política, não por uma questão genética, mas por um histórico de vida diferente, de papéis sociais diferentes, que nos levam a ter vivências diferentes. Muitas vezes essa contribuição, esse olhar, está mais treinado para as questões sociais. Veja que a maioria dos projetos com impacto de gênero tramitam na Comissão de Seguridade Social e Família. Já na Comissão de Orçamento tem pouca participação de mulheres e é uma Comissão fundamental.

**Como vê a relação das parlamentares com os movimentos sociais, em especial o movimento feminista e as demandas das mulheres?**

A Bancada Feminina da Câmara sempre teve um histórico de interlocução com os movimentos sociais, desde a Constituinte de 88, para a garantia de muitos direitos para as mulheres. Acho que essa foi uma relação construída e que é cada vez mais sólida, mesmo com todas as divergências que possam existir dentro da Bancada.

**Mulheres na política necessariamente têm que pensar mais em ações em prol das mulheres?**

Cada um tem o direito de defender e lutar por aquilo que acha justo, mas eu acho importante. Se nós não lutarmos por isso, quem irá?

**As mulheres fazem diferença na política?**

Toda! Primeiro porque somos a maioria da população desse país e deveríamos estar representadas de forma mais paritária. Depois, porque, como disse, trazemos um olhar diferenciado, baseado em outra vivência social, para as políticas públicas. E ainda porque mulheres precisam de políticas específicas porque exercem papéis sociais diferenciados e são um grupo que tem uma história de abuso e exclusão e que ainda busca políticas de compensação, acabar com essa ideia de que somos cidadãs de segunda categoria. As políticas deveriam sempre conter um estudo de impacto de gênero.

## REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. “**A construção da política**”: cidadão comum, mídia e atitude política. 2001. 228f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

ALMEIDA, Antónia Domingues de *et al.* **Dicionário breve de história**. Lisboa: Editora Presença, 1996.

ALMEIDA, Cássia. No Balanço das horas - brasileiro muito longe dos livros: IBGE diz que leitura ocupa só 6 minutos do dia; 61% fazem atividades simultâneas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 de ago. de 2013. Economia, p. 27.

\_\_\_\_\_. No Balanço das horas - brasileiro passa a gastar mais tempo com afazeres domésticos: custo para manter empregada faz crescer o trabalho, sobretudo feminino. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 de ago. de 2013. Economia, p. 28.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Mulheres sem espaço no poder. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2009. Tendências e Debates, p. A 3.

ARAÚJO, Clara. Mujeres e elecciones legislativas em Brasil: las cotas y su (in)eficacia. In: ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés (editoras). **Mujeres y política en América Latina: sistemas electorales y cuotas de género**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

\_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n.º 1, p. 231-252, 1º sem. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8613.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, José Eustáquio; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs.). **Mulheres nas Eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996.

\_\_\_\_\_. Entrevista. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Trabalho e Gênero**, Brasília, n. 2, p. 17-19, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. ÁVILA, Maria Betânia (org.). **Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade**. Recife: SOS Corpo, 2001.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORBA, Ângela. Legislando para mulheres. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANT, João. O lugar da comunicação. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 25, ago. de 2013.

BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CABRAL, Águeda Miranda. Manipulação, simulação e infoimagem: a realidade expandida no telejornalismo. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (orgs.). **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina comemora presença na Mesa Diretora**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-HOJE/193356-BANCADA-FEMININA-COMEMORA-PRESENCA-NA-MESA-DIRETORA.html>>.

Acesso em: 26 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lideranças e Bancadas**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>>. Acesso em: 21 nov. 2013

CARRARA, Sérgio. Módulo I – Diversidade: “Diferentes, mas não iguais!” – “Viva a diferença”. BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete (orgs.). **Gênero e diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Centro Latino-

Americano em Sexualidade e Direitos Humanos; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. Dilemas para a constituição do espaço público brasileiro: controvérsias midiáticas. MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CLARK, Helen. Muitas barreiras a romper. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 mar. 2010. Tendências e Debates, p. A3.

COELHO, Cíntia Araújo. **A voz e a vez dos intelectuais em um partido de operários: PCB (1955-1964)**. 2007. 39 f. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES, Juiz de Fora.

COIMBRA, Marcos. Barbosa e o viés autoritário. **CartaCapital**, São Paulo, ano 19, n. 777, p. 49, 04 dez. 2013.

CONDE, Maria Rosa Berganza. Robert Park: a contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação. BERGER, Christa; MARROCCO, Beatriz (orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

COSTA, Albertina; MELO, Jacira Vieira. Análise da cobertura da imprensa sobre mulheres na política e espaços de poder. VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI/Instituto Patrícia Galvão, 2011.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna**. v. 3. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1991.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SONOTIER, Daniele (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário das Mulheres Brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011.

DONINI, Angela A.; GODOI, Alcinda M. Machado. Legislativo e Programa de Ação da CIPD. VILLELA, Wilza Vieira; SAAR, Elizabeth (orgs.). **Compromissos do governo brasileiro com a plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento: rumos para Cairo + 20**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

DORETTO, Juliana. Questões de gênero e direitos das mulheres: comparando tendências da cobertura jornalística. VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI/Instituto Patrícia Galvão, 2011.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo - fotobiografia**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **Ruanda**. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FALCON, Francisco José Calazans. Introdução à história moderna. MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. **História moderna através de textos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa de Opinião Pública “Democratização da Mídia”**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-pesquisa-democratizacao-da-midia.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2013.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Sub-representação feminina na política é constatada também nos Secretariados dos Estados e das Capitais. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Mulheres e Poder**, Brasília, n. 1, p. 82-85, 2009.

\_\_\_\_\_. Especial: Eleições 2010 e a não observância da Lei de Cotas. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Trabalho e Gênero**, Brasília, n. 2, p. 8-16, 2010.

\_\_\_\_\_. Novos dados sobre violência contra a mulher – relatórios dimensionam o grave problema que a violência representa na vida das mulheres. **Jornal Mulier**, Juiz de Fora, n. 104, p. 3, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma República de cidadãos. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GOMES Jr., Edmundo de Paula. **Apostila de História II**. Juiz de Fora, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Frankfurt – Introdução**. Juiz de Fora, 2013.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 – Trabalho e rendimento: resultados da amostra**. IBGE, 2012a. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Trabalho\\_e\\_Rendimento/censo\\_trabalho\\_e\\_rendimento.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Trabalho_e_Rendimento/censo_trabalho_e_rendimento.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 – Famílias e domicílios: resultados da amostra**. IBGE, 2012b. Disponível em

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Familias\\_e\\_Domicilios/censo\\_fam\\_dom.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Familias_e_Domicilios/censo_fam_dom.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas**. Disponível em:

<<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=1&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas>>. Acesso em: 30 out. 2013.

IDEA – INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Del dicho al hecho: manual de buenas prácticas para la participación de mujeres en los partidos políticos latinoamericanos**. Peru, 2008.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **What is the IPU?** Disponível em:

<<http://www.ipu.org/english/whatipu.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Women in national parliaments: world average.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Women in national parliaments: world classification.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Women in national parliaments: regional averages.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Archived Data.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/world-arc.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Women in national parliaments: world classification.** Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2013.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 67-77, jun./dez. 2002. Disponível em: <[www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R9\\_paulo\\_roberto.doc](http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R9_paulo_roberto.doc)>. Acesso em: 30 out. 2013.

LE GOFF, Jacques. **Uma breve história da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, Lilian Arruda; COSTA, Patrícia. A participação das mulheres nas Centrais Sindicais. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Mulheres e Poder**, Brasília, n. 1, p. 86-87, 2009.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

MARX, Jutta; BORNER, Jutta; CAMINOTTI, Mariana. **Las legisladoras: cupos de género y política en Argentina y Brasil**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2007.

MATOS, Marlise; CORTÊS, Iáris Ramalho. **Mais mulheres no poder – contribuição à formação política das mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MESENHÖLLER, Mathias. O poder nas mãos delas. **Geo Brasil**. São Paulo, 2010, ano 1, n. 12. Política, p. 22-41.

MEYER, Thomas; HINCHMAN, Lew. **Democracia midiática: como a mídia coloniza a política**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flávia. **Gênero e política na mídia brasileira**. [2007].

\_\_\_\_\_. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 55-81, jun. 2009. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/op/v15n1/a04v15n1.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 1º sem. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Mulheres e Poder**, Brasília, n.º 1, p. 31-35, 2009.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. O espírito do tempo. v. 1: Neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.

MULHER, TOME PARTIDO. FILIE-SE!. **Campanha incentiva filiação partidária de mulheres**. Disponível em: <<http://tomepartidomulher.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

ODORISIO, Ginevra Conti. Feminismo. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 1. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: 1995. Disponível em:  
<[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em: 07 ago. 2013.

ONU MUJERES – ENTIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO Y EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES. **El progreso de las mujeres em el mundo 2011-2012: en busca de la justicia**. Nova Iorque, 2011.

ORLANDI, Enzo; RIVOIRE, Mario; SIDOTI, Renata. **Mulheres imortais**. v. 1. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1973.

\_\_\_\_\_. **Mulheres imortais**. v. 2. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1973.

PAIVA, Angela Randolpho. **O público, o privado e a cidadania possível: a construção do espaço público brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2001.

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/quem-somos/apresentacao>>. Acesso em: 24 set. 2013.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PETROBRAS. **Organograma**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/organograma/>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulher e poder. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Mulheres e Poder**, Brasília, n. 1, p. 44-49, 2009.

POLITZER, Patricia. **Bachelet en tierra de hombres**. Santiago: Debate, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Presidência – Ministros**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DA COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA. Disponível em: <[http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/arquivos-nocms/plip\\_versao\\_final.pdf](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/arquivos-nocms/plip_versao_final.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2013.

QUEIROZ, Cristina Monteiro; PINHEIRO, Luana. Eixo Indicadores – Mulher e Poder: uma associação possível? SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Relatório**

**Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2009/2010.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

¿QUIÉN FIGURA EN LAS NOTICIAS? PROYECTO DE MONITOREO GLOBAL DE MEDIOS 2010. INFORME GMMP. Septiembre, 2010. Proyecto de Monitoreo Global de Medios 2010. Disponível em:

<[http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp\\_reports/2010/global/gmmp\\_global\\_report\\_es.pdf](http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/global/gmmp_global_report_es.pdf)>. Acesso em: 19/09/2011.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso (coord.). **História da imprensa.** Lisboa: Planeta, 1996.

RANGEL, Patrícia Duarte. **A Câmara das Deputadas: um panorama da representação parlamentar feminina em Argentina, Brasil e Uruguai.** 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Existe democracia sem as mulheres? Uma reflexão sobre a função e o apoio às ações afirmativas na política. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Dossiê – Mulheres e Poder,** Brasília, n. 1, p. 67-75, 2009.

\_\_\_\_\_. **Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil.** 2012. 223f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Ciência Política) – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

REICH, Wilhelm. **As origens da moral sexual.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

ROMERO, Karolyne; FIGUEIREDO, Marcus; ARAÚJO, Clara. Participação feminina e dinâmica de campanha no HGPE nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. ALVES, José Eustáquio; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs.). **Mulheres nas Eleições 2010.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SAWAIA, Bader. Identidade – uma ideologia separatista? SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Mais mulheres no poder: uma questão de democracia**. Pesquisa Mais Mulheres na Política. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. **Comissão Tripartite para revisão da Lei 9.504/1997: relatório final**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/conselho>>. Acessado em: 7 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha – Breve histórico**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/breve-historico>>. Acesso em: 7 ago. 2013.

SILVA, Amanda Cíntia Medeiros *et al.* O poder das mídias alternativas diante da hegemonia política sobre os meios tradicionais de comunicação no Rio Grande do Norte. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2011, Recife. **Anais eletrônicos ....** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1736-1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SISSA, Guilia. Filosofia do gênero: Platão, Aristóteles e a diferença dos sexos. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: A Antiguidade**. v. 1. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Composição Atual**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPleitariaApresentacao>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TREVOR-ROPER, H. R. Caracterização da Europa Moderna. MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. **História moderna através de textos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2012: Estatísticas e Resultados da Eleição - Cargo/sexo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2012: Estatísticas de Candidaturas – Cargo/Sexo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 15 ago. - 2013.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2012: Estatísticas de Eleitorado – Distribuição - Sexo**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 30 out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

VIVARTA, Veet (coord.). **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília: ANDI/Instituto Patrícia Galvão, 2011.

UNFPA – FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2010 - Do conflito e crise à renovação: gerações da mudança**. Nova Iorque, 2010. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2010.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.